

Ladislau Dowbor

A FORMAÇÃO
DO CAPITALISMO
DEPENDENTE
NO BRASIL

EDITORA BRASILIENSE

Índice

Introdução	9
<i>Capítulo I</i>	
Elementos de crítica.....	13
<i>Capítulo II</i>	
Um esboço de método.....	27
<i>Capítulo III</i>	
Fase Portuguesa: A dependência colonial.....	45
<i>Capítulo IV</i>	
Fase Inglesa: A dependência neocolonial.....	63
<i>Capítulo V</i>	
Interiorização da relação de dependência: Transição para a fase americana e multinacional	107
Conclusão	189
<i>Anexo I</i>	
Relação de produção no campo: Alguns exemplos	193

Nota para a Edição Brasileira

O Brasil é hoje responsável por um quarto da produção industrial do Terceiro Mundo, mas consegue, simultaneamente, apresentar uma das organizações sociais mais injustas do mundo e figura em bom lugar em todos os exemplos de miséria em países subdesenvolvidos. Enquanto durava o milagre, a miséria de uns e prosperidade de outros eram apresentadas como "inevitáveis": hoje, com o estancamento do milagre e o aprofundamento da crise, torna-se cada vez mais visível que a própria polarização constitui um fator de bloqueio do nosso desenvolvimento.

Em outros termos, torna-se mais claro que não basta equipar o subdesenvolvimento para vencê-lo, que o subdesenvolvimento moderno ainda é subdesenvolvimento. e que as raízes do problema são bastante mais profundas.

O Brasil não é nem só a prosperidade mostrada por uns, nem só a miséria apontada por outros. É, antes de tudo, uma forma particular de articulação de pobreza e miséria, no contexto mundial de formação do subdesenvolvimento.

Esta articulação e as suas longas raízes são hoje cada vez mais compreensíveis, na seqüência da recente explosão de pesquisa dos economistas e historiadores do Terceiro Mundo sobre as origens do subdesenvolvimento.

Este amplo e recente acervo teórico é aqui utilizado para tentar reinterpretar, de maneira simples e didática, o processo da formação e deformação das nossas estruturas econômicas e sociais.

Escrito na Polônia, durante os anos de exílio, este livro foi publicado em Lisboa, em Paris e em Varsóvia antes de poder chegar ao leitor brasileiro.

Tratando-se de um trabalho geral, não foram feitas modificações significativas entre as edições. O leitor atento à problemática da evolução da estruturas sócio-econômicas do Brasil encontrará lacunas bibliográficas que hoje me parecem evidentes, mas que não pude preencher no exterior.

São Paulo, fevereiro de 1982

Ladislau Dowbor

Introdução

"O desenvolvimento econômico, reconhecemo-lo cada vez mais, não é um problema técnico, mas sobretudo político": Rodolfo Stavenhagen, Les Classes sociales dans les sociétés agraires, Paris, Anthropos, 1 969, p. 21.

Tal como qualquer profissional, o economista é também um homem político. A imagem de um técnico que propõe sem tomar partido e deixa a decisão ao político não passe de uma ficção: que

economista deixa de ter em consideração os objetivos políticos e as relações de força ao fazer um projeto? Como todo profissional, o economista deve assumir a dimensão política da sua atividade.

As principais medidas econômicas indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil são conhecidas: trata-se, antes de tudo, de reconverter a indústria, a fim de servir às necessidades do povo e não às dos grupos internacionais, e de reconverter a agricultura, para que a terra alimente a população que a habita. Num país onde a agricultura produz para exportar antes de satisfazer as necessidades básicas da população que permanece na miséria e onde a indústria produz para o consumo de luxo antes de produzir o necessário, não há grandes mistérios quanto às medidas econômicas fundamentais necessárias para vencer o subdesenvolvimento.

O verdadeiro problema reside na sua aplicação: a reconversão da agricultura exige a ruptura da estrutura de poder no campo e na cidade e implica, por conseguinte, uma revolução agrária. A reconversão da indústria exige que esta seja submetida à autoridade do povo, o que não é viável sem a nacionalização das unidades estratégicas e dos estabelecimentos financeiros.

Ambas exigem o movimento de forças sociais capazes de levar as reformas em frente e interessadas em fazê-lo.

A dificuldade não reside, pois, na "descoberta" de uma política econômica apropriada, mas na sua aplicação. Não se trata de encontrar o caminho, trata-se de abri-lo. Noutros termos, a busca de soluções econômicas leva o economista ao problema político, ao problema do poder e das classes que o controlam.

Assim, tentamos modestamente acrescentar a atividade de militante à atividade científica, em vez de fechar discretamente os olhos sobre a realidade e enveredar pela ciência "pura". Com efeito, não basta encontrar técnicas econômicas, é preciso lutar por estruturas que permitam a sua aplicação. Quantos projetos de alfabetização, de nacionalizações, de reformas agrárias dormem na paz das gavetas, porque os privilegiados, no poder, recusam-se a pô-los em prática...

O trabalho que segue não é "econômico" no sentido estrito do termo, pois para além da crítica de um sistema econômico investiga as suas bases de apoio e os seus pontos fracos. Para compreendê-lo, é claro, mas também para contribuir a pô-lo em questão.

Não nos parece anticientífico enunciar tão abertamente as nossas posições. Ao contrário, a definição clara das opiniões políticas do autor parece-nos a melhor maneira de garantir a objetividade científica do trabalho. Basta-nos como prova a imensa mistificação que impregna as análises do subdesenvolvimento efetuadas por "cientistas" americanos e outros, pretensamente apolíticos.

A problemática que constitui o nosso ponto de partida é a seguinte: por que a modernização das estruturais e a industrialização do Brasil não levaram à ruptura das estruturas do subdesenvolvimento? Neste sentido, situávamo-nos na linha das pesquisas atualmente realizadas na América Latina. Um trabalho coletivo que reúne contribuições importantes para a análise da situação na América Latina — *Amérique Latine, crise et dépendance* — situa o essencial destas preocupações: "A maioria dos diagnósticos formulados sobre a evolução do desenvolvimento latino-americano, bem como as políticas postas em prática por estes países, tinham como denominador comum uma mesma esperança: estas características 'subdesenvolvidas' tenderiam a ser ultrapassadas à medida que se fossem acumulando as transformações introduzidas nestas nações pelo processo de 'industrialização'.

"Se o considerarmos do ponto de vista estatístico e se o medirmos a partir dos indicadores econômicos convencionais, o esforço de industrialização realizado pela América Latina durante os últimos trinta anos apresenta-se sob uma luz muito favorável. Não só houve uma importante diversificação do sistema produtivo, mas ainda, à exceção de períodos relativamente curtos, o ritmo de crescimento industrial atingiu taxas altamente significativas.

"Apesar destes fatos, a maior parte dos países latino-americanos entra na década de 1970 apresentando características estruturais bastante diferentes das que se poderiam esperar do papel que devia desempenhar a industrialização. Admitia-se como seguro que a aparição de novas formas de produção tenderia a difundir os benefícios do progresso técnico, provocando a integração econômica destas sociedades e eliminando o que era descrito como o seu caráter 'dualista'. No

entanto, o que vemos em toda a América Latina são novos e graves desequilíbrios internos (setoriais, espaciais e sociais). Pensava-se também que a diversificação dos sistemas rígidos de estratificação social e a aparição de 'setores médios', sempre como resultado das transformações econômicas, teriam por efeito constituir um apoio ao estabelecimento de formas 'democráticas' de governo. No entanto, o que vemos é um novo surto de governos autocráticos e militaristas. Julgava-se enfim que a industrialização levaria à formação de uma 'burguesia nacional' com vocação hegemônica, interessada em romper as bases agrolatifundiárias da dominação oligárquica e em promover a emancipação destas nações das relações de subordinação que as ligava aos países de alto desenvolvimento capitalista. Porém, o que vemos são novas e mais graves modalidades de dependência internacional e um acordo perfeito entre as diferentes facções das classes dominantes, no que concerne ao projeto de desenvolvimento. Em suma, o sucesso industrial não mudou fundamentalmente a qualidade da vida social e política na América Latina".¹

A industrialização relativamente mais avançada no Brasil tende a mostrar alguns destes problemas já mais maduros, favorecendo a sua análise e permitindo descobrir elementos de resposta à questão central: quais são os efeitos da industrialização e da ruptura do esquema clássico da fase de supremacia do modelo primário-exportador sobre o desenvolvimento?²

É a problemática que nos lançou no estudo da formação das estruturas econômicas do Brasil. Querendo compreender a dinâmica atual, a importância da herança dos períodos precedentes e a multiplicidade das interpretações divergentes forçaram-nos a concentrar sobre as estruturas em formação durante os séculos precedentes.

Depois de criticarmos, num primeiro capítulo, a transposição de teorias do desenvolvimento aplicadas com poucas modificações à realidade profundamente diferente dos países subdesenvolvidos, passamos no segundo capítulo a delinear uma abordagem teórica que rompa com as transposições e permita compreender efetivamente a dinâmica do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, privilegiamos uma constante que constitui, a nosso ver, um fio condutor para a análise da formação das estruturas atuais: economia extrovertida e complementar, o Brasil jamais pôde criar estruturas econômicas orientadas em função das necessidades internas, integradas e coerentes, e é na análise destas relações de dependência relativamente a economias mais potentes que deve buscar-se a chave do subdesenvolvimento atual. Os capítulos que seguem constituem uma análise da evolução destas relações de dependência e dos efeitos estruturais sobre a economia brasileira: no capítulo III, analisamos a fase portuguesa, que durou até o início do século XIX; no capítulo IV analisamos a dependência relativamente à Inglaterra; no capítulo V, enfim, abordamos a transição para a fase atual, caracterizada pela dominação dos Estados Unidos e das multinacionais.

As linhas que seguem têm em parte o caráter de um ensaio teórico e poderão parecer ambiciosas. Na realidade, é preciso levar em conta que a análise do desenvolvimento na América Latina e no Brasil se manteve durante longo tempo no quadro das teorias do desenvolvimento da Europa industrializada, transpostas com poucas modificações para uma realidade cuja dinâmica é profundamente diferente. A falência destes esquemas de análise levou recentemente à formação de uma escola teórica que busca, no quadro do marxismo mas sem transposições mecânicas, o conjunto de conceitos que permitam explicar efetivamente esta realidade.

A busca de novas formas de abordar o problema e de novos conceitos oferece evidentemente bem menos solidez do que a simples "aplicação" de esquemas rodados. Pensamos, no entanto, que estes problemas devem ser abordados, com todas as fraquezas que isto implica, mas sem perder de vista o seu caráter hipotético. A longo prazo, parece-nos que um certo "flutuamento teórico", inevitável durante esta fase de transição na pesquisa latino-americana sobre o desenvolvimento, levará a análises mais úteis para as forças progressistas do que a repetição de esquemas ultrapassados.

¹ Luciano Martins (dir.), *Amérique Latine, crise et dépendance*, Paris, Anthropos, 1972, pp. 8 e 9.

² *A importância deste debate não se limita à América Latina: numa excelente crítica ao "relatório Pearson" da ONU, Samir Amin interroga-se sobre "o sentido das transformações que exige o desenvolvimento: a) as condições e os limites do capitalismo agrário; b) a dinâmica e os limites da industrialização extrovertida fundada no capital estrangeiro"* (Samir Amin, *Développement et transformations structurelles*, "Revue Tiers Monde", 1972, 111, pp. 467-490).

Capítulo 1

Elementos de Crítica

O Todo e a Parte: Uma Totalidade com Dominante

Um dos princípios fundamentais da dialética é não se considerar a história como a acumulação de fenômenos isolados, mas como um todo em que os diversos elementos se condicionam reciprocamente. Este princípio é particularmente importante no estudo do subdesenvolvimento. Com efeito, nos países capitalistas dominantes a atividade era fundamentalmente autocentrada e autodinâmica e o aspecto externo da acumulação aparecia como um elemento essencial mas complementar, no sentido de contribuir para uma dinâmica preexistente, mais do que criar uma dinâmica nova. Nas economias dependentes, pelo contrário, a atividade externa do capitalismo dominante constituía a dinâmica principal em função da qual estas economias dependentes se desenvolviam. Na formulação correta de S. Amin, "as formas de integração internacional condicionam o ritmo e a orientação do desenvolvimento".³

Torna-se claro, pois, que é hoje impossível compreender o subdesenvolvimento, e, em conseqüência, a luta de classes nos países subdesenvolvidos, se não se tome como ponto de partida uma totalidade: a economia capitalista mundial. Não através da justaposição, realizada por tantos marxistas dogmáticos, de regiões geográficas com modos de produção diferentes — em que freqüentemente regiões e modos de produção se recobriam comodamente —, mas mostrando como se articulam as dinâmicas regionais com as diversas instancias e modos de produção na totalidade.

"A realidade concreta que é o conjunto", escreve Benetti ao criticar a justaposição não-dialética das partes típicas da abordagem dualista, "não pode ser explicada por análises parciais de partes distintas: a determinação das partes é em si método logicamente errôneo. Porque o conjunto é um ser radicalmente distinto da soma das partes que, através da sua presença nelas, modifica a sua natureza e os seus contributos recíprocos. O conjunto é uma totalidade (...) ao entrarem em relação umas com as outras, as partes entram em relação com a totalidade. Mais precisamente, cada uma delas é mediada pelo todo nas suas relações com as outras. E por isso que só a determinação das partes no todo permite empreender o seu lugar e a sua função".⁴

Por outras palavras, a análise marxista não admite que a realidade seja artificialmente selecionada: a) as diferentes instancias, ou seja, o econômico, o político, o ideológico, constituem fenômenos organicamente ligados entre si e não podem ser analisados separadamente como conjuntos completos; b) o desenvolvimento do capitalismo na Europa, o colonialismo, a revolução industrial, o neocolonialismo, o imperialismo, o subdesenvolvimento, constituem fenômenos históricos ligados entre si, cujas "relações recíprocas" e "desenvolvimento" devem ser compreendidos; c) o conjunto das regiões atingidas por uma dinâmica deve ser considerado, sendo a justaposição espacial metodologicamente tão errônea quanto o seccionamento das instancias ou dos períodos históricos.

Se as partes somente se compreendem através de um todo, que é a totalidade que elas constituem, é porque as partes são elas mesmas diferenciadas e ligadas por relações dialéticas. A totalidade é contraditória. "A dialética, no sentido próprio da palavra", escreve Lênin, "é o estudo das contradições na própria essência das coisas".

³ S. Amin, *L'accumulation à l'échelle mondiale*, Paris, Anthropos, 1970, p. 561.

⁴ Carlo Benetti, *L'accumulation dans les pays capitalistes sous-développés*, Paris, Anthropos, 1974, pp. 113-115. Veja-se em particular a segunda parte: "Question de methode".

Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo europeu, e em particular o da Inglaterra, Marx "capta" a contradição que se forma entre dois pólos: por um lado, a burguesia, que sob o efeito do movimento da concentração e da centralização progressiva tende a restringir-se, ao mesmo tempo que se torna mais rica; por outro lado, ao proletariado industrial junta-se a classe média proletarizada. "Trata-se da expropriação de alguns usurpadores pela massa", escreve Marx ao concluir o livro I de *O Capital*. A formação destas classes não se compreende senão através da dinâmica de acumulação capitalista e seria absurdo tentar definir cada uma separadamente.

O problema é corretamente resumido por Pierre Salama, que toma já por quadro de análise a economia capitalista internacional: "A realidade internacional não procede por somas de atividades econômicas internacionais; existe um processo produtivo mundial do qual as economias mundiais são componentes. Estruturado e hierarquizado, o sistema produtivo mundial é essencialmente o produto da acumulação mundial do capital. Mais precisamente, a acumulação mundial do capital é a força motora do desenvolvimento deste sistema produtivo.... O processo de acumulação do capital em escala mundial impregna a evolução dos dois pólos e realiza dois tipos de desenvolvimento: um que respeita às economias do centro, outro que respeita às economias periféricas ou subdesenvolvidas. A expansão industrial difere em cada um dos pólos ou partes da economia mundial. A compreensão dos mecanismos do desenvolvimento em cada um deles só pode ser total se entendermos a acumulação como um todo complexo e totalizante".⁵

Desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem pois os pólos de um mesmo processo, a acumulação capitalista mundial, mas neste processo as relações entre os pólos não são equilibradas: "A estrutura desta totalidade é uma estrutura com dominante. Ela reproduz os caracteres principais da estrutura dominante. Em consequência, as estruturas sociais dos países da periferia resultam essencialmente do contato que estas economias tiveram com os países do centro que as dominam".⁶

Ora, países do centro e da periferia constituem formações sociais em que a atividade econômica é organizada segundo modos de produção concretos. "A especificidade da relação de dominância", escreve Benetti, "exprime a particularidade histórica da conexão das partes numa dada sociedade. É assim porque o sistema confere à totalidade o seu próprio estatuto. Já que numa economia capitalista subdesenvolvida o sistema produtivo dominante é capitalista, a economia no seu conjunto tem uma natureza capitalista... Os outros modos de produção são-lhe subordinados, o que implica ao mesmo tempo a inclusão dos seus caracteres no todo transformado por este sistema produtivo dominante e a modificação das suas condições de funcionamento e de desenvolvimento pelo movimento do sistema produtivo dominante".⁷

A dinâmica do pólo dominante "impregna" pois o conjunto da economia capitalista dependente e nela se manifestará sob a forma de dinâmica principal.

Esta abordagem, por geral que seja, abre caminho para a análise mais precisa da articulação dos modos de produção, ao mesmo tempo que coloca o problema da definição correta das relações entre a dinâmica externa e a dinâmica interna da economia subdesenvolvida.

Das Trocas Internacionais às Relações Mundiais de Produção

A análise das relações de produção a este nível coloca problemas consideráveis, se bem que se possam constatar progressos na medida em que a questão foi no conjunto corretamente situada.

De um modo geral, *O Capital*, de Marx, tem por objeto de análise o capitalismo de concorrência e por campo de análise o Estado-Nação. Neste quadro, a propagação do crescimento realizava-se com certa naturalidade, na medida em que numa economia de livre concorrência agiam mecanismos de equilíbrio econômico e a ausência de fronteiras permitia a livre circulação dos bens e fatores.

Ora, na medida em que abordamos o capitalismo monopolista e a economia mundial, devemos inevitavelmente integrar o espaço na análise. Com efeito, a existência de fronteiras,

⁵ Pierre Salama, *Le procès de sous-développement*, Paris, Maspéro, 1972, pp. 8 e 9.

⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁷ Carlo Benetti, *op. cit.*, p. 124.

coloniais ou nacionais, e a existência de monopólios (mesmo de monopólios coloniais ainda na época do capitalismo concorrencial) permitiram a constituição de polarizações regionais profundas, através da divisão internacional ou internacional do trabalho.⁸

Assim, enquanto que para a Inglaterra do século XIX se podia captar o essencial das contradições através da análise da polarização de classes dentro da própria nação, na economia subdesenvolvida constatamos uma interpenetração de contradições de classe internas e externas que tornam a análise do problema particularmente árdua, ou, pelo menos, a colocam num outro quadro.

A complexidade das relações mundiais de produção na fase imperialista do capitalismo foi particularmente patente nas análises da luta de classes nos países subdesenvolvidos. Assim, Pierre Moussa, e em parte A. Emmanuel, ao tomarem consciência da expressão espacial da polarização entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos, foram levados a valorizar a contradição entre as nações em relação às contradições entre as classes.

O debate é conhecido, vamos apenas referir as posições para clarificar o raciocínio ulterior. Yves Lacoste refute a simplificação desta inversão teórica em P. Moussa, na medida em que "implica a existência *entre países* de relações de produção que existem no seio de uma sociedade". "Trata-se", diz-nos Lacoste, "de uma falsificação do marxismo, pois leva-nos a considerar a população de cada Estado como um todo, tornando-a de fato uma sociedade sem classes. Ora, os países subdesenvolvidos não são apenas habitados por explorados: contam com potentíssimos exploradores".⁹

Encontramos um raciocínio análogo na crítica de Bettelheim a Emmanuel: "Sabe-se que esta negação da linha de demarcação de classes se acompanha muito geralmente de uma tendência que leva a substituir esta linha de demarcação por outra. Assim, apesar das suas posições radicais, A. Emmanuel encontra-se freqüentemente, quer o queira ou não, ao lado dos especialistas do 'subdesenvolvimento', para quem a 'grande divisão do mundo de hoje' é a que separa os 'países proletários' dos 'países abastados'; ou, como se tem dito, de forma menos brutal, os países 'pobres' dos que o são 'menos' ".¹⁰

Pouco nos importa aqui que a posição de Moussa seja simplista, como é simplista a posição que Bettelheim atribui a Emmanuel. O essencial é que fica na ordem do dia o fato de não bastar a análise de classes ao nível do país, sem que seja considerada a realidade internacional em que estas classes se inserem. Com efeito, tal como não se pode negar que os países subdesenvolvidos possuem burguesias potentes e muito ricas, tampouco se pode negar hoje que a diferença entre o proletariado do Nordeste brasileiro e o de São Paulo ou de Detroit é qualitativa.

Não se trata de encontrar um meio termo. A análise de classes continua evidentemente fundamental, mas não se pode ignorar que o capitalismo, no seu estágio imperialista, ou seja, monopolista e mundial, afeta de forma contraditória as classes de regiões diferentes e que as dinâmicas, recortando-se, exigem uma abordagem mais diversificada. Em particular, trata-se de dar à análise de classes o mesmo quadro que o das suas determinações históricas, buscando as relações de produção mundiais.

Na medida em que a análise marxista procedia por países, realizando um corte especial e histórico de realidades submetidas a uma dinâmica comum, se bem que contraditória, a análise das relações mundiais de produção tornava-se *a priori* impossível e a teoria econômica internacional

⁸ De maneira geral, o espaço intervém pouco na obra de Marx, que supõe que os preços, os lucros e os salários tendem a igualizar-se. A passagem à economia internacional e ao capitalismo monopolista leva à constituição de várias barreiras a estes mecanismos equilibradores, e assistimos à constituição de dinâmicas regionais, contraditórias e interdependentes, que é necessário levar em consideração. Veja-se a este propósito a excelente análise de A. Emmanuel, *Exposé sur l'échange inégal*, École Pratique des Hautes Études, em "Problèmes de planification", Dezembro, 1962, n.º 2.

⁹ Yves Lacoste, *Géographie du sous-développement*, Paris, P.U.F., 1965, p. 14, referindo-se ao *Nations prolétaires de P. Moussa*.

¹⁰ Charles Bettelheim, prefácio a A. Emmanuel, *L'Échange Inégal*, Paris, Maspéro, 1972, p. 18.

continuou sendo, é compreensível, uma teoria das trocas internacionais. Isto refletiu-se num empobrecimento do conceito do "imperialismo".

"A análise marxista", escreve Palloix, "sempre se referiu, ao que parece, de maneira sistemática ao conceito de capital em relação à nação. O conceito de capital sempre foi pensado referindo-se a uma propriedade formal, ela mesma nacional: capital U. S., capital britânico, francês, alemão, etc. Logo que o capital atravessava as fronteiras, era analisado sob o ângulo da exportação de capital (Marx, Lênin), sem que esta escape ao capital nacional do qual era oriundo. É certo que a maioria dos marxistas continua a raciocinar sobre capital nacional e exportação de capital quando quer explicar o imperialismo".¹¹

Ora, logo que rompemos com o dualismo ao nível internacional e abordamos a economia capitalista mundial como sendo a realidade última na qual se articulam partes contraditórias, podemos ultrapassar também o seccionamento artificial da realidade em instâncias e regiões isoladas. Explica-se assim que o imperialismo não tenha sido analisado no conjunto das suas manifestações — como estádio do capitalismo —, mas reduzido aos seus aspectos econômicos (monopolização e expansão internacional do capitalismo dominante) ou militares. Explica-se também que a teoria do imperialismo apareça como explicação dos mecanismos expansionistas do capitalismo dominante, sem ter sido complementada pela análise dos efeitos — em termos de estruturas econômicas, modos de produção e relações de produção — nas economias dependentes.

A ruptura da justaposição do interno e do externo, do ponto de vista do país subdesenvolvido, permite pois abordar efetivamente o que as "trocas internacionais" implicam do ponto de vista das relações de produção.

Mais do que em Lênin, podemos apoiar-nos aqui em Bukárin, que soube compreender que a economia mundial constituía um dado específico do capitalismo, e não uma extensão da economia nacional num setor determinado da sua economia. O fato de considerar a economia capitalista mundial como uma entidade distinta das suas componentes permite a Bukárin passar, para além do intercâmbio entre nações, às relações de produção que o sustentam.

"Podemos definir a economia mundial", escreve Bukárin, "como um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes englobando a totalidade do mundo. A economia mundial contém todos os fenômenos econômicos que se apóiam, em definitivo, nas relações de pessoas dentro do processo de produção. De maneira geral, todo o processo da vida econômica mundial dos nossos dias consiste em produzir mais-valia e reparti-la entre os diversos grupos da burguesia, na base de uma reprodução sempre crescente das relações entre duas classes: o proletariado mundial e a burguesia mundial".¹²

Trata-se no conjunto ainda de uma intuição mais do que de um desenvolvimento científico e sentimos em Bukárin a generalização excessiva. Mas o essencial da abordagem é indiscutivelmente válido: a economia capitalista mundial é tomada como "realidade fundamental" e a análise das trocas internacionais é ultrapassada para atingir as relações de produção. É a abordagem que Palloix retoma:

"O fundo do problema é uma articulação das formações sociais na economia mundial, no imperialismo mundial. É necessário localizar, em cada formação social, o que lhe confere um nível específico no plano da articulação à escala mundial, criando de um lado formações imperialistas e do outro formações sociais dominadas e exploradas. Trata-se de enfrentar as relações mundiais de produção".¹³

Em resumo: relativamente a *O Capital*, de Marx, passamos do quadro de análise constituído pela nação para o quadro do capitalismo mundial, e do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista; relativamente aos clássicos da análise do imperialismo, devemos ultrapassar o intercâmbio entre nações e a justaposição dualista imperialismo-economias agredidas para partir da

¹¹ Christian Palloix, *L'économie capitaliste mondiale, vol. 11, Paris, Maspéro, 1971, p 14.*

¹² Bukárin apóia-se aqui em Marx: "Logo que de uma maneira ou outra os homens trabalham uns para os outros, o trabalho adquire uma forma sócia" (*O Capital*).

¹³ Christian Palloix, op. cit., p. 11.

totalidade e abordar as relações de produção mundiais. Samir Amin resumiu bem o problema: trata-se de estudar a acumulação capitalista à escala mundial.

É em torno da noção de dependência que uma geração de marxistas latino-americanos realizou recentemente uma ruptura com as transposições mecânicas e, ultrapassando a dicotomia contradições internas—contradições externas, buscam a compreensão da gênese do subdesenvolvimento latino-americano na relação dialética entre economias subdesenvolvidas e economias desenvolvidas, ao nível das diferentes instâncias —econômica, política, ideológica.

"Para permitir a passagem da análise econômica ou da interpretação sociológica usuais a uma interpretação global do desenvolvimento, é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades dependentes, não apenas nestas e entre elas, mas também em relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação do subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades periféricas e centrais".¹⁴

Modos de Produção e Impasses Teóricos

A questão das modalidades da inserção do Brasil no sistema capitalista é uma questão aberta. Atesta-o a própria diversidade das respostas encontradas.

Assim, o longo período colonial e o início do neocolonialismo, que constituem o essencial da história do Brasil, recebeu interpretações totalmente contraditórias: a tese do feudalismo, defendida por Alberto Passos Guimarães, entre outros, encontra sólidos argumentos empíricos, mas tem dificuldades para explicar os aspectos escravistas e capitalistas do sistema; a tese do modo de produção escravista (Nelson Werneck Sodré, por exemplo), à qual Ciro Flammarion Cardoso objeta com razão "que não se pode confundir o sistema econômico da antiguidade com o do Brasil colonial, pois a escravidão dos dois casos não corresponde em absoluto ao mesmo nível de desenvolvimento das forças produtivas"; a tese capitalista, em torno da qual encontramos os melhores historiadores da economia brasileira (Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, Celso Furtado), mas que tem evidentemente dificuldades em digerir uma série de elementos estranhos ao capitalismo, pelo menos ao capitalismo sob a forma européia ou americana.¹⁵ Esta "riqueza" de interpretações tem várias fontes: por um lado, os diversos ciclos de produção (o ciclo do açúcar, os diversos ciclos do gado, o ciclo do ouro, o do café, os diversos ciclos industriais) deram lugar, em períodos diversos e em regiões diferentes, a uma variedade de níveis de desenvolvimento das forças produtivas, de relações de produção e de propriedade que se recortam e coexistem em parte até hoje.

Por outro lado, a ação simultânea de determinações internas e externas nas opções econômicas, resultado do caráter dependente da economia brasileira, fez com que não seja possível dar conta da organização econômica e do(s) modo(s) de produção sem referir-se a determinações simultaneamente internas e externas. Deste caráter extrovertido da economia decorre por sua vez uma interpenetração de elementos próprios de modos de produção historicamente diferentes, em particular a sobreposição de elementos de relações de produção conhecidos na fase européia pré-capitalista e de uma circulação capitalista que não difere da que se conhece nas economias dominantes.

¹⁴ *Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto*, Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação sociológica, Rio de Janeiro, Zahar 1970. Esta obra constitui, na trilha das análises de A. G. Frank, uma importante "viragem" teórica nas análises marxistas recentes na América Latina.

¹⁵ *Ciro Flammarion Santana Cardoso*, Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur le mode de production féodal, Paris, Centre d'Études et de Recherche Marxistes, Ed. Sociales, 1971, pp. 66 a 69. O próprio Ciro Cardoso "não considera o sistema colonial brasileiro como escravatura (no sentido do modo de produção de certas regiões, aliás limitadas, do mundo antigo), nem feudal, e menos ainda capitalista: tem um rosto muito definido e particular".

Enfim, entra também em jogo a variedade das determinações na superestrutura, cuja importância não deve ser subestimada na formação dos modos de produção, e que comporta um amálgama de influências indígenas, portuguesas, africanas, inglesas, americanas e de vagas sucessivas de imigração.

O resultado é que, segundo se enfoca com maior atenção o norte ou o sul do país, a economia da exportação ou a que se orienta para consumo popular, a produção ou a circulação, os aspectos de infra-estrutura ou de superestrutura, tender-se-á a concluir por um ou outro modo de produção.

Na falta de uma teoria capaz de encontrar as características globais que constituem a especificidade da nossa história, e que dão conta do conjunto, a análise chegou a uma série de impasses teóricos.

Um primeiro destes impasses pode ser caracterizado pela teoria dualista.

Na medida em que a essência do problema reside justamente na caracterização das relações entre o antigo e o novo, entre o "pré-capitalista" e o capitalista, entre estes elementos aparentemente contraditórios que coexistem de maneira estável na economia brasileira, o corte desta economia em dois, permitindo explicar a parte moderna por uma extensão dos mecanismos capitalistas e a parte "arcaica" pela "tradição", constitui uma solução de facilidade, um compromisso teórico que nos deixa com o problema todo pela frente.

Jacques Lambert, que desenvolveu a análise dualista mais conseqüente no Brasil, toma por ponto de partida "o abismo que separa a civilização urbana da civilização rural, o país novo do país velho".

"Os brasileiros são divididos em duas sociedades diferentes pelos níveis e pelos modos de vida... No correr do longo isolamento colonial (!) formou-se uma cultura brasileira arcaica que carrega ainda a marca do século XVI e das suas rotinas e que apresenta, enquanto persiste o isolamento, tanta estabilidade quanto as culturas indígenas da Ásia ou do Oriente Médio... Em oposição a esta cultura arcaica essencialmente rural... o fluxo de imigrantes europeus, retirados dos seus meios de origem, trazendo técnicas e modos de vida novos, o desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, o desenvolvimento dos transportes, uniram populações numerosas numa vasta sociedade em constante evolução: o Brasil do sul é um país novo... Em contato em todo o lugar, os dois Brasis tão diferentes são unidos pelo mesmo sentimento nacional e por muitos valores comuns: não formam duas civilizações diferentes, mas duas épocas de uma mesma civilização; não são estrangeiros, mas séculos os separam".¹⁶ 14

O elemento que domina a análise é evidentemente o isolamento das partes, separadas por um "abismo", por "séculos". Referindo-se ao "isolamento colonial" Lambert escreve que o colonialismo semeou no país colônias regionais totalmente isoladas. Ora, se o isolamento entre as unidades ou regiões produtoras é verdadeiro no plano nacional, é o contato direto entre elas que é fraco: em compensação, recebem impulsões comuns da metrópole, à qual estão ligadas.

O produtor de cacau que limpou o "sítio" pode estar isolado do mundo no que concerne às unidades de produção vizinhas. Isto não o impede de adequar o seu comportamento econômico às mínimas flutuações das cotações nos mercados internacionais, exatamente como outros produtores "isolados".

A economia aparece pois como dual na medida em que examinamos o país isoladamente ou regiões isoladamente. Tão logo retomamos a totalidade que constitui a sua lógica, o desenvolvimento do capitalismo ao nível mundial, percebemos que os laços entre as diferentes partes da economia são patentes, mas duplamente encobertos, na medida em que passam pelo exterior e sob a forma de mecanismos financeiros que nem sempre são aparentes.

A teoria dualista constata pois um fato, as diferenças profundas que existem no interior da sociedade subdesenvolvida, mas não o explica. Ora, não se trata de negar a profundidade das diferenças, mas de negar o corte, o "isolamento" entre as partes diferentes. A dualidade interna é o fruto da dinâmica de acumulação capitalista e o dualismo como teoria não é errado do ponto de vista estatístico, mas é estéril na medida em que efetua um corte entre as duas partes em vez de

¹⁶ Jacques Lambert, *Le Brésil, structure sociale et institutions politiques*, Paris, A. Colin, 1953, pp. 64 e 65.

demonstrar o processo histórico que preside à sua diferenciação. O ponto de partida correto para a busca de uma teoria do desenvolvimento é a constatação lapidar de Stavenhagen: "uma não saberia subsistir sem a outra".¹⁷

Outro impasse teórico é constituído pelo que chamaríamos abordagem pluralista, por analogia com a teoria dualista. Com efeito, os erros básicos da abordagem dualista, consistindo no isolamento artificial de formas de organização econômica inseparáveis — donde o isolamento entre as causas e os efeitos da totalidade analisada — encontram-se na concepção pluralista que predominou durante muito tempo entre os marxistas brasileiros.

Segundo esta concepção, a sociedade brasileira compreende duas contradições fundamentais, que exigem solução radical na atual etapa histórica do seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se exprime essencialmente como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. A contradição antagonica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na etapa atual da revolução, já que na situação atual do país não há condições para transformações socialistas imediatas. Na sua etapa atual, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Se já não estamos no nível da teoria dualista, que opõe o "Norte" ao "Sul", a justaposição de modos de produção é basicamente muito próxima, do ponto de vista metodológico, da justaposição de regiões: o elemento essencial, a articulação do conjunto, permanece inexplicado.¹⁸

O universo da luta de classes constitui, segundo esta interpretação, uma justaposição de contradições: o proletariado em contradição com a burguesia nacional, contradição que deverá tornar-se revolucionária apenas depois de uma revolução democrática burguesa; o campesinato em contradição com a classe dos grandes proprietários; e o imperialismo, inimigo externo presente na nação através dos "agentes internos", em contradição com a "nação".

O erro fundamental consiste aqui ainda no isolamento artificial das partes: reencontramos o dualismo simultaneamente no plano interno e externo.

Já vimos o dualismo interno: as duas contradições que aqui aparecem justapostas (proletariado-burguesia, por um lado, e campesinato-latifúndio feudal, por outro) pertencem na realidade a uma dinâmica só, não constituindo dois mundos estanques, mas formas diferentes da acumulação capitalista. Veremos extensamente nos capítulos seguintes como estas formas se complementam.

Mas fixemos ainda, no que concerne ao dualismo interno, outro impasse: uma forma de fazer a ponte entre as duas contradições, de ligar os dois modos de produção, nesta concepção pluralista, é a *transição*. Tratar-se-ia de um mundo pré-capitalista no qual o capitalismo penetra gradualmente, reduzindo a área do modo de produção feudal até se tornar dominante por meio de uma revolução democrática burguesa, que poria o poder nas mãos de uma burguesia nacional. A fase da "transição" explica, por conseguinte, a coexistência do capitalismo e do feudalismo.

Ora, o problema principal, do ponto de vista das relações entre os modos de produção no Brasil, é que se trata justamente de uma articulação estável entre os elementos pré-capitalistas e capitalistas: a transição não explica de maneira alguma a coexistência deste conjunto durante mais de quatro séculos e as razões que fazem com que esta combinação heteróclita se mantenha estão justamente por demonstrar.

Esta preocupação em redefinir a transição em função da situação particularmente estável das relações entre modos de produção no capitalismo dependente levou a uma variedade — bem mais

¹⁷ Rodolfo Stavenhagen, *Les classes sociales dans les sociétés agraires*, pp. 54-55.

¹⁸ Na realidade, a divisão regional efetuada pelos "dualistas" e a divisão em "modos de produção" que analisamos coincidem geralmente. Laclau nota bem esta simplificação: "Logo que se introduz um tal dualismo na análise marxista, as conseqüências são que o feudalismo representa o setor conservador num pólo da estrutura social, enquanto o capitalismo representa o setor dinâmico noutra" (Ernesto Laclau, "Feudalismo e Capitalismo na América Latina", *New Left Review*). É de se notar que, para além disto, a análise de Laclau permanece tradicional.

rica — da teoria da transição, que busca as formas de *articulação* de modos de produção. Partindo da excelente análise de Pierre-Philippe Rey, Charles Bettelheim tenta uma distinção entre tipos de articulação:

"Pergunto-me no entanto se... não seríamos levados a distinguir entre dois tipos de articulação entre modos de produção diferentes: uma que seria 'estável', ou seja, que seria suscetível de reproduzir-se como tal (talvez através dos 'ciclos' históricos) porque as classes dominantes destes modos de produção não têm interesses antagônicos e porque a reprodução de um pode ser a condição da reprodução do outro (ou dos outros); e uma outra articulação, que seria 'instável', o que deveria conduzir à dominação de um dos modos de produção sobre os outros, logo à transformação ou à eliminação do ou dos modos de produção dominados. É o processo que seria o de uma transição".¹⁹

Nesta variedade, subsistem dois problemas: primeiro, falar em articulação no lugar de transição dá-nos sem dúvida uma apreciação mais correta, já que as relações entre os modos de produção são relativamente mais estáveis. Mas a substituição de conceitos não explica o problema — abre apenas, e já é muito, uma nova perspectiva de análise; segundo, o conceito-chave será o de "dominância" de um modo de produção sobre outro. O conceito é rico, mas perigoso: com efeito, o problema não deve ser considerado resolvido, mas deslocado; "trata-se agora de demonstrar por que o modo de produção dominante reproduz os outros modos de produção. Noutros termos, por que a "dominância" não se torna "exclusividade".

Quanto ao dualismo externo, aparece no fato de a contradição principal, na concepção pluralista, ser a que opõe a "nação" ao "imperialismo" e aos seus "agentes internos". O "curto-circuito" teórico operado aparece claramente na fórmula "agentes internos".

Senão vejamos:

a) O imperialismo não impede — é hoje uma constatação de fato — a industrialização, dá-lhe apenas formas determinadas; é, pois, sob a iniciativa da burguesia imperialista que se dá a industrialização, sendo a burguesia nacional arrastada no movimento. A burguesia e os "agentes internos" estando confundidos, como colocar as duas contradições? Os "agentes internos" produzindo hoje no Brasil mais de um milhão de carros por ano e empregando alguns milhões de trabalhadores, o problema dificilmente pode ser resolvido pela forma "agentes internos" e por uma contradição com a "nação".

b) As economias dominantes continuam a ter grande necessidade de matérias-primas e consideram do seu interesse — e do interesse das suas empresas instaladas no Brasil — manter a estrutura agrária existente: o desenvolvimento da indústria exigindo a reprodução da orientação da produção agrícola, o que tem implicações diretas sobre a reprodução das relações de produção no campo — como separar as contradições e como poderá o camponês lutar contra os "senhores feudais" sem lutar contra a burguesia industrial que os mantém? E como poderá lutar contra os dois, sem lutar contra o imperialismo?

A série de contradições enumeradas na teoria pluralista compreende todos os elementos, mas não forma uma totalidade: enumera os componentes, mas não explica a dinâmica das suas relações. Não é satisfatório o recurso aos "agentes internos" para explicar a presença eminentemente interna da dinâmica imperialista e à "transição" para explicar a coexistência durante séculos de modos de produção que deveriam excluir-se.

A abordagem permanece estéril quando se trata de demonstrar o essencial: a articulação do conjunto num processo histórico.²⁰

¹⁹ Charles Bettelheim, "Remarques théoriques à propos de 'l'articulation des modes de production' de Pierre-Philippe Rey", Problèmes de Planification, nO 14, Paris, Sorbonne, s. d., p. 175.

²⁰ "A teoria dialética combate... o empirismo, para o qual a contradição não é mais que um fato, não uma lei do ser, e que a reduz à diferença constatável pela observação, à simetria, à justaposição dos distintos. O pluralismo, forma refinada do empirismo confunde o imediato e o mediato, despreza as conexões explicativas; negando a contradição, nega qualquer espécie de teoria unitária e chega a um misticismo de boa qualidade" (Henri Lefebvre e Norbert Guterman, "Lénine", Cahiers sur la Dialectique, Paris, Gallimard, 1967, p. 40).

Capítulo II

Um Esboço de Método

O abuso flagrante dos conceitos "feudalismo" e "pré-capitalismo" para definir certas economias ou certos setores das economias subdesenvolvidas explica a voga de várias simplificações: é o caso em particular de teses de Roberto Simonsen, autor de uma das melhores histórias econômicas do Brasil, que considera o Brasil como sendo capitalista desde o início da sua formação e em todos os seus aspectos, apoiando-se no simples fato de que a motivação básica da atividade econômica era o lucro.

Hoje as análises mais interessantes voltam-se para as razões que permitiram a coexistência de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas ao longo dos séculos, apesar da modernização da economia, e para as razões que perpetuaram as relações coloniais e a dependência, apesar da soberania "oficial".

Parece que os progressos teóricos constatados resultam justamente da aproximação destes dois níveis de análise. Trata-se, pois, ultrapassando a dicotomia contradições internas (de classe) e contradições externas (nação contra imperialismo), de juntar a análise da dependência — "ajustamento estrutural pelo qual certas formações nacionais se submetem a outras",²¹ para retomar a fórmula de Samir Amin — e a análise das contradições de classe, tomando naturalmente por base a análise do modo de produção.

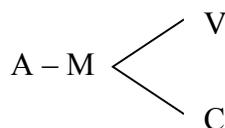
O problema central é, evidentemente, a explicação dos mecanismos que permitem, num quadro capitalista, a imbricação de relações de produção aparentemente pré-capitalistas e de relações de circulação indiscutivelmente capitalistas, sem que o processo de reprodução alargada do capital se veja perturbado.

Devemos, pois, antes de tudo, definir claramente as fases da reprodução do capital, e para isto partimos do livro II de *O Capital* de Marx e dos esquemas de reprodução.

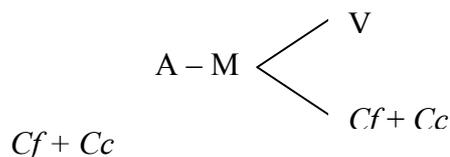
"No processo de reprodução do capital social, Marx engloba 'tanto o processo de produção imediato como as duas fases do processo de circulação propriamente dito, ou seja, o ciclo completo que, na qualidade de processo periódico que se repete sem cessar em intervalos determinados, constitui a rotação do capital'. A reprodução do capital social é pois constituída pela reprodução das três fases do processo cíclico do capital".²²

a) Primeira fase da circulação do capital: $A - M$.

O capitalista, dispondo de um capital-dinheiro, procura investi-lo produtivamente e, para fazê-lo, converte este capital-dinheiro em força de trabalho e meios de produção (capital produtivo). Desdobrando M , podemos escrever esta fase como segue:



A proporção C/V na despesa do capitalista determinará a composição orgânica do capital. O capital constante, C , pode ele mesmo ser subdividido em capital circulante e capital fixo, segundo seja parcialmente ou totalmente consumido num ciclo dado de reprodução. Podemos, pois, escrever esta fase como segue:



onde: A = Capital-dinheiro

V = Capital variável

Cf = Capital fixo

Cc = Capital circulante

²¹ Samir Amin, *Le développement inégal*, Paris, Ed. de Minuit, 1973, p. 12.

²² *Apoiamo-nos aqui na excelente apresentação da reprodução do capital segundo K. Marx feita por J. Nagels em La reproduction du capital selon K. Marx (Boisguillebert, Quesnay, Leontiev)*, Bruxelas, 1970.

b) Segunda fase: ... p ..., fase de produção do capital.

O capital-dinheiro tendo sido transformado em força de trabalho, em meios de produção, a combinação destes no processo de produção permite obter uma quantidade de mercadorias M' . O valor destas mercadorias é igual à depreciação do capital fixo (porção do capital fixo cujo valor se incorpora no produto), mais o valor do capital circulante, mais o valor da força de trabalho incorporada no produto, e, enfim, a mais-valia:

$$M = C + V + S$$

c) Terceira fase: $M' \rightarrow A'$, fase de circulação do capital.

O capitalista dispõe agora de um capital sob a forma de mercadoria, de um capital-mercadoria que deve converter em capital-dinheiro para poder reinvestir em meios de produção e em força de trabalho, a fim de continuar a reprodução do capital, bem como para assegurar o seu próprio consumo. Deve, pois, realizar a mercadoria, comercializá-la.

O ciclo completo, compreendendo as duas fases de circulação e a fase de produção, toma pois o aspecto seguinte:

$$A \rightarrow M \dots p \dots M' - A'$$

Os três ciclos, vê-se bem, são igualmente necessários ao processo de reprodução do capital. No entanto, o acento que se dá à circulação ou à produção modifica profundamente a interpretação histórica de certos fenômenos, donde o debate importante que se instaurou a este respeito.

Das Relações de Forças às Relações de Produção

Na base da situação atual de dependência, devemos situar uma certa vantagem inicial da Europa do século XVI, cujo capitalismo nascente se via travado no seu desenvolvimento pelas estruturas feudais e buscava no comércio longínquo a possibilidade de aumentar os seus lucros.

Apesar de, como o nota Bairoch, a decalagem em termos de riqueza não fosse muito grande na época, e em todo o caso bem menor que hoje, o fato é que os comerciantes com os seus produtos e os "conquistadores" com os seus canhões representavam para as civilizações do "ultramar" uma força irresistível, e sabemos que civilizações dotadas de um alto nível de organização foram completamente desorganizadas ou reorientadas pelo avanço dos mercadores e dos piratas europeus.

Esta vantagem inicial foi gradualmente transformada numa hegemonia total, pelo conjunto de métodos que acompanharam a acumulação primitiva do capitalismo. As redes comerciais foram desviadas, as estruturas de produção reorientadas. Sendo o enfraquecimento das economias do ultramar consequência da pilhagem e do comércio longínquo efetuados para enriquecer a metrópole e, o que é mais importante, para fortalecer o setor dinâmico dentro da metrópole constituído pelas atividades capitalistas, o reforço destas era proporcional à submissão crescente daquelas.

Ora, à medida que as conquistas se multiplicavam e que os "entrepósitos" de comércio se estabeleciam nos quatro cantos do mundo, começava a tecer-se a teia da divisão internacional do trabalho e das relações mundiais de produção.²³

Com efeito, a presença do capitalismo mercantil, apesar da sua fraca importância na época, provocava um desequilíbrio na produção local dos países do ultramar, favorecendo o aparecimento de atividades econômicas e de grupos dominantes ligados às necessidades dos mercados europeus.

²³A compreensão da importância das relações de produção mundiais, já na fase do capitalismo comercial, conheceu um avanço com recentes trabalhos de história econômica, em particular de Marian Malowist, Immanuel Wallerstein e outros.

À medida que estas se desenvolviam, a produção para o exterior tornava-se comparativamente mais vantajosa nestes países e, independentemente das relações de dominação militar que se estabeleciam, formava-se o "pano de fundo" da dependência econômica dessas regiões, por meio da divisão internacional do trabalho.

Divisão esta que, baseada numa dominação inicial do capitalismo em pleno florescimento, não era uma especialização regional para o maior bem comum, como o queria Ricardo, mas significava, ao contrário, a subordinação da produção na periferia às necessidades da acumulação no centro.²⁴

Formação de um Sistema Bipolar

Assim, uma série de regiões, antes de desenvolverem o seu próprio capitalismo ou de começarem a pôr em questão os próprios sistemas pré-capitalistas, eram gradualmente submetidas à dinâmica do capitalismo do centro, que se manifestava na periferia sob a forma comercial e, à medida que este comércio se desenvolvia, sob a forma de divisão do trabalho, visto que os novos mercados estimulavam a *produção* para exportação, provocando gradualmente uma reconversão da economia local. As economias da periferia começavam a organizar a sua própria produção em função do capitalismo europeu, que aparecia sob a sua forma mercantil: tratava-se de uma extensão da circulação e não do processo de produção do centro para a periferia. Mais precisamente, tratava-se, em geral, da troca de mercadoria elaborada por produtos coloniais e, mais tarde, de matérias-primas. É indiscutível que esta ligação prematura com o capitalismo europeu reforçou as classes dirigentes locais e cristalizou relações de produção existentes, ao mesmo tempo que mudava a sua orientação. Vendo no monopólio do contato entre o capitalismo europeu e as estruturas locais de produção o melhor meio de fortalecer-se, as classes dominantes locais tornaram-se intermediárias deste intercâmbio. Participavam do excedente produzido sob diversas formas, mas submetiam-se de maneira crescente à dinâmica do capitalismo do centro.²⁵

Dominância, na Periferia, das Esferas de Circulação do Centro

À medida que o capitalismo europeu, desvinculado dos laços feudais que o entravavam, penetrava na fase industrial, o esquema de reprodução do capital conhecia uma transformação profunda. Assim, das duas fases de circulação e fase de produção que constituem o processo de reprodução do capital e da sua acumulação, a acumulação comercial, e com isto as fases de circulação, passava a pesar relativamente menos no período do capitalismo mercantilista, enquanto a fase de produção ... p ... se tornava o elemento determinante do sistema.

²⁴ Este elemento de dominação encontra-se evidentemente ausente na análise das vantagens comparadas de Ricardo — a partir desta dominação, certas economias impunham às outras um tipo determinado de especialização segundo as suas próprias necessidades; se em termos de troca (valor do produto) a vantagem podia ser dividida, o efeito sobre a estrutura de cada pólo era profundamente diferente. Era bem a periferia que se submetia à dinâmica do centro, e não o inverso, e enquanto o centro reforçava uma produção em que as economias de escala e os custos decrescentes jogavam em cheio, permitindo-lhe desenvolver uma economia integrada e reforçada pelos seus laços externos, a periferia especializava-se em produções pouco dinâmicas por natureza e multiplicava setores desintegrados entre si, cuja única lógica era a complementaridade relativamente às necessidades do centro.

²⁵ A participação das classes dirigentes periféricas na formação deste sistema é freqüentemente subestimada, dando-se maior relevo à "agressão" militar e comercial do capitalismo. Ora, o próprio caráter pré-capitalista destas classes — na falta de um capitalismo local — assegurava a sua extroversão, ou seja, o seu enquadramento pelo capitalismo do centro. Se a dinâmica capitalista reforçou e cristalizou as relações de produção na periferia, constata-se que os efeitos fundamentais foram os mesmos nas terras onde o capitalismo constituiu a sua produção complementar em terreno virgem: é o caso do Brasil ou do Sul dos Estados Unidos, onde instaurou relações de produção análogas. Barbara e Stanley Stein constatarem um mecanismo análogo na Espanha e em Portugal. A este propósito ver em particular os excelentes estudos de Marian Malowist.

Sendo que o ciclo do capital só é completo através da sucessão das três fases, não se trata de "privilegiar" uma ou outra, mas de compreender que, na inversão citada e na medida em que progrediam as forças produtivas, era a produção que passava a determinar em última instância a composição e o volume da circulação, e não inversamente. Esta predominância da produção não impedia, evidentemente, que as formas de circulação continuassem a condicionar por sua vez o processo de produção.

Ao contrário, nas economias periféricas constatamos a dominância inversa: são as necessidades de circulação capitalista, que se manifestam na periferia sob a forma de comércio longínquo, que determinam cada vez mais as atividades econômicas locais. As fases de circulação tornam-se determinantes, em última instância, da composição ou do volume de produção — ou de pilhagem — local.

Ora, se recolocarmos estas diferenças relativas da fase de produção e das fases da circulação no centro e na periferia, constatamos que a produção capitalista na periferia é essencialmente determinada pela procura no centro, enquanto no centro, por um lado, a circulação se vê em última instância submetida às necessidades da produção; por outro lado, o aspecto exterior desta circulação é nitidamente complementar, sendo a circulação no seu conjunto determinada essencialmente do interior.²⁶

Assim, a dinâmica principal na periferia era constituída por uma dinâmica secundária do centro — é o comércio exterior do centro, cuja função era ali complementar, que se tornava o elemento principal da estruturação das economias periféricas, através da dominância da circulação.

Extroversão da Economia Capitalista Dependente

Caracterizamos a dominância das determinações capitalistas externas sobre as determinações internas como constituindo a extroversão econômica de economia dependente.

É evidente que a dominância das atividades extrovertidas constitui simultaneamente uma causa e um efeito da divisão internacional capitalista do trabalho; esta, sendo efetuada sob o signo das necessidades de acumulação no centro, não se tratava de um ajustamento recíproco, mas da submissão de um às necessidades do outro. À medida que a divisão progredia, a acumulação no centro aumentava, a produção e as necessidades encontravam-se aumentadas e as economias periféricas reforçavam a sua "especialização". Constituindo o capitalismo do centro o elemento motor do conjunto, a periferia especializava-se *em função* destas necessidades.

Poderia objetar-se que nos referimos a mecanismos capitalistas em países onde o capitalismo ainda dava os primeiros passos. Voltaremos a este problema mais adiante. Constatemos, por enquanto, que se as relações de produção continuavam a ser em geral pré-capitalistas, o fator que determinava *o que* seria produzido e *para quem*, ou seja, a utilização destas relações de produção, era a circulação capitalista, não interna, mas a extensão da circulação capitalista do centro. Assim, as relações de produção pré-capitalistas eram submetidas à dinâmica das esferas de circulação capitalista, secundárias no centro, mas principais na economia periférica.²⁷

²⁶ Compreende-se, pois, que os efeitos deste processo sejam inversos: enquanto na periferia o comércio longínquo, reforçando as elites locais, cristalizava o sistema pré-capitalista existente e não contribuía para desenvolver o mercado local, obrigando os produtores locais a produzir em função do "mercado longínquo", no centro este comércio reforçava o artesanato e o comércio capitalista, lançando as bases da ruptura do sistema feudal e abrindo cada vez mais as possibilidades de produção em função do mercado interno.

Temos, pois, duas "regiões": o "centro", capitalista dominante determinado pela produção e introvertido (as atividades determinadas pela circulação externa sendo relativamente secundárias e complementares da dinâmica interna); a "periferia", em que o capitalismo dependente é determinado pelas esferas de circulação e extrovertido, a circulação na periferia vendo-se assim determinada em última instância pela produção no centro.

²⁷ Foi na medida em que puderam inverter esta principalidade—as atividades determinadas pelo processo de produção interna no Norte impondo-se às atividades capitalistas (mas com relações de produção pré-capitalistas) no Sul

Vemos pois que, apesar das relações de produção pré-capitalistas dominantes, a atividade para exportação, determinada pela circulação capitalista, podia constituir-se e tornar-se dominante e determinar as próprias relações de produção.

Temos um exemplo nas plantações de uva na Argélia, país onde a religião tornava o consumo de vinho quase nulo. Esta produção vê-se indiscutivelmente determinada pelas necessidades do centro, sem aí constituir uma dinâmica essencial, enquanto que na Argélia esta produção se torna dominante, cobre as melhores terras e determina a estrutura do poder. Aos que objetariam que elementos políticos e de força, mais do que mecanismos econômicos, intervieram neste processo histórico, baste lembrar o caso do café brasileiro, em que uma produção à base de relações pré-capitalistas é destinada quase totalmente à exportação e se encontra determinada pelas necessidades de acumulação no centro. A estrutura econômica local foi reorganizada em função desta circulação capitalista e os grupos ligados a esta produção mantiveram a hegemonia do poder até 1930. No entanto, o Brasil era um país independente e soberano.

As Funções de Produção e de Realização de Força de Trabalho

O caráter extrovertido da produção (dominância do setor exportador sobre a produção para consumo interno, dominância das esferas da circulação capitalista do centro sobre a produção na periferia) reflete-se numa forma particular de realização.

Nas economias capitalistas dominantes, a realização fez-se decerto em grande parte graças à exportação. Mas não se trata de um mecanismo fundamental para as economias dominantes: assegurava antes de tudo a aquisição de matérias-primas *a melhor preço* e Lênin mostra bem que o comércio exterior permanece uma troca — não sendo o problema da realização resolvido, mas deslocado — e, no caso que consideramos, esta troca resultava numa capacidade de produção maior, logo, num problema de realização maior.

No entanto, nas economias periféricas, sendo a produção para o exterior dominante, segue-se que o essencial da realização do produto ($M' - A'$) não se fazia no interior, mas no exterior da região produtora.

Daí decorre um fato de grande importância para o estudo das relações de produção: o ciclo de reprodução alargada do capital fechando-se no exterior (do país ou da região produtora), a força do trabalho participa apenas marginalmente na realização do seu próprio produto.

Noutros termos, o equilíbrio entre a produção de bens e o seu consumo realizava-se através de uma exploração muito elevada, ou seja, a mais-valia tomava importância relativamente maior.²⁸

O problema deve ser bem compreendido: não se trata de uma situação de subconsumo. No seu *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e em *Para Caracterizar o Romantismo Econômico*, Lênin refuta a concepção segundo a qual a exportação constituiria uma solução ao subconsumo local. Com efeito, a exportação supõe a prazo uma importação, e em termos globais o problema de realização permanece inteiro.²⁹

determinadas pela circulação capitalista do centro — que os Estados Unidos conseguiram estabelecer a dominância das esferas de produção e de relações de produção capitalistas. A ruptura dos laços de comércio com o capitalismo dominante (a Inglaterra) e a supressão de relações pré-capitalistas constituem pois, paradoxalmente o mesmo movimento. Note-se, no entanto, que certos elementos pré-capitalistas do Sul foram reproduzidos, a partir da dominação do Norte industrial, no quadro de uma polarização interna.

²⁸ *O consumo de luxo, se bem que muito importante, não basta para explicar o fenómeno; é necessário acrescentar a transferência de mais-valia para os capitalistas do centro.*

²⁹ *Ver em particular o capítulo VI de Para Caracterizar o Romantismo Econômico. No entanto, a crítica de Lênin aborda o problema em termos demasiado globais. Com efeito, numa fase em que a Inglaterra exporta bens de consumo e importa bens de produção, o produto encontra-se realizado, pois os bens importados constituem capital produtivo, ou bens de luxo, ambos de consumo da classe de capitalistas. Neste sentido, o ciclo de reprodução encontra-se reequilibrado, através, precisamente, da exportação. Isto é possível porque, em termos da classe que consome, não há equivalência entre o bem exportado e o bem importado, mesmo que haja uma equivalência em termos de valor. É evidente que a superexploração na Inglaterra do século XIX era possível na medida em que a realização do produto se fazia em grande parte fora da esfera de consumo do trabalhador. As cadeias que prendiam as crianças às máquinas de*

Trata-se do fato de que a força de trabalho ocupada na produção do açúcar, do cacau, do tabaco, do café — e isto refere-se também em parte, conforme veremos, aos bens industriais — não é consumidora destes bens, ou só o é de maneira acessória. Assim, enquanto a identidade fundamental entre a produção e o consumo se mantém, a realização da quase totalidade da produção dominante efetua-se por intermédio da mais-valia: a) os bens "coloniais" produzidos serão trocados por produtos manufaturados da metrópole — bens de luxo, máquinas — ou escravos, ou seja, bens de consumo capitalista; b) estes bens coloniais serão trocados por produtos da metrópole que não refletem, em nível igual de produtividade, um *input* igual de trabalho, originando uma transferência importante de mais-valia para o centro (mais-valia diferencial, dirá Emmanuel, pois baseada na diferença de remuneração da mão-de-obra do centro e da periferia, sendo esta mais-valia transformada em acumulação do capital nas economias dominantes).

Vemos bem aqui as necessidades de acumulação no centro determinando superexploração e relações de produção pré-capitalistas na periferia. O dado essencial destas relações de produção é que a força de trabalho (servil, escravo, assalariado, pouco importa aqui), que no capitalismo dominante exerce uma dupla função, na fase de produção (... p ...) e na fase de realização (M' — A') — dentro do processo de reprodução do capital —, terá apenas a primeira função no capitalismo periférico, na medida precisa em que o capitalismo periférico é determinado pelas esferas de circulação no centro.³⁰

Explica-se então a manutenção de um dado estável: a incrível miséria do proletariado rural, quaisquer que sejam as relações de produção existentes, nos setores extrovertidos e, por repercussão, noutros setores, se bem que em menor grau.

O escravo no Nordeste e o operário assalariado das plantações de São Paulo, o trabalhador agrícola dos séculos XVII ou XX permanecem no fim de contas no mesmo nível econômico, e veremos as relações pré-capitalistas mudar de forma — da escravidão ao "barracão" e ao "cambão" — sem que se encontre o desenvolvimento "autocentrado" característico das economias capitalistas dominantes, em que a proletarização do camponês, se bem que significando um empobrecimento relativo, aumentava o mercado capitalista.³¹

Aqui o ciclo de reprodução capitalista fecha-se no exterior. Assim, a miséria e as características "arcaicas" da agricultura são determinadas não por um atraso do capitalismo, mas pelo caráter particular do capitalismo periférico.

O Caráter Dominante da Circulação

Referimo-nos várias vezes ao "caráter dominante" da circulação sem explicar suficientemente o sentido que lhe demos. É evidente que a *priori* é absurdo "preferir" uma fase ou outra da reprodução do capital, na medida em que todas são igualmente indispensáveis para "fechar" o ciclo.

Com efeito, e este será um dos nossos pontos de partida, a questão não é de se privilegiar ou não a circulação ou a produção. O modo de produção capitalista não pode perpetuar-se na ausência de qualquer uma delas. Logo, todo o debate sobre a importância relativa de uma ou outra constitui um esquecimento do caráter necessário na reprodução do capital da sucessão permanente das fases capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria.

tecer na Inglaterra da revolução industrial são na realidade bem parecidas, no seu fundamento econômico, com a sujeição extra-econômica que mantém o trabalhador miserável preso à fazenda de exportação do Nordeste.

³⁰ *A este propósito ver os excelentes trabalhos de R. M. Marini, em particular Dialética da Dependência, Coimbra, 1976, e Sous-développement et révolution en Amérique Latine, pp. 106 e seguintes. A propósito desta ruptura das funções do proletariado, ver também Jamil, O Caminho da Vanguarda, São Paulo, 1969.*

³¹ *No seu Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Lênin mostra bem o que tem de progressista, do ponto de vista capitalista, o empobrecimento relativo que resulta da proletarização do camponês: os seus rendimentos reduzidos entrarão no circuito capitalista, levando a um aumento absoluto do mercado. Ora, no Brasil, na medida em que a produção não corresponde ao perfil de consumo da força de trabalho — e isto é verdadeiro para a produção colonial e também em parte para os produtos industriais de hoje —, o ciclo rompe-se e vai se fechar somente no exterior.*

No entanto, na medida em que, como vimos, é a extensão parcial das esferas de circulação capitalista do centro que constitui o elemento determinante da economia na periferia, forçoso é constatar que esta circulação determina a produção e torna-se por conseguinte o elemento motor de certa forma do processo de reprodução do capital, analisado desta vez do ponto de vista da economia dependente.

Isto vem por sua vez deslocar o debate sobre a importância relativa dada à circulação ou às relações de produção dentro do modo de produção. É evidente que, na medida em que se privilegiam as relações decorrentes da circulação, é-se levado rapidamente à conclusão de que se trata de um modo de produção capitalista. É igualmente compreensível que um maior destaque dado às relações decorrentes do próprio processo de produção leva a concluir pelo caráter feudal dos setores retardatários.

Ora, na raiz das incompreensões relativas ao debate sobre a importância da circulação ou da produção, está o fato de que se deixa de lado o debate sobre o sentido geral das relações de circulação e de produção e das forças produtivas, como modo de produção. Aqui, o essencial é que esta totalidade — englobando todos os elementos — obedece a uma dinâmica capitalista.

Isto tornado claro, podemos então passar a discutir a dominância da circulação ou da produção como elemento motor *dentro* do modo de produção capitalista determinado. É justamente na medida em que a dominância da circulação se faz sob a égide da circulação externa, através da divisão internacional do trabalho, que teremos uma forma particular do modo de produção capitalista, aqui dependente, ou, no caso de dominância de produção, de um modo de produção capitalista dominante.

É em função das flutuações da bolsa de Londres que o plantador do Nordeste organizará a sua plantação, decidirá buscar mais ou menos mão-de-obra, estenderá ou não as suas culturas, comprará mais ou menos bens.

Para realizar estas tarefas determinadas no seu conjunto pelas necessidades da reprodução capitalista, fará apelo a uma mão-de-obra ligada à sua empresa agromercantil por laços de escravatura, de corvêia, de assalariamento não-livre (o operário endivida-se em perpetuidade na propriedade em que é obrigado a fazer as suas compras e, na realidade, não é livre, se bem que assalariado — sistema conhecido sob o nome de "barracão"), noutras palavras: por relações de produção pré-capitalistas.³²

O caráter das relações de produção é duplamente determinado pela dinâmica da esfera de circulação do centro; imediatamente, pelo fato de que fazendo-se a realização do produto na esfera da circulação capitalista do centro, a força de trabalho não participa como consumidora e é castrada de uma das suas funções; mediatamente, porque, para fazer a mão-de-obra trabalhar na miséria para a exportação, num país onde a terra abunda, o capitalismo deve recorrer à força e ao monopólio da terra, medidas complementares destinadas a impedir que o trabalhador se estabeleça por conta própria. Este fenômeno aconteceu frequentemente, apesar de tudo, com a constituição de "quilombos" (zonas onde se instalam escravos fugitivos para produzir para si) ou, fenômeno essencialmente idêntico deste ponto de vista, a fuga para terras desocupadas para praticar a agricultura sobre queimadas — agricultura de subsistência — depois do fim da escravidão e até hoje, ou ainda o fenômeno de culturas selvagens atuais, as "posses".

Assim reencontramos fenômenos durante longo tempo considerados como pré-capitalistas, ou seja, como pertencentes a um modo de produção pré-capitalista, mas determinados pela dinâmica do capitalismo dominante.

O debate, enquanto é colocado em termos de escolha, sem que se demonstre a possibilidade de o modo de produção capitalista *utilizar* relações de produção que foram conhecidas na Europa durante fases pré-capitalistas, não pode desembocar senão num diálogo de surdos.

³² Na falta de definição melhor, qualificamos estas relações de produção como "pré-capitalistas": como qualificar relações de produção pré-capitalistas determinadas por (e não em contradição com) um modo de produção capitalista?

Com efeito, que critério escolher pare determinar o modo de produção existente? Se privilegiarmos a motivação dos empresários, o lucro, como o fez Roberto Simonsen, chegaremos indiscutivelmente à conclusão de que se trata de um modo de produção capitalista, mesmo nas zonas mais atrasadas da agricultura do Nordeste; ao contrário, se considerarmos as relações de produção, em particular as relações de exploração, chegaremos à conclusão de um modo de produção pré-capitalista, feudal, escravista ou "de transição" para o capitalismo mesmo nas plantações modernas do Sul.

Na realidade, parece que, na medida em que na periferia domina o capitalismo extrovertido e monopolista (que constitui, no fim de contas, o que C. Furtado chama "empresa agroindustrial"), o modo de produção na periferia deve ser analisado como um modo de produção: modo de produção capitalista dependente.³³

Capitalista porque é indiscutível que, se bem que as relações de produção sejam próximas do que na Europa era descrito como relações de produção pré-capitalistas (servidão ou escravatura), o conjunto desta dinâmica — relações de produção inclusive — é orientado pelas necessidades da acumulação no centro, através da dominância das esferas de circulação no processo de reprodução do capitalismo dependente.

Dependente porque da dominância da dinâmica da acumulação no centro decorre esta forma particular do capitalismo que permite, pelo fato da extroversão, que este modo de produção apareça utilizando relações de produção pré-capitalistas.

Notemos, enfim, que neste debate não se devem colocar os dados relativos à circulação (capitalista, extrovertida) e às relações de produção (pré-capitalistas, lembremos que a escravidão foi abolida no Brasil há menos de noventa anos e que deu lugar a outras relações que podem ser qualificadas de pré-capitalistas) no mesmo plano, do ponto de vista político. O fato da existência de relações de produção pré-capitalistas constitui, sem dúvida, um dado importante para a compreensão da tática da luta de classes; por outro lado, a dominância da circulação capitalista extrovertida é essencial para se compreender a evolução histórica do Brasil, a formação das suas grandes opções econômicas e classes sociais e as próprias relações de produção, desembocando em conclusões essenciais relativamente à estratégia da luta de classes, em particular do caráter revolucionário — no sentido socialista — das massas camponesas.

Referimo-nos acima a *um* modo de produção. O problema desemboca na articulação de elementos capitalistas e pré-capitalistas na reprodução do capital.

Já vimos o impasse a que chega a análise da articulação dos elementos capitalistas e pré-capitalistas através do conceito de "transição". Este permite explicar a existência de elementos pertencentes a modos de produção sobrepostos, um representando o "passado" e outro o "futuro".

Tal perspectiva é falsa: com efeito, o que caracteriza os países subdesenvolvidos não é um atraso da manifestação da transição do modo de produção feudal ou escravista para o modo de produção capitalista, mas justamente a coexistência durável, que se estende por vários séculos, destes elementos. A própria duração desta transição indica tratar-se, no caso, de um "compromisso" teórico.

Pierre-Philippe Rey toma corretamente como ponto de partida a perenidade desta articulação, mas refere-se à articulação de *modos de produção* diferentes.

"De qualquer maneira, em 1949 o capitalismo tinha estabelecido havia já uns bons anos a sua dominação nas colônias, mas o desenvolvimento não deixava por isso de ser extremamente lento; constatava-se igualmente que em todas as colônias dos países capitalistas as estruturas sociais correspondentes aos modos de produção pré-capitalistas não haviam de modo algum desaparecido, e tinham-se mesmo em geral reforçado. O que é mais, estes modos de produção pré-capitalistas

³³ A busca da definição de um modo de produção específico para dar conta da realidade diferente do subdesenvolvimento capitalista encontra-se em uma série de autores: Ben Haddou Boulghssoul refere-se ao "modo de produção capitalista periférico"; Tomaz Amadeu Vasconi a um "modo de produção capitalista dependente"; Wanderley Guilherme a um "modo de produção subdesenvolvido". Tratando-se, no entanto, de um modo de produção capitalista, a definição da sua especificidade coloca uma série de problemas, que estão no centro, justamente, da teoria da "dependência".

continuavam eles próprios a jogar um papel muito importante e mesmo absolutamente determinante para a sobrevivência das populações".³⁴

As condições concretas dos países subdesenvolvidos são, pois, caracterizadas pelo "tipo de articulação" que neles se realiza entre o capitalismo dominante e os outros modos de produção.³⁵ Trata-se, pois, de "uma formação social capitalista onde o capitalismo é o modo de produção dominante, onde os outros modos de produção se reproduzem 'sobre a base' do modo capitalista, no quadro do próprio processo de reprodução capitalista".³⁶

Se a concepção de articulação de modos de produção sobre a base de um modo de produção dominante nos parece constituir um enorme progresso relativamente às "justaposições" dualistas ou pluralistas, comporta no entanto ainda uma grande imprecisão: o modo de produção capitalista é por certo dominante, mas como qualificar os "outros modos de produção"? Kostas Vergopoulos nota bem que "o camponês não pode reivindicar uma organização do conjunto da sociedade na base do modelo 'pré-capitalista'... por conseguinte não pode ser considerado como portador de um outro modo de produção".³⁷

Charles Bettelheim aponta com maior precisão o problema: "Pergunto-me, com efeito... se os 'modos de produção' dominados conservam o estatuto de 'modo de produção', pois a sua própria instância 'dominante' não pode mais funcionar como tal. Noutros termos, o que pode ser 'pensado' de modo abstrato (num isolamento ideal) como um 'modo de produção' deixa de ser tal na combinação em que certos modos de produção são dominados".³⁸

Excelente "preocupação" esta de Bettelheim. Com efeito, ou nos encontramos ainda na fase de penetração do "modo de produção dominante", e neste caso estamos simplesmente numa concepção mais elástica da transição; ou, então, os elementos pré-capitalistas pertencem ao modo de produção capitalista, "sobre a base" do qual são reproduzidos, e não há como fugir ao problema: há que demonstrar como estes elementos pré-capitalistas se integram nas diversas fases de reprodução do capital, sem constituir os entraves que vieram constituir na Europa da revolução burguesa. E, neste caso, é de pouco interesse qualificar estes modos de produção pré-capitalistas como modos de produção, já que constituem um elemento estável da acumulação do capital no modo de produção capitalista.

Assim, a nossa preocupação foi ir além de conceitos extremamente elásticos e difíceis de delimitar — a "articulação", a "dominância" do modo de produção capitalista, a reprodução dos modos de produção pré-capitalistas "sobre a base" do modo de produção pré-capitalista — e tentar, partindo de uma distinção das diferentes fases de reprodução do capital ($A - M \dots p \dots M' - A'$), no decorrer das grandes etapas da economia brasileira (etapa colonial, neocolonial e transição para a fase atual), compreender como os elementos pré-capitalistas encontram o seu lugar na reprodução do capital e como a contradição aparente que resulta de coexistência de elementos capitalistas e pré-capitalistas foi sendo sucessivamente resolvida.

Tal é a perspectiva que nos pareceu mais produtiva. Com efeito, estes desenvolvimentos teóricos são recentes e não justificam tomadas de posição categóricas. No entanto, pareceu-nos que na falta de ligar a sua análise do carácter dominante da circulação e da articulação dos modos de produção a uma teoria de realização, Rey não consegue caracterizar uma forma específica do modo de produção capitalista e, ao manter a concepção de "luta de modos de produção", não consegue desligar-se efetivamente de uma concepção "lata" da transição.

Parece-nos que se trata de um modo de produção que se articula com *relações de produção* diferentes das do capitalismo dominante, enquanto impõe as suas próprias relações de circulação,

³⁴ Pierre-Philippe Rey, *Les alliances de classe: sur l'articulation des modes de production*, Paris, Maspéro, 1973, p. 13.
(18) Charles Bettelheim, "Remarques théoriques", *Problèmes de planification*, n° 14, 1970, pp. 184-185.

³⁵ Ibid., p. 17.

³⁶ Ibid., p. 158.

³⁷ Kostas Vergopoulos, "Capitalisme difforme", in: S. Amin e Kostas Vergopoulos, *La question paysanne et le capitalisme*, Paris, Anthropos-Idép., 1974, p. 255.

³⁸ Charles Bettelheim, "Remarques théoriques", *Problèmes de planification*, n° 14, 1970, pp. 184-185.

para constituir um dado específico, um modo de produção capitalista dependente. Com efeito, não há luta de modos de produção diferentes pela hegemonia sobre o processo de produção global: qual seria, por exemplo, a perspectiva das classes ditas feudais, que produzem açúcar, café e outros produtos de exportação, senão a de se ligar mais firmemente ao capitalismo internacional?

A Reprodução das Relações de Produção: Deslocamento das Bases Técnicas da Dependência

Se Vergopoulos refuta com razão a concepção de Rey de "luta" entre modos de produção dentro de uma formação social com "dominância" capitalista, a descrição que dá das relações entre os diversos elementos continua sendo uma relação de exterioridade: "O capital não visa necessariamente a extensão do modo de produção capitalista, mas sobretudo a interceptação da renda e do lucro agrícolas em proveito do modo de produção capitalista. O combate que Rey constata não visa tanto a mudança das estruturas produtivas, segundo o modo de produção capitalista, como a submissão das estruturas existentes ao "bombeamento" do modo de produção capitalista... não há verdadeiro combate entre dois modos de produção, mas sim luta entre elementos divergentes para a recuperação do produto e do trabalho agrícola".³⁹

O termo "bombeamento" (*pompage*) pode induzir em erro: não se trata de uma estrutura externa que "bombeia" as economias subdesenvolvidas ou as "suga" (perspectiva dualista), mas de um processo de reprodução do capital no quadro do capitalismo dependente.⁴⁰

Assim, pode-se perfeitamente dar conta das relações de produção longamente qualificadas como pré-capitalistas, no quadro do capitalismo dependente, cujas opções fundamentais são determinadas pela circulação do centro. Com efeito, do ponto de vista do capitalismo dominante, não se trata apenas de "recuperar o produto", mas sim de assegurar a sua reprodução crescente, e por conseguinte a reprodução das próprias relações de produção.

Sobre o pano de fundo constituído pelo desenvolvimento das forças produtivas, tanto nas economias capitalistas dominantes como nas economias capitalistas dependentes assiste-se, pois, a um gradual deslocamento das formas desta relação enquanto o fundo, a dependência econômica de umas em relação às outras, permanece.

Este deslocamento das formas de dependência encontra-se bem caracterizado por A. Emmanuel pare o caso da Índia, relativamente à produção local de tecidos de algodão, considerada um golpe mortal dado à dominação inglesa. Na realidade, esta passava simplesmente para outro nível: do intercâmbio de algodão indiano contra tecidos de algodão ingleses, passava-se a uma fase em que a Índia produz os seus próprios tecidos, enquanto a Inglaterra produz e lhe fornece casimira fina; mais tarde, a Índia viria a produzir também estes, mas a Inglaterra já lhe fornecia máquinas de fição e tecelagem, e assim por diante.⁴¹

Sem entrar no pormenor da simplificação evidente de certos condicionamentos do desenvolvimento indiano, interessa-nos aqui fixar o enfoque geral, que consiste em buscar sob a transformação técnica das formas externas de dependência a permanência do elemento essencial, da própria dependência e da extroversão econômica que se segue -impedindo o desenvolvimento autocentrado — que nos parece rico para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento brasileiro.

Relação das Determinações Internas

³⁹ Kostas Vergopoulos, op. cit., p 256.

⁴⁰ Notemos que a exploração estrangeira, o "bombeamento", é o aspecto sempre mais acentuado nos estudos sobre as relações entre o mundo pobre e o mundo rico. Deixaremos aqui de lado este aspecto, para nos concentrarmos sobre as relações de produção e a estrutura econômica que é imposta para tornar esta exploração possível, e cujos efeitos negativos são, no nosso parecer, incomparavelmente mais graves do que a própria exploração

⁴¹ Arghiri Emmanuel, "Exposé sur l'échange inégal", Problèmes de Planification, n ° 2, Paris, Sorbonne, 1962.

e Externas

Seria errôneo interpretar a dominância das determinações externas sobre o processo de produção capitalista dependente no Brasil como uma determinação unilateral, levando à simplificação corrente que faz do Brasil um "produto" ou um "reflexo" do capitalismo europeu e, mais tarde, do imperialismo americano.

A compreensão deve ser buscada na evolução histórica do Brasil e das contradições entre as exigências presentes das economias dominantes e na realidade social herdada das exigências precedentes. Assim, as firmas multinacionais, hoje no poder, poderiam ter interesse em dispor de um mercado interno mais vasto, mas herdaram a miséria que o capitalismo contribuiu para criar no decorrer dos séculos passados ao financiar o desenvolvimento industrial que hoje torna a existência destas multinacionais possível.

Constituída em função de necessidades sucessivas do desenvolvimento do capitalismo nas economias dominantes, a economia brasileira revela uma sobreposição de setores econômicos parcialmente incoerentes; mas a passagem de uma fase a outra exige que seja assumido todo este passado, como dado estrutural objetivo.

Da mesma forma, as atividades econômicas sucessivas deram lugar a classes dominantes brasileiras que, por deverem a sua posição à orientação do Brasil em função das necessidades do capitalismo do centro, não deixam por isto de ver os seus interesses ameaçados em cada nova fase e de utilizar todo o seu poder para guardar a sua posição, acontecendo que apenas a própria extroversão econômica não era posta em questão, como base da existência destas classes.

No limite do sistema dominância-dependência existe, pois, uma *relação* entre forças diferentes e, se a determinação externa continua dominante, passa necessariamente pela estrutura econômica e social do Brasil, que reage sobre ela com todo o seu peso.

Para compreender o Brasil é, pois, necessário pôr a nu as determinações externas e internas do processo de transformação da sua função no sistema capitalista, no decorrer do seu desenvolvimento histórico.

Capítulo III

Fase Portuguesa:

A DEPENDÊNCIA COLONIAL

O Brasil será uma colônia portuguesa desde a descoberta em 1500 até 1822, data da proclamação da Independência. Estes três séculos e pouco de colonização lançam as bases do Brasil atual.

Especificidades da Economia Brasileira

O Brasil constitui uma realidade profundamente específica: trata-se de uma economia criada praticamente em função do capitalismo em expansão. Ao contrário de certos países asiáticos ou africanos, onde a Europa utilizou para os seus fins as estruturas sócio-econômicas existentes, o Brasil no seu conjunto é criado como complemento econômico. Debruçar-se sobre a economia brasileira significa, pois, antes de tudo, debruçar-se sobre as funções sucessivas que ele desempenhou na formação e no desenvolvimento do capitalismo das metrópoles.

Nota-se a especificidade do Brasil relativamente ao mundo colonial em geral: enquanto na maior parte das outras colônias a metrópole sobrepunha às estruturas econômicas e políticas preexistentes um aparelho de dominação e mecanismos de exploração, no Brasil a fraqueza — tanto do ponto de vista numérico como, sobretudo, do ponto de vista social e organizativo — da população indígena obrigou a metrópole a criar uma economia, determinar as suas funções e escolher os produtos a partir de um único fator de produção preexistente: a terra.

Não se trata, pois, de uma reorientação de atividades locais para as necessidades da metrópole, mas da sua criação. A dualidade característica que se encontra em outros países do Terceiro Mundo — sobreposição de duas civilizações ou de duas dinâmicas — não existe portanto no Brasil.⁴²

Por outro lado, constatamos a especificidade do Brasil dentro da própria América Latina: em primeiro lugar, a América Hispânica é em geral bastante mais próxima do caso geral de sobreposição de estruturas coloniais sobre estruturas indígenas. Com efeito, a Espanha encontrou nas terras que conquistou uma civilização que, se bem que de diferentes níveis segundo as regiões, se situava claramente acima dos índios que os portugueses encontraram no Brasil. A tarefa dos espanhóis foi, pois, antes de tudo, submeter as estruturas sociais e econômicas existentes. Em segundo lugar, a existência do ouro e da prata na parte espanhola da América Latina orientou os colonizadores para a rapina e para a dinamização da extração de metais preciosos. Com a depressão do século XVII, que tocou fortemente as atividades mineiras, houve um tipo de fechamento em torno de atividades agrícolas e do mercado interno e os índios foram organizados num sistema próximo do feudal, a *encomienda*. Ao contrário, na parte portuguesa da América Latina, o fato de as riquezas minerais terem permanecido durante longo tempo desconhecidas orientou desde o início os colonos para atividades produtivas.⁴³

A economia brasileira vê-se, pois, desde logo *organizada para a produção* em função de necessidades *externas*.

Enfim, cumpre notar a especificidade do Brasil colonial relativamente aos Estados Unidos. A descrição acima traz evidentemente à mente traços semelhantes entre as duas economias na fase inicial. A especificidade brasileira será marcada apenas mais tarde, quando os Estados Unidos, pela Guerra da Independência e pela Guerra da Secessão, rompem com os laços políticos e econômicos da dependência e de extroversão e reorientam a sua economia em função das necessidades internas. No Brasil, uma série de circunstâncias, entre as quais o próprio caráter dependente de Portugal e o seu papel de intermediário e a dominância do clima tropical (favorecendo a especialização mais aprofundada do país em produtos coloniais), asseguraram a predominância das atividades extrovertidas sobre as atividades autocentradas, perpetuando a dependência.

O Brasil apresenta assim um pouco o caráter de "pura criação" da expansão do capitalismo europeu e, mais tarde, americano. O estudo da formação das estruturas econômicas e sociais do Brasil é, pois, particularmente interessante do ponto de vista teórico.⁴⁴

O Caráter Intermediário de Portugal

⁴² Paul Baran escreve que os povos subdesenvolvidos (em geral) "encontram - se presos entre o feudalismo e o capitalismo, sofrendo todas as conseqüências desastrosas ao mesmo tempo e as do imperialismo ainda por cima. A dominação implacável dos feudais era ainda atenuada pelos costumes e pela tradição, enquanto que a dos capitalistas — estrangeiros ou nacionais — praticamente não o era. Ao obscurantismo e à violência arbitrária acrescentava-se a capacidade calculadora e racional dos capitalistas" (Paul A. Baran, *Economie politique de la croissance*, Paris, Maspéro, 1967, p. 187). A tendência para identificar o que foi edificado no Brasil pelo colonizador com o que os colonizadores encontraram em outros países colonizados permanece grande.

⁴³ Num pequeno livro importante para a compreensão da América Latina, Barbara e Stanley Stein marcam bem esta especificidade: "Diferentemente da hacienda (da América espanhola), a plantação era uma unidade econômica independente, encarregada de fornecer matérias-primas ao consumo externo, ou seja, europeu" (Barbara e Stanley Stein, *L'Héritage colonial de l'Amérique Latine*, Paris, Maspéro, 1974, p. 47).

⁴⁴ É característico que numerosos autores que se colocam o problema da definição dos modos de produção em economias subdesenvolvidas se tenham voltado para o estudo do Brasil. Para citar alguns: Gunder Frank, Pierre Salama, Carlo Benetti, etc

Um traço importante das colônias latino-americanas — que em particular as diferencia da América do Norte — é a dependência econômica das suas próprias metrópoles. "Em 1492", escrevem Barbara e Stanley Stein, "a Espanha e Portugal dependiam economicamente da Europa. No século XVI, estes dois países fundaram impérios de ultramar em regiões que continuaram a controlar até mais ou menos 1824, mas a sua dependência econômica não findou por isto. Esta anomalia, ou seja, este duplo estatuto de colônia e império, determina a história das nações ibéricas e das suas possessões coloniais".⁴⁵

A aquisição de uma gigantesca colônia não iria melhorar a situação de Portugal na Europa, iria, ao contrário, confirmá-lo no seu papel subalterno. Portugal da época não era, como o quer Roberto Simonsen, capitalista.⁴⁶ A sua aristocracia encontrou nos sucessos do comércio longínquo uma base de apoio e uma possibilidade de sobrevivência econômica numa época em que em outros países da Europa e mesmo em Portugal o capitalismo despontava, ameaçando as classes dirigentes feudais.

"No fim do século XVI os holandeses controlavam cerca de 66 por cento dos transportes entre o Brasil e Portugal; possuíam uma grande parte do açúcar exportado da colônia; Amsterdã, e não Lisboa, tinha em 1621 cerca de 25 refinarias que utilizavam açúcar brasileiro, que já havia sido submetido a um primeiro tratamento".⁴⁷

Este papel foi gradualmente retomado pela Inglaterra. "Em 1700, cerca de 11 por cento do total das exportações britânicas ia para Portugal e Brasil. Pequena metrópole pobre de uma imensa colônia da América, Portugal era incapaz de fornecer-lhe a maior parte dos têxteis e produtos metalúrgicos que ela importava... Por outras palavras, por intermédio da economia e das estruturas políticas portuguesas, no início da era capitalista, o Brasil estava ligado à economia da Europa".⁴⁸

Portugal orientava pois a colônia segundo as necessidades das economias de que dependia, da Holanda e depois sobretudo da Inglaterra, e do seu capitalismo em pleno florescimento.⁴⁹

A Empresa Agroexportadora

Passados os sonhos do ouro e diamante, os portugueses tiveram de enfrentar a realidade: não tirariam da colônia mais do que ali produziram. A colônia era olhada com cobiça por outras potências europeias, em particular a Holanda e a França, e ambas fizeram incursões importantes no Brasil, e os portugueses deviam em consequência organizar rapidamente a colônia, desenvolvendo nela atividades produtivas, ou perdê-la.

Após uma breve etapa de pilhagem cujo objetivo foi a madeira, os portugueses orientaram-se desde 1531 para a produção do açúcar, cuja técnica já conheciam por tê-la praticado na Madeira e em São Tomé, antes da queda dos preços do fim do século XVI. Com a subida dos preços a partir da segunda década do século XVI,⁵⁰ a produção de açúcar correspondia aos interesses em jogo: a colônia, dotada de estruturas de produção, estaria mais abrigada das cobiças estrangeiras; o produto não sendo realizável *in loco*, a colônia dependeria da metrópole para fechar o ciclo da reprodução; a aristocracia portuguesa, cobrando impostos através do monopólio sobre o comércio colonial, asseguraria a sua própria sobrevivência; para o capitalismo mercantil em desenvolvimento, o

⁴⁵ Barbara e Stanley Stein, *op. cit.*, p. 13. Para um tratamento aprofundado da questão, ver os excelentes trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho, Armando Castro, Frédéric Mauro

⁴⁶ Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil — 1500-1820*, Cia. Editora Nacional, 1937, tomo 1, p. 126.

⁴⁷ Stein, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 32.

⁴⁹ *Um marco importante desta evolução é o Tratado de Methween (1703), que confirma a dominação da Inglaterra sobre a economia portuguesa e, indiretamente, sobre a colônia brasileira. Um breve corte não fez senão relativizar esta situação sem transformá-la: a presença do marquês de Pombal no governo português entre 1750 e 1777, que se esforçou por submeter a economia às necessidades portuguesas e por imprimir a Portugal uma política econômica nacional.*

⁵⁰ "Com a subida dos preços na segunda década da descoberta do Brasil a situação modificou-se e a produção do açúcar tornou-se interessante" (Heitor Ferreira Lima, *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, Cia: Ed. Nacional, 1973, p. 29).

comércio de um produto de luxo contribuiria para a concentração dos rendimentos e para o desenvolvimento da burguesia.

A colônia foi dividida em "capitanias", faixas de terra que começavam nas praias do Atlântico e se prolongavam em direção ao oeste inexplorado. Os donatários recebiam a terra da coroa de Portugal a título hereditário e partiam em geral com o objetivo especificado de desenvolver a produção da cana-de-açúcar na colônia.

O privilégio da terra era bastante lato: "Quem tivesse um capital — escreve R. Simonsen — podia solicitar o direito de explorar a terra... As concessões dadas pelo rei a estes homens constituíam o modo de estimulá-los, tornando o empreendimento mais fácil".⁵¹

A instalação central da produção de açúcar era o "engenho", que compreendia uma estrutura bastante ampla para organizar a plantação da cana-de-açúcar, para moê-la e para fabricar o açúcar, processo bastante complexo que exigia dezenas de trabalhadores com especializações diferentes. Tomando em consideração a importância das atividades da transformação sofridas pelo açúcar, Heitor Ferreira Lima sustenta que "o açúcar é o primeiro produto industrial que existiu entre nós".⁵²

Os engenhos multiplicaram-se rapidamente ao longo das costas do Nordeste. Cifras aproximadas dão-nos 60 engenhos em 1553; 120 em 1600; 528 em 1700 e, em torno de 1800, cerca de 800 engenhos, distribuídos como segue:⁵³

Paraíba	37
Pernambuco	296
Alagoas	73
Sergipe	140
Bahia	260
<i>Total</i>	806

É difícil sobrestimar a importância do açúcar na formação das estruturas econômicas e sociais do Brasil. Simonsen calcula que durante os três séculos de colonização portuguesa o Brasil exportou um valor de mais de 300 milhões de libras de açúcar, contra uns 200 milhões de produtos mineiros. Mas a sua importância sente-se sobretudo na formação das estruturas sócio-econômicas.

Se a estrutura da propriedade se apóia, no início, sobre um ato do soberano, a dinâmica econômica ia rapidamente tornar-se essencial: "A cana-de-açúcar", escreve Caio Prado Jr., "não se prestava economicamente senão às grandes plantações. Já para a limpeza e para preparar o terreno (tarefa difícil no meio tropical e virgem tão hostil ao homem) era necessário reunir o esforço de muitos trabalhadores; não era empreendimento para pequenos proprietários isolados. Isto feito, o plantio, a colheita e o transporte do produto até aos engenhos onde se preparava o açúcar não podia ser rentável senão numa grande escala de produção. Nestas condições, o pequeno proprietário não podia subsistir. São estas circunstâncias antes de tudo que determinam o tipo de exploração agrária no Brasil: a grande propriedade".⁵⁴

O desenvolvimento da grande propriedade de monocultura leva, por sua vez, ao desenvolvimento da escravatura: o desmatamento, a cultura, a transformação, a embalagem e expedição do açúcar exigiam mão-de-obra abundante. Começou-se por utilizar mão-de-obra indígena,⁵⁵ que revelou ser pouco adaptada a estas atividades e foi massacrada no trabalho. Já em

⁵¹ Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, p. 126.

⁵² Heitor Ferreira Lima, op. cit., p. 25.

⁵³ *Ibid.*, pp. 29 e 30.

⁵⁴ Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 8ª ed. Revista, Ed. Brasiliense, 1963, p. 23. *A este fator cabe acrescentar o fato de se tratar de monocultura de exportação já que a cultura da cana em si pode evidentemente existir em pequenas propriedades.*

⁵⁵ Em 1570 uma carta real autorizava os colonos a reduzirem os indígenas a escravos conquanto fossem, evidentemente, presos em guerra justa (Caio Prado Jr. op. cit., p. 35).

meados do século XVI havia começado a importação de mão-de-obra escrava da África. Um engenho médio contava cerca de 100 escravos; em alguns o seu número ultrapassará o milhar.

Do ponto de vista da estrutura social, a polarização entre as grandes propriedades e a massa de mão-de-obra miserável, entre a "casa grande" e a "senzala", marcou profundamente o Brasil e os seus efeitos fazem-se sentir até hoje. As duas classes não formavam no entanto todo o universo social da colônia. Ao lado dos senhores de engenho havia os agricultores que produziam cana-de-açúcar, sob contrato, para o engenho; se bem que dispusessem de mão-de-obra escrava, o seu nível era nitidamente mais baixo. Nos próprios engenhos encontrava-se um número bastante importante de assalariados que executavam tarefas intermediárias: carpinteiros, técnicos do açúcar, contadores, etc.⁵⁶

Se o açúcar foi indiscutivelmente o produto mais importante do período colonial, não foi o único. Mais ao sul, na Bahia, desenvolveu-se a produção do tabaco. Esta última estendeu-se em parte sob o efeito direto da procura europeia e em parte como atividade induzida pela produção do açúcar: com efeito, o tabaco serviu para a compra de escravos em África, para o aprovisionamento dos engenhos. Um documento da época mostra bem a ligação profunda entre a produção local e o comércio internacional após dois séculos de colonização: "Segundo um parecer enviado a D. Pedro II, em 4 de Março de 1669, pelo duque de Cadaval, presidente do Conselho Ultramarino, não se devia deixar sair do Brasil mais de 30 000 rolos de tabaco ao ano, sendo esta quantidade a maior que posse absorver o comércio interno e externo de Portugal. Um levantamento por ele feito, segundo os livros de contas e alfândegas, mostrava que apenas 2 278 rolos eram consumidos em Portugal, 200 nos Açores e na Madeira; todo o resto, ou seja, 24 727 rolos, ficando destinado à exportação para países do Norte, a Itália, a Espanha e a costa de África".⁵⁷ Constatamos que menos de 10 por cento da produção exportada do Brasil permanecia em Portugal.

A produção do tabaco exigia também, se bem que em menor medida que a do açúcar, uma série de etapas intermediárias para transformar a folha em produto embalado e pronto para a exportação. A cultura desenvolveu-se pois em grandes propriedades, com uma mão-de-obra escrava numerosa, sem diferenças essenciais relativamente às estruturas criadas pela produção do açúcar.

Pelo fim da fase colonial, à medida que o capitalismo europeu se transformava em capitalismo industrial, a demanda de algodão tomou importância no mercado internacional e a sua cultura desenvolveu-se rapidamente na parte setentrional do Nordeste e no interior da Bahia e de Minas Gerais.⁵⁸ Exigindo poucas instalações, a produção do algodão esteve ao alcance de capitais mais modestos, ocupou terras mais afastadas, mas guardou o caráter de grande propriedade característica da monocultura de exportação no Brasil. A ausência de etapas intermediárias de transformação do produto facilitou a dominação dos comerciantes sobre os produtores. Sob o seu controle, assistimos ao desenvolvimento da produção sob forma de "meias", semelhante à dos *share-croppers* dos Estados Unidos.⁵⁹

A agricultura brasileira não tem, pois, no seu início, nada da pequena ou média propriedade camponesa, nem das diferentes estruturas europeias ou russa, às quais se tentou assimilá-la, e difere profundamente da *hacienda* da América hispânica, mais introvertida e fechada sobre si mesma.

O fato de produzir para o exterior, a disponibilidade de grandes extensões de terras e importação maciça de escravos e as exigências técnicas da produção deram a esta produção o caráter de grandes unidades de monocultura extensiva e de transformação, visando a exportação. Celso Furtado qualifica-as de empresas agromercantis: "Nunca se insistirá suficientemente sobre o

⁵⁶ Antonil, *jesuíta que publicou as suas notas sob o título Cultura e Opulência do Brasil, em 1711, dá uma das melhores descrições da organização econômica e social do Brasil colonial. Antonil nota as funções e os respectivos salários das diversas categorias profissionais.*

⁵⁷ Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil — 1711, Paris, IHEAL, 1968, p. 325.*

(17) "É somente depois de se tornar uma mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia ", escreve Caio Prado Jr., op cit, p. 83.

(18) Caio Prado Jr, op. cit., p 85.

⁵⁸ "É somente depois de se tornar uma mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia ", escreve Caio Prado Jr., op cit, p. 83.

⁵⁹ Caio Prado Jr, op. cit., p 85.

fato de que o estabelecimento dos portugueses na América teve por base a empresa agrícola comercial. O Brasil é o único país da América criado desde o início pelo capital comercial sob forma de empresa agrícola".⁶⁰

A estas atividades diretamente estimuladas pelo mercado capitalista internacional, cumpre acrescentar uma atividade que, apesar de voltada essencialmente para o mercado interno, constitui uma atividade induzida pela agricultura de exportação. É o caso em parte do tabaco, como já referimos, mas é sobretudo o caso do gado, que toma uma grande importância na formação do Brasil.⁶¹

O caráter induzido desta atividade sobressai claramente nesta descrição que encontramos ainda em Antonil:

"A fim de que se faça uma justa idéia do gado retirado cada ano dos currais do Brasil, basta notar que todos os rolos de tabaco que são embarcados com destino a qualquer região são revestidos de couro. Como cada rolo pesa cerca de oito arrobas e os rolos de tabaco são geralmente, como o vimos no devido tempo, em número de vinte e cinco mil pelo menos e os de Alagoas e Pernambuco em número de dois mil e quinhentos, vemos bem claramente quantos animais são necessários para revestir de couro vinte e sete mil e quinhentos rolos.

"Além disto, exporta-se cada ano da Bahia, com destino ao Reino, até cinquenta mil peles tratadas; de Pernambuco quarenta mil e do Rio de Janeiro até vinte mil... num total de dez mil peles.

"Dado o grande número de engenhos de açúcar que, cada ano, se aprovisionam em bois para os serviços dos carros e o grande número de bois que são necessários aos plantadores de cana-de-açúcar, de tabaco, de mandioca, às serrarias e ao transporte da lenha para queimar, poderemos facilmente deduzir o número de bois que serão necessários, de um ano para outro, para assegurar todas estas atividades".⁶²

Se bem que produzido fundamentalmente com destino interno (do ponto de vista da colônia), o gado foi criado segundo exigências comerciais, em grandes fazendas do interior do país, de onde era "exportado" para atingir o seu mercado freqüentemente situado a milhares de quilômetros. Assim, grande parte do gado de Pernambuco vinha do Piauí;⁶³ mais tarde, com o desenvolvimento da produção de charque no sul do Brasil, este virá aprovisionar o Nordeste e o Sudeste do país.

Do ponto de vista da função e da estrutura não se trata, pois, da "granja" camponesa de estilo europeu, que produz em função das necessidades locais ou regionais. A criação de gado ocupava gigantescas extensões no interior do país e os engenhos reservavam as boas terras à cultura dos bens de exportação.⁶⁴ Assim, sob a influência da dinâmica de produção para exportação, a criação de gado, se bem que destinada ao mercado interno, era por ela orientada. Do ponto de vista regional esta atividade em grandes propriedades aparecia como exportadora e não contribuía para a formação de uma dinâmica autocentrada.⁶⁵

A Não-Formação da Classe Camponesa

⁶⁰ Celso Furtado, "Agricultura y desarrollo económico: consideraciones sobre el caso brasileño", El Trimestre Económico, Jan.-Mar., 1972, p. 14.

⁶¹ Além da sua importância econômica, a criação de gado exerce um papel importante de integração econômica do país, fazendo a ponte entre as diversas zonas produtivas.

⁶² Antonil, op. cit., p. 483.

⁶³ "As fazendas do Piauí tornaram-se logo as mais importantes de todo o Nordeste e a maior parte do gado consumido na Bahia vem de lá, se bem que deva percorrer mil e tantos quilômetros de caminho para atingir o seu mercado" (Caio Prado Jr., op. cit., p. 67).

⁶⁴ Capistrano de Abreu descreve como segue a criação, junto do engenho, "de vacas leiteiras, havia currais, em pequeno número, pois não se fabricava nem queijo nem manteiga. Comia-se pouca carne... o gado era limitado ao estritamente necessário para o serviço agrícola" (segundo Heitor Ferreira Lima, op. cit., p. 34).

⁶⁵ Um critério freqüentemente utilizado, se bem que implícito, identifica atividade extrovertida com exportação. Como veremos mais adiante, a atividade pode ser extrovertida sem dar lugar à exportação, porque obedece à dinâmica extrovertida que domina a economia. A criação de gado constitui um exemplo importante deste fenômeno.

Diretamente ou por indução a exploração econômica da colônia concentra-se, pois, quase que exclusivamente sobre a monocultura de exportação. Este fato iria imprimir à agricultura brasileira uma característica fundamental, cujos efeitos se fazem sentir plenamente hoje em dia: o desequilíbrio entre a agricultura dominante — extrovertida — e a agricultura de subsistência — introvertida —, que terá um caráter complementar no país.⁶⁶

O caráter dominante da agricultura extrovertida determinará o nível de vida do grosso da população: "As atenções estavam fixadas no açúcar, cuja exportação dava grandes lucros, e ninguém dará importância aos bens alimentares. Um grande proprietário de engenho lançou mesmo um desafio formal às leis que o obrigavam a plantar mandioca: 'Não plantarei um só pé de mandioca', escrevia ele às autoridades, 'para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pelo que ele tem de pior'. Compreende-se aliás esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema do preço e da falta de alimentos não existia para eles e convinha-lhes mais plantar cana-de-açúcar, mesmo se tivessem que pagar preços mais elevados pelos bens que consumiam. E como detinham a maior e melhor parte das terras utilizáveis, o problema da alimentação jamais será corretamente resolvido. A população colonial, com a única exceção das classes ricas, viverá sempre em estado de subalimentação crônica. A população urbana sofrerá naturalmente mais; mas a população rural sentirá também os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar, que se reservava as melhores terras disponíveis".⁶⁷

Se do ponto de vista do latifundiário ligado a uma agricultura comercial em grande escala o interesse da agricultura alimentar era medíocre, o próprio colono terá poucas possibilidades de desenvolver a agricultura camponesa e, fato de grande importância para o Brasil atual, de se constituir em classe camponesa. Desde o início, a pequena e média propriedade que produzia para o mercado interno tornou-se uma agricultura marginal, gradualmente empurrada para o interior do país: "O que o pequeno agricultor não esteve em medida de fazer era sustentar a competição com a empresa agromercantil na grande agricultura, ou seja, na produção destinada à exportação. O fato de este pequeno agricultor não ser competitivo obedece a diversas causas: em primeiro lugar, havia a dificuldade de acesso às melhores terras, que eram sempre controladas pelos grandes proprietários. Segundo, apresentava-se o problema da comercialização do produto, o que exigia capacidade de financiamento. Enfim, havia o fato de que quem trabalhava a terra entrava em competição com a mão-de-obra escrava. Mesmo numa fase posterior, quando a escravidão terá desaparecido, as possibilidades de sobrevivência da pequena propriedade mostraram-se precárias".⁶⁸

É claro que a influência de Lisboa fez-se sentir nesta orientação. Buarque de Holanda relate que, "pelos fins do século XVIII, quando a capitania de São Pedro do Rio Grande começava a exportar trigo para outras regiões do Brasil, o gabinete de Lisboa fazia cessar sumariamente a cultura deste cereal".⁶⁹ Assim, acumulavam-se os efeitos do estímulo dado à agricultura de exportação, da dominância esmagadora da empresa agromercantil e da proibição de outras culturas ou indústrias que produziam para o mercado interno — e que contribuiriam, portanto, para formar um mercado interno.⁷⁰

⁶⁶ Esta distinção em dois setores é feita pela maioria dos autores, mas com sentidos diferentes: Caio Prado Jr. distingue um setor de exportação e um setor de subsistência, este último sendo o das "atividades acessórias destinadas a manter em funcionamento esta economia de exportação" (p. 41). Nós referir-nos-emos à dinâmica que orienta cada setor, distinguindo a agricultura introvertida e extrovertida, independentemente do fato de se tratar de agricultura de exportação ou não.

⁶⁷ Caio Prado Jr., op. cit., p. 43

⁶⁸ Celso Furtado, op. cit.

⁶⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1956, 3ª ed., p. 148.

⁷⁰ *É preciso acrescentar que esta proibição externa, muito valorizada e agradável ao nacionalismo brasileiro, é secundária relativamente aos mecanismos econômicos internos que a tornam viável. Isto significa que a organização da economia extrovertida cria dentro do país esferas de interesses e mecanismos que serão mais potentes que as ordens de Lisboa. Esta interiorização gradual da ordem colonial, da extroversão, é um elemento importante da compreensão do desenvolvimento brasileiro. Quando Caio Prado Júnior escreve que a ordem colonial constitui no Brasil uma economia "completamente estranha à população" (História, pp. 104-105) simplifica o problema e torna mais difícil a passagem do nível das contradições entre "nações" ao nível das contradições de*

Por falta de peso e de estabilidade, a pequena produção camponesa não pôde, pois, firmar o pé e dar lugar a uma classe camponesa, no sentido europeu da palavra. O seu desenvolvimento foi muito localizado, no Sul do país, ou marginal, como é o caso da agricultura de auto-subsistência em queimadas. Relativamente às atividades extrovertidas dominantes, esta classe jogava um papel secundário.

A não-formação de uma classe camponesa e a fraqueza do excedente e do mercado local tornavam, por sua vez, muito difícil a constituição de atividades paralelas comerciais e artesanais, que poderiam ter reagido sobre a produtividade camponesa pela criação de economias externas e criado um processo cumulativo de desenvolvimento capitalista introvertido.

O Embrião de Atividades Introvertidas:

O Ciclo das Minas

O desenvolvimento orientado basicamente para os produtos agrícolas de exportação e atividades induzidas foi temporariamente diversificado, durante a fase colonial, por uma exploração mais próxima da acumulação primitiva: no início do século XVIII a busca de metais preciosos, que não havia deixado de estimular a imaginação de numerosos grupos de aventureiros — os "bandeirantes" —, deu os seus primeiros resultados com a descoberta do ouro em 1696, na região de Ouro Preto (Minas Gerais), e logo do diamante, no mesmo Estado, mas em quantidades menos importantes, em torno de 1730.

Já em 1702 a metrópole organizava o controle de todas as atividades mineiras, reservando-se o "quinto", e instalava no país um sistema de intendentess responsáveis diretamente perante o governo de Lisboa.

A fase mineira durou cerca de três quartos de século e as atividades produtivas retomaram o seu lugar na economia ainda no decorrer do século XVIII. A sua importância resulta, pois, mais das conseqüências estruturais do que do fluxo de riqueza que criou.

Do ponto de vista político, a diferença entre as atividades produtivas de exportação e a atividade extrativa mineral é profunda. As atividades produtivas eram baseadas num nível muito elevado de exploração da força de trabalho, mas a classe dirigente local à qual elas deram lugar estava profundamente identificada com o sistema extrovertido: desligada do mercado capitalista internacional, esta classe dirigente não teria outra perspectiva senão de reconverter-se para a agricultura de subsistência miserável, ou em todo o caso incapaz de lhe assegurar o mesmo nível de vida, visto a exigüidade do mercado interno. Pelo contrário, a atividade mineira envolvia um produto que os exploradores legais tinham todo o interesse em guardar, donde um profundo conflito de interesses que desembocou num movimento de revolta cuja profundidade foi longamente subestimada: a "Inconfidência Mineira".⁷¹ Umass dezenas de anos antes da independência, a classe dirigente local tomava corpo e consciência dos seus interesses específicos.

Do ponto de vista da estrutura econômica do país, constata-se um deslocamento importante do eixo econômico do país do Nordeste para o Sul. A capital não é mais Salvador mas, a partir de 1763, Rio de Janeiro. "As comunicações entre as minas e o estrangeiro fazem-se mais facilmente através deste porto, que se tornará o principal centro urbano da colônia. De um modo geral, é todo o setor Centro-Sul que toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país, para conservá-lo até hoje".⁷²

classe: na realidade, os objetivos coloniais já estavam assimilados por uma minoria importante da sua população — a classe dirigente em formação

⁷¹ "Pelo início de 1789, uma conspiração formidável havia sido organizada em Minas Gerais, apoiada por alguns dos homens mais ricos e de maior influência e contando com um apoio importante no seio das tropas que estacionavam na região... A conspiração de Minas foi fundamentalmente um movimento da oligarquia, no interesse da oligarquia, em que o nome do povo seria evocado apenas como justificativo " (Kenneth R. Maxwell, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*, Cambridge, U. P., 1973, pp. 139e 140).

⁷² Caio Prado Jr., *op.cit.*, p.65.

Do ponto de vista das atividades econômicas induzidas encontramos alterações importantes: em torno da população que afluí em busca do ouro — "trata-se não somente dos grandes proprietários que recebiam as concessões proporcionalmente ao número de escravos que podiam apresentar, mas também de pequenos exploradores semiclandestinos — organiza-se um embrião de desenvolvimento introvertido.

Antonil, que escreve no início do século XVIII, dá-nos a descrição seguinte da nova paisagem: "Desta montanha partem dois caminhos, um leva às Minas Gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e de Ouro Preto; o outro leva às Minas do Rio das Velhas. Cada um exige seis dias de viagem. E é somente a partir desta montada que começam, até onde a vista chega, as plantações de milho e de feijão onde vêm aprovisionar-se os que habitam e trabalham nas minas".⁷³

A atividade agrícola alimentar não é a única destas atividades introvertidas estimuladas pela extração mineira: "Pela venda de bens comestíveis, de aguardente e de uva, muitos acumularam também em pouco tempo uma quantidade de ouro considerável. A razão disto é que os negros e os índios enquanto garimpavam na água escondiam bom número de pepitas e o ouro que retiravam tanto nos dias feriados como nas últimas horas do dia lhes pertencia; a maior parte deste ouro é assim gasto em comida e bebida e vai dando gradualmente grande lucro aos vendedores, da mesma forma que a chuva fina o traz habitualmente aos campos que rega silenciosamente e ininterruptamente, tornando-os assim muito férteis. E porque mesmo os homens mais ricos não deixaram de tirar lucro, por este modo, desta mina à flor do chão, empregando nesta exploração muito frutuosa negras para fazer a cozinha, mulatas para o fabrico dos doces e negros para manter *cabarets*, fazendo vir dos portos de mar tudo o que a gula fez habitualmente desejar e buscar".⁷⁴

A sobreposição de mecanismos capitalistas e de diferentes relações de exploração aparece claramente aqui. É de se notar também esta mais-valia "desvelada": o escravo trabalha durante o dia para o seu proprietário e algumas horas a mais — "as últimas horas do dia" e os dias feriados — para as suas próprias necessidades.

O desenvolvimento destas atividades reage sobre as atividades da agricultura de exportação: "Estes preços tão elevados e tão correntes das Minas causaram um aumento de preços de todas as coisas, como se vê nos portos das cidades e das vilas do Brasil, e muitos engenhos de açúcar estão desprovidos de escravos que necessitam e a população sofre uma grande falta de víveres porque se enviam quase todos ao lugar onde a sua venda produzirá maiores lucros".⁷⁵

A proliferação das atividades introvertidas preocupa Portugal que, em 1785, "ordena a abolição das indústrias e das fábricas do país — para não tirar os braços necessários à cultura e para assegurar uma diferenciação do produto entre a colônia e a metrópole, que permita o desenvolvimento do comércio e a exportação do consumo dos produtos industriais da metrópole".⁷⁶

Outros mecanismos assegurarão que essa lei tenha conteúdo. Por um lado, a riqueza em ouro e diamantes era limitada e esgotou-se rapidamente no último quarto de século. Por outro lado, as descobertas mecânicas permitiam na mesma época um rápido desenvolvimento da indústria têxtil inglesa e o algodão toma o lugar das atividades mineiras.⁷⁷ Enfim, a riqueza dominante provinha das atividades exportadoras e o desvio da mão-de-obra para a mineração não podia ser senão marginal. Dentro do próprio país, a classe dirigente local o garantiria.

Uma última conseqüência, que acelerará o fim da "fase portuguesa", é o enfraquecimento da metrópole devido ao fluxo de ouro da colônia.⁷⁸ Enquanto nos outros países da Europa esta riqueza se transformava em acumulação capitalista e em capacidade de produção maior, em Portugal ela vinha apenas reforçar a aristocracia parasita, que podia importar uma quantidade maior de bens manufaturados, enfraquecendo assim a sua própria base produtiva e retardando a passagem para o capitalismo industrial.

⁷³ Antonil, op. cit., p. 427.

⁷⁴ Ibid., p. 395.

⁷⁵ Antonil, op. cit., p. 395.

⁷⁶ Roberto Simonsen, op. cit., p. 247.

⁷⁷ O fuso data de 1769, o tear mecânico de 1787.

⁷⁸ A este propósito, Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, p. 215; Barbara e Stanley Stein, op. cit., p. 27, além, evidentemente, dos excelentes trabalhos portugueses, em particular de Armando Castro e Vitorino Magalhães Godinho.

O despertar da classe dirigente brasileira, o enfraquecimento de Portugal e o dinamismo da indústria inglesa, que cada vez mais assegurava o controle dos mares, preparavam a eliminação de Portugal do seu papel de intermediário e a tomada de contato direto do capitalismo inglês com a economia brasileira.

Considerações Teóricas

A este ponto da análise podemos já sugerir alguns aspectos teóricos que se esboçam.

Do ponto de vista das relações de propriedade, parece bem estabelecido que a formação da empresa agromercantil como unidade-base da economia brasileira responde às exigências das relações técnicas de produção (em particular no caso do açúcar) e à própria extroversão econômica, e não a um "modelo feudal" que teria sido importado de Portugal. É interessante constatar que a cultura do algodão, que exige relativamente menos investimentos, facilitou o aparecimento do arrendamento a meias no Brasil, como nos Estados Unidos, enquanto que as estruturas mais tarde denunciadas como "feudais" ou "semifeudais" estão sobretudo presentes nas grandes culturas semi-industriais, como o açúcar ou o tabaco. No sul do Brasil, bem como no norte dos Estados Unidos, a agricultura adotou estruturas sensivelmente diferentes.

É preciso constatar também o laço existente entre relações técnicas de produção e a extroversão: se as primeiras exigem uma produção semi-industrial em grande escala, somente a existência de possibilidades de escoamento no exterior permite esta escala de produção. Com efeito, na colônia em fase de constituição, os mercados internos eram praticamente inexistentes no início e uma atividade em grande escala e introvertida teria sido impossível.⁷⁹

Notemos, enfim, a ligação entre as relações de propriedade e as relações de exploração. Sendo o problema fundamental do ponto de vista dos fatores de produção o da mão-de-obra, o monopólio da terra através de gigantescos domínios contribui, como mais tarde o monopólio da propriedade dos bens de produção em geral, para fixar o trabalhador na grande propriedade agromercantil, evitando que se estabeleça por conta própria em pequenas ou médias propriedades.⁸⁰

A formação das grandes propriedades, os latifúndios, freqüentemente qualificados de feudais, encontra pois uma explicação na racionalidade econômica da exploração dos fatores, qualquer que seja o peso da ideologia feudal trazida pelos conquistadores.

Assim, ainda que encontremos relações de propriedade que se assemelham em parte às que existiram na Europa em outras épocas, a dinâmica da sua criação e da sua reprodução é inversa: "trata-se de um produto do capitalismo dominante em desenvolvimento, e não de uma base sobre a qual o capitalismo se iria edificar, negando-a.

Do ponto de vista das relações sociais de produção, não há dúvida de que a escravidão é a relação de exploração dominante. A racionalidade econômica desta relação é aparente: trabalhadores europeus não estariam dispostos a trabalhar em grandes plantações exportadoras do outro lado do oceano, num país onde a terra abundava. Ora, se considerarmos que a mão-de-obra continuou sendo o fator raro por excelência durante vários séculos, somente a propriedade sobre o próprio homem podia assegurar uma exploração tão elevada na empresa agromercantil, em face da extensão de terras virgens disponíveis. Vemos pois aqui complementarem-se uma relação de exploração escravista e relações de propriedade em parte semelhante às da Europa da Idade Média, para assegurar a presença da mão-de-obra nas unidades de produção que respondiam às necessidades da acumulação capitalista. O que as *enclosures* foram para o capitalismo inglês — assegurando a expulsão de

⁷⁹ Compreende-se pois que a classe dirigente local que emerge, constituída pelos proprietários das grandes unidades agromercantis, não tenha maiores contradições com a metrópole ao nível das opções econômicas fundamentais (economia extrovertida desenvolvida em função das necessidades do capitalismo dominante). As contradições ficam no plano da repartição da mais-valia gerada e não constituem contradições de classe antagônicas, esta constatação, tradução do plano da luta de classes da forma particular que assume a reprodução do capital no capitalismo dependente do Brasil, tem implicações evidentes em termos da análise ulterior sobre o caráter da revolução brasileira.

⁸⁰ (39) Se considerarmos o peso dos colonos rurais dos Estados Unidos na ampliação do mercado interno, é fácil entender a importância do monopólio da terra no Brasil na formação do atraso econômico geral.

mão-de-obra do campo para obrigá-la a vender-se nas empresas — o monopólio da terra e a sujeição extra-econômica o foram no Brasil para as empresas agromercantis.

Enquanto dura a falta de mão-de-obra, assistiremos a um deslocamento gradual das formas de sujeição extra-econômica, passando-se da escravidão às diferentes formas patriarcais, ao arrendamento a meias, ao endividamento perpétuo e tantas outras, sem que a sujeição em si seja abolida ou substituída por mecanismos econômicos.

A ligação entre as relações de exploração e a extroversão econômica, ou seja, entre a escravidão e as determinações das necessidades do capitalismo dominante, é bastante clara: com efeito, a produtividade da mão-de-obra nestas unidades agro-industriais que são os engenhos era relativamente elevada, enquanto a exploração permanecia muito forte. Face à massa de produção obtida no quadro de um nível relativamente elevado do desenvolvimento das forças produtivas e à inexistência da capacidade de compra da mão-de-obra local explorada, somente a exportação podia assegurar a realização do produto. Assim, o fato de o ciclo de reprodução do capital se fechar no exterior do país assegurava a solução da contradição entre o nível das forças produtivas (técnicas relativamente modernas importadas pelos portugueses) e as relações de exploração.

Assistimos, pois, à criação de relações de produção "pré-capitalistas" sob a impulsão da acumulação capitalista do centro, a dominância da circulação capitalista e o seu caráter extrovertido permitindo justamente desenvolver a acumulação sem pôr em questão — pelo contrário, determinando-as — as relações de produção diferentes.

O fato de não haver contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção sugere que não se trata da articulação de modos de produção — a relação de exploração escravista no Brasil não poderia existir independentemente das suas determinações capitalistas — mas da formação, através da articulação da circulação capitalista dominante e de relações de produção parcialmente pré-capitalistas, de uma forma específica do modo de produção capitalista.⁸¹

Se a relação de exploração dominante é a escravatura e as relações de propriedade guardam certos aspectos conhecidos durante a fase feudal européia (concessão de domínios, a título hereditário, a famílias escolhidas), constata-se também que a orientação global da formação social em desenvolvimento obedece aos impulsos que decorrem das necessidades do desenvolvimento capitalista.⁸²

Constata-se que a unidade econômica de base, a grande exploração, é simultaneamente agrícola e industrial; autárquica (só compra o chumbo e o sal, segundo o ditado da época) e produzindo totalmente para a exportação, para um mercado capitalista; politicamente soberana, mas dependente inteiramente das oscilações de mercados longínquos nas suas opções fundamentais;⁸³ escravista, mas enquadrada, por assalariados e dirigida pelas regras mais estritas de rentabilidade capitalista. Parece pois que, segundo privilegiarmos as relações de exploração ou a circulação, a formação social em questão aparecerá como feudal, escravista ou capitalista.

Durante três séculos da fase colonial o sistema assim constituído não sofreu praticamente nenhuma modificação: não estamos, pois, na presença de uma série de elementos contraditórios cronologicamente justapostos, mas de uma articulação estável de elementos de modos de produção diferentes, o que sugere um modo de produção particular.⁸⁴

⁸¹ *Salientemos mais uma vez que a qualificação destas relações de produção como sendo "pré-capitalistas" é errônea — ou, pelo menos, reflete uma realidade totalmente diferente. Compreende-se então o tateamento, em termos de conceitos a utilizar, que encontramos em diversos autores, que se referem à "escravatura colonial", a relações de produção "patriarcais", etc.*

⁸² *Sugerimos acima (ver capítulo precedente) uma explicação desta dominância das determinações capitalistas numa economia escravista através da circulação, no desenvolvimento do capital dependente*

⁸³ *Esta dominância do econômico em todas as fases do desenvolvimento brasileiro constitui mais uma diferença profunda relativamente ao feudalismo europeu. Ver, a este propósito, Nicos Poulantzas, Pouvoir politique et classes sociales, Maspéro, 1968.*

⁸⁴ *É evidente que nos referimos ao modo de produção específico para marcar uma dinâmica de acumulação particular, mas não de um novo modo de produção: este modo de produção é capitalista, mas constitui uma forma de acumulação auxiliar de uma dinâmica capitalista externa; trata-se, pois, de uma forma particular do modo de produção capitalista, forma que definimos pelo seu caráter dependente.*

O objetivo da produção no Brasil é efetivamente facilitar a acumulação capitalista no centro. Parece que, sendo a razão de existência desta agricultura dependente a exportação e obedecendo o ciclo completo de reprodução (produção e circulação) às necessidades da acumulação do capital, seria correto falar de um modo de produção capitalista dependente, pois com *dominância* capitalista e *submetido* a uma dinâmica extrovertida.⁸⁵

Capítulo IV

Fase Inglesa:

A DEPENDÊNCIA NEOCOLONIAL

O Brasil-colônia nasceu com a revolução comercial, escreve Roberto Simonsen; o Brasil independente dá os primeiros passos com a revolução industrial.

A Europa do início do século XIX é a da revolução industrial. O capital industrial assume a continuidade do capital comercial e Portugal, cuja classe dirigente havia sacrificado a sua própria manufatura em proveito do comércio colonial, perde gradualmente o lugar que ocupava na Europa.

Já vimos a situação de dependência em que se encontrava Portugal relativamente à Holanda e, cada vez mais, relativamente à Inglaterra.

⁸⁵ *Vemos aqui uma possibilidade de ultrapassar o diálogo de surdos entre os que mostram a circulação e dizem que o modo de produção é capitalista, e os que mostram as relações de produção e dizem que o modo de produção é pré-capitalista: com efeito, para além do isolamento de um outro termo, é preciso ver o sentido do ciclo completo de reprodução (as três fases). Ora, este ciclo obedece à lógica da acumulação capitalista*

Esta situação havia sido particularmente vantajosa para a Inglaterra, que dela tirava proveitos sem ter que suportar o esforço de colonizar um território quase virgem. Depois de três séculos de colonização, no entanto, a situação havia mudado profundamente: o Brasil tinha acompanhado o desenvolvimento do mercado capitalista internacional e apresentava uma estrutura virada para o exterior, certamente, mas de uma capacidade de produção e de um nível de organização elevados; a Inglaterra, em pleno florescimento industrial, havia reforçado a sua dominação econômica no mundo, dispunha de uma potência naval esmagadora⁸⁶ e sentia a necessidade de aumentar tanto o seu aprovisionamento em matérias-primas como a sua exportação de produtos manufaturados.

Portugal, por sua vez, tivera um papel importante como intermediário, mas não desenvolvera a sua infra-estrutura industrial, tornando-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento da sua colônia e da sua própria metrópole. Tendia pois a tornar-se um peso morto, que devia o seu papel de intermediário apenas ao monopólio de fato sobre o comércio com o Brasil, aliás amplamente contornado pelo contrabando.

Circunstâncias históricas contribuíram para romper este monopólio: no início do século XIX, o bloqueio continental deu ao Brasil uma importância particular do ponto de vista dos industriais ingleses, num momento em que o aumento da produção os levava a buscar novas saídas e novas fontes de matérias-primas. A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, em 1808, desferia o golpe final no semblante de presença internacional que restava a este país e a colônia encontrava-se de certa maneira "disponível".

O regente D. João VI e a sua corte fogem para o Brasil a bordo de navios ingleses. No Brasil, nestas condições particularmente desfavoráveis, são assinados os tratados em virtude dos quais o monopólio do comércio colonial era abandonado.⁸⁷ Quando o regente se despede do Brasil em 1820, deixa-nos uma parte da sua corte e os fundamentos da presença direta do capitalismo inglês. O papel de Portugal como intermediário entre a Europa mercantil e o Brasil havia terminado: os grandes proprietários brasileiros e os portugueses da corte que preferiram permanecer no Brasil tratarão doravante diretamente com a metrópole inglesa.

Em 1822, quando a aristocracia portuguesa deseja retomar o seu papel, os portugueses permanecidos no Brasil, apoiados pelos grandes plantadores, proclamam a independência do país. Fato característico, revalidam, pelos acordos de 1827, os tratados de 1810, através dos quais D. João VI abria a sua colônia aos ingleses.⁸⁸

As Bases do Neocolonialismo

É essencial compreender que a independência do Brasil não resulta da luta travada pelas classes dirigentes brasileiras contra o sistema colonial, mas do afastamento de Portugal, economia demasiado fraca para gerir a sua colônia, em face da potência crescente da Inglaterra em plena industrialização.

A proclamação da independência, em 7 de setembro de 1822, provocará, pois, relativamente poucos distúrbios e nenhuma transformação essencial das estruturas internas: ratificava uma nova forma de existência do Brasil no sistema capitalista; refletia por um lado a ultrapassagem do capitalismo mercantilista e a decadência da Península Ibérica, e por outro lado o crescimento do capitalismo industrial e a potência da economia inglesa. Não refletia, e isto é fundamental, o aparecimento no Brasil de atividades econômicas e de uma classe social capazes de pôr em causa a própria relação colonial.

⁸⁶ "Os países subdesenvolvidos fariam bem em lembrar-se que os ingleses constituíram uma marinha mercante a partir de cerca de 1.700 navios apreendidos aos holandeses no espaço de dois anos, entre 1652 e 1654" (Barbara e Stanley Stein, *L'Héritage colonial de l'Amérique Latine*, p. 33).

⁸⁷ "A liberdade do comércio foi uma concessão preciosa e a Europa não poupou a sua aprovação ao governo português" (Delgado de Carvalho, *Le Brésil Méridional*, Paris, 1910, p. 104).

⁸⁸ "Esta transferência dos privilégios ingleses tradicionais, durante tanto tempo gozados em Portugal para o império independente do Brasil foi completada com o tratado comercial de 1827" (A. K. Manchester, *British Preeminence in Brazil, its Rise and Decline*, North Caroline, 1933, p. 338)

Em 19 de fevereiro de 1810, o regente português instalado no Brasil e o plenipotenciário inglês assinam, para um período ilimitado, dois tratados e uma convenção: um tratado de aliança e de amizade, um tratado de comércio e uma convenção instituindo a ligação postal permanente por navios regulares entre os dois países. O tratado sobre o comércio instaura um "sistema liberal de comércio fundado sobre as bases da reciprocidade".⁸⁹

A grande privilegiada é na realidade a Inglaterra, que dispõe da estrutura industrial mais dinâmica e que domina os mares. Os navios ingleses obtêm melhores condições que os próprios navios portugueses: os produtos ingleses pagarão uma taxa alfandegária de 15 por cento, ou seja, um por cento menos que a taxa que incidia sobre os produtos portugueses ou de outras colônias portuguesas. Os direitos eram percebidos sobre o valor declarado. Se todos os estrangeiros obtêm o direito de estabelecer-se com toda a liberdade no país, os ingleses se beneficiam ademais da extraterritorialidade jurídica.⁹⁰

O sistema liberal fundado sobre as bases da "reciprocidade" recobria, pois, na realidade, uma dominação esmagadora da economia inglesa, que já se havia manifestado através de Portugal, mas que se manifestaria doravante pelo jogo dos mecanismos econômicos e de uma superestrutura neocolonial.

O que estava em jogo nos tratados de 1810 e o tipo de mecanismos econômicos que eram instituídos não escapavam a certas esferas brasileiras e ao deixar o Brasil, em 1820, o regente entendeu dever justificar-se: "Não penseis", escrevia ele no seu manifesto de adeus, "que a introdução de manufaturas britânicas vá causar prejuízo à vossa indústria... O emprego das vossas riquezas está atualmente bem orientado para a cultura das vossas terras, o melhoramento das vossas vinhas... A diminuição dos direitos produzirá uma grande entrada de manufaturas estrangeiras: mas quem vende muito também compra muito; para ter um grande comércio de exportação é necessário permitir uma grande importação e a experiência vos mostrará que, a vossa agricultura aumentando, as vossas manufaturas não ficarão arruinadas na sua totalidade; e se algumas destas manufaturas abandonam, ficai seguros que é uma prova que esta manufatura não tinha bases sólidas, nem dava vantagens reais ao Estado".⁹¹

Assim, os embriões de atividade introvertida que se haviam constituído em particular durante a fase mineira seriam sacrificados em proveito da "cultura das nossas terras". Ora, por fracos que fossem, estes embriões jogavam um papel central na integração intersetorial e regional da economia brasileira. A abertura dos portos ia consagrar a dominação do setor exportador e o reforço do caráter extrovertido do capitalismo dependente.⁹²

Aos mecanismos de dominação econômica seria acrescentada uma estrutura "burguesa compradora" inglesa instalada no Brasil, que passa a controlar essencialmente o comércio, os transportes e o crédito. "A Inglaterra", escreve Graham, "adquiriu um grande poder sobre a economia brasileira. Tentando reduzir os riscos do comércio do café, as suas casas de exportação

⁸⁹) *Preâmbulo do Tratado em Roberto Simonsen*, História Econômica do Brasil — 1500-1820, vol. 11, Cia. Editora Nacional, p. 247.

⁹⁰ Um observador perspicaz da época, Hyppolito José da Costa, que redigiu em Londres o *Correio Brasiliense* entre 1808 e 1822, escrevia a este propósito: "As condições contidas na convenção de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole era consagrada na nossa esfera econômica e era mesmo imprudentemente consignada como perpétua. A ausência de reciprocidade era absoluta em todos os domínios; era aliás difícil de estabelecer, visto a ausência de artigos de necessidade comparável para o consumo: os produtos manufaturados eram mais necessários ao Brasil que as matérias-primas brasileiras à Inglaterra. A desigualdade manifestava-se ainda na importância que as exportações representavam para cada um dos países produtores, a Inglaterra constituindo o mercado quase único para o Brasil, enquanto aquele país repartia os seus interesses entre países numerosos..." (Hyppolito José da Costa, em Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, p. 254). Estamos longe dos raciocínios ricardianos.

⁹¹ *Manifesto de D. João VI*, em Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, pp. 259-260

⁹² "A Inglaterra, pelo tratado de comércio de 1810, que era na realidade um instrumento criador de privilégios, continua a jogar na economia brasileira o papel dominante que exercia antes, por intermédio do seu satélite econômico, Portugal. Inundava o Brasil de tecidos de algodão, de produtos manufaturados à base de ferro e de aço, tirando-lhe toda a possibilidade de assegurar ele mesmo a fabricação destes produtos, apesar das riquezas do país" (Barbara e Stanley Stein, op. cit., p. 136).

tornaram-se maiores e controlaram cada vez mais exclusivamente as atividades vitais do Brasil (*Brazil's life blood*).⁹³

Esta tendência caracterizava, aliás, o conjunto da América Latina: "Os comerciantes britânicos implantaram-se solidamente em toda a América Latina, em Buenos Aires, no Rio de Janeiro, em Valparaíso, em Caracas, em Vera Cruz, em Cartagena, em Lima".⁹⁴ (9)

O fim da era colonial significa, pois, simultaneamente a independência jurídica do país e o reforço da sua dependência econômica. "O Brasil do século XIX", escrevem Stanley e Barbara Stein, "é um exemplo clássico da maneira como uma herança colonial constituída por uma agricultura orientada para a exportação e fundada sobre uma mão-de-obra servil determina os modos da mudança econômico-social depois da independência e leva à formação de uma estrutura neocolonial, cujas conseqüências sociais são previsíveis e inevitáveis".⁹⁵

Vemos, pois, a dependência mudar de forma e sobreviver: enquanto Portugal, economia fraca, não poderia assentar o seu papel senão sobre um monopólio colonial, a Inglaterra era suficientemente potente para contentar-se com a dominação econômica e financeira.⁹⁶

Se a ruptura do laço colonial entre o Brasil e Portugal se explica pelo declínio relativo de Portugal e o reforço prodigioso da Inglaterra, é necessário perguntar-se porque a Inglaterra não se substituiu simplesmente a Portugal como colonizadora e estabeleceu uma relação neocolonial onde antes havia relações coloniais.

Um elemento determinante parece ter sido a estrutura interna que o Brasil herda da sua função colonial: nas colônias de outros continentes, onde o imperialismo sobrepunha uma estrutura colonial às formações sociais pré-capitalistas mas introvertidas, a presença da dominação política devia impedir a tendência natural destas economias de seguir o seu caminho e de produzir em função das necessidades internas; no Brasil, e isto é verdade para outras economias latino-americanas, o fato de toda a economia ter sido constituída em função das necessidades externas, a ponto de a própria classe dominante local ver a sua prosperidade depender da boa marcha das exportações, tornava possível a forma neocolonial de dominação — por intermédio de mecanismos econômicos e financeiros — quando a forma de dominação colonial estava ainda nos seus primeiros passos em outros continentes.

A apreciação da nova forma de dependência da economia brasileira em relação ao capital no dominante exige, portanto, a compreensão do papel particular da classe dirigente local.

Portugal, como vimos, jogava relativamente ao Brasil um papel de intermediário: "Estado entreposto de todo o comércio, Portugal ganhava sobre a importação de manufaturas estrangeiras que iam ser consumidas no Brasil, ganhava novamente sobre os impostos que estes artigos pagavam na colônia; ganhava ainda sobre os impostos dos produtos que a colônia exportava em pagamento dos que consumia... Os artigos estrangeiros consumidos no Brasil eram desta forma taxados em mais de 40 por cento do seu valor inicial. Era natural que uma situação de tal ordem despertasse, na maioria dos colonos, a consciência de uma autonomia que, de fato, existia já no início do século XIX"⁹⁷

Assim, para os colonos brasileiros não era a orientação colonial em si que constituía uma fonte de conflito, mas o fato de a posição lucrativa de intermediário ser ocupada pelos aristocratas de Lisboa e não por eles mesmos. Com efeito, a herança colonial não predispunha a classe dirigente

⁹³ Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernisation in Brazil*, Cambridge University Press, p. 320.

⁹⁴ Stanley e Barbara Stein, op. cit., p. 122.

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 135 e 136.

⁹⁶ Pierre-Philippe Rey mostra bem que o imperialismo toma a via da dominação política somente na medida em que esta é necessária para implantar estruturas financeiras e mecanismos econômicos de exploração. Logo que estes são possíveis — o que implica um certo nível de desenvolvimento interno da colônia — é do interesse do imperialismo substituir os seus exércitos por mecanismos de mercado capitalista. Neste sentido, Rey apresenta a forma política de dominação do imperialismo como uma forma transitória para as formas econômicas de dominação que caracterizam o neocolonialismo. Ver Pierre-Philippe Rey, "Sur l'articulation des modes de production", in: *Les Alliances de Classes*, Paris, Maspéro, 1973, em particular a página 133.

⁹⁷ Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, p. 200.

crioula a uma verdadeira independência: vimos que a fase colonial havia deixado no Brasil uma estrutura econômica essencialmente extrovertida. Isto significava não somente que o produto era em grande parte exportado, mas que o conjunto da estrutura econômica, a escala de produção, o tipo de produto e as relações de produção existentes haviam sido constituídos em função de necessidades externas à colônia. O fato traduzia-se, como vimos, pela não-constituição de uma classe camponesa, pela fraqueza do mercado interno e das atividades comerciais e artesanais locais, tornando pouco viável a reconversão da economia para um modelo capitalista autodinâmico.⁹⁸

É, pois, bastante compreensível que a classe dirigente local, ao mesmo tempo que não vê a necessidade de repartir com os dignitários portugueses os frutos do trabalho dos seus escravos, tampouco tenha intenção de "exagerar" a independência e pôr em questão a própria orientação colonial da economia.

Vimos que a independência do Brasil resulta menos da luta da classe dirigente local por um desenvolvimento econômico autocentrado do que do afastamento de Portugal, incapaz de cumprir o seu papel.

Vemos agora que a continuidade da orientação extrovertida estava inscrita nos interesses imediatos da classe dirigente local.

As repercussões do tratado de 1810 marcam bem a diferença entre uma classe burguesa nacional e uma classe dependente, como o era a classe dirigente de Portugal e, mais tarde, a do Brasil.

Esta diferença não escapava a Roberto Simonsen, se bem que permanecesse confusa: "À colônia, egoisticamente, pouco importava que o tráfego (que resultava da abertura dos portos) enriquecesse os ingleses ou os portugueses da metrópole, e foram estes últimos que sofreram realmente com a perda do antigo monopólio, cuja manutenção consideravam vital".⁹⁹

Celso Furtado analisa este problema mais de perto: "Como não havia na colônia sequer uma classe comercial de alguma importância — o grande comércio era um monopólio da metrópole —, resultava que a única classe com expressão era a dos grandes proprietários agrícolas. Qualquer que fosse a forma de aquisição da independência, seria esta classe que ocuparia o poder, o que aconteceu efetivamente, particularmente a partir de 1831... Grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente ligada às economias européias, das quais dependia. Não constituía pois um sistema autônomo, mas um simples prolongamento de sistemas mais vastos... A tensão que se manifesta no decorrer da primeira metade do século XIX entre o governo britânico e a classe dominante brasileira não recobre, pois, nenhuma contradição séria de interesses. Não se pode, pois, afirmar que, se o governo brasileiro tivesse gozado de plena liberdade de ação, o desenvolvimento econômico do país teria sido necessariamente mais intensivo".¹⁰⁰

O essencial do problema, que é o da identificação fundamental entre os interesses da metrópole — o capitalismo dominante — e a classe dirigente local, a quem a herança colonial predispõe a continuar a produzir em função das necessidades externas, fica claramente colocado.

⁹⁸ Caio Prado Júnior, que tende de modo geral a simplificar o papel das determinações internas, não deixa no entanto de resumir corretamente o essencial da herança colonial do ponto de vista econômico: "Este é o traço que sintetiza a economia brasileira no momento em que o país atinge a sua autonomia política: todas as suas atividades giram em torno deste fim específico de fornecedor de alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, de metais preciosos e de pedras preciosas ao comércio internacional. O resto é secundário, acessório, e serve somente para tornar possível a realização deste fim" (Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil, p. 105).

⁹⁹ Roberto Simonsen, op. cit., vol. 11, p. 257.

¹⁰⁰ Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, pp. 120 e 121. Notam-se no entanto hesitações importantes no raciocínio de Furtado: um pouco mais longe (p. 145) afirma que os interesses ingleses ocuparam o vazio deixado pelos portugueses, o que é incorreto: os interesses ingleses manifestavam-se através de Portugal e é a burguesia brasileira que se substitui aos portugueses no papel de intermediário, donde este papel ambíguo, simultaneamente nacional e colonialista (em termos internos), da nova classe dirigente. Segue-se a hipótese muito justa que levanta Furtado, segundo a qual se a classe dirigente brasileira tivesse gozado de uma "plena liberdade de ação" a orientação do desenvolvimento não teria sido fundamentalmente diferente. Mas Furtado coloca ainda o problema em termos de "intensidade" do desenvolvimento: ora, o desenvolvimento era intensivo, o que é importante é a sua orientação.

Este papel particular da classe dirigente — que designaremos como sendo uma burguesia dependente —, cujos interesses de classe se vêem ligados à orientação da economia em função das necessidades do capitalismo dominante, está na base das análises atuais que buscam situar este "crescimento sem desenvolvimento", esta forma particular do capitalismo dependente que representa o caso brasileiro.

"Encontramos aqui a originalidade radical da América Latina no interior do sistema... Formados como Estados nacionais no quadro da crise do sistema colonial e no contexto da emergência de um novo sistema de dominação internacional, os países latino-americanos são, *por origem e constituição, dependentes*. Isto significa que o que se designa como 'situação de dependência' e que evidentemente encontra a sua raiz na subordinação aos 'países dominantes' implica, por um lado, o modo de relação dos países latino-americanos com o exterior e, por outro, o modo de organização interna das suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Noutros termos: o sistema capitalista em formação forma as sociedades de acordo com as exigências do seu crescimento. Com a independência que, como se sabe, é associada à transformação das relações internacionais de dominação, vemos instalar-se e desenvolver-se a ambigüidade que constituem os atuais 'países dependentes': autonomia política e dependência econômica. Ambigüidade cuja estrutura interna se trata de esclarecer".¹⁰¹

Encontramos também esta compreensão da identidade fundamental de interesses entre a burguesia brasileira e a ordem colonial como base da orientação do desenvolvimento ulterior em Barbara e Stanley Stein, que põem em relevo o peso da herança colonial nesta situação. Assim, caracterizam a independência como um "ponto de referência histórico, que serve simplesmente para indicar quando se realizou a principal aspiração local — substituir-se à dominação ibérica, ao mesmo tempo que preservam as estruturas sociais e políticas herdadas da época colonial. Depois da independência, esta classe, para sobreviver, teve que opor-se às reformas sociais e impedir o movimento de libertação nacional de se transformar em revolução".¹⁰²

Compreendemos, pois, que no próprio momento em que uma série de atividades introvertidas, nascidas como complemento da atividade mineira de Minas Gerais, recebia um golpe mortal, a elite local, no seu conjunto, não deixava de mostrar a sua satisfação. Um comentário da imprensa da época reflete bem este estado de espírito: "Deste modo, não intervindo os negociantes e as barras de Lisboa e do Porto, chegavam as coisas de fora mais baratas e saíam as da terra mais caras do que antigamente. Por outra parte, com a chegada de muitos navios mercantes, não podia haver falta de artigos comerciais estranhos e aumentando-se com esperança do maior lucro a agricultura do País, devia ser grande a abundância dos gêneros desta. Tudo assim logo sucedeu. Foi mais o tabaco da Bahia, o café do Pará e do Rio de Janeiro, o arroz do Maranhão, o algodão deste e da Bahia e a madeira e courama das capitânicas marítimas".¹⁰³

Explica-se, pois, pela orientação da classe dirigente brasileira —ela mesma determinada pela herança colonial, em termos de estrutura econômica, que a criara — a facilidade com que a Inglaterra pôde manter a orientação colonial do país sem outro elemento de poder que a instalação de uma rede de comércio, de transportes e de crédito em alguns centros urbanos e, naturalmente, a potência dos laços econômicos do capitalismo dominante expresso no mercado capitalista mundial.

O Brasil possuía, por certo, como o vimos, uma burguesia introvertida embrionária, ligada na maior parte às atividades de aprovisionamento da agricultura de exportação. Além da agricultura alimentar, tratava-se de uma pequena indústria dispersa e de uma rede comercial de importância crescente. No entanto, presa entre a concorrência inglesa e a atração das atividades de serviços

¹⁰¹ Francisco C. Weffort, *Classes populares et politique, tese de doutoramento, São Paulo, 1968, p. 21. Esta linha de estudos é a que seguem atualmente, como já mencionamos, Fernando Henrique Cardoso e muitos outros sociólogos e economistas latino-americanos.*

¹⁰² Stanley e Barbara Stein, *op. cit.*, p. 145.

¹⁰³ Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 404.

(19) "Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português haviam operado como barreiras protetoras de uma pequena indústria local" (Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 137).

ligadas ao comércio longínquo ou à nova administração, esta burguesia nascente foi carregada e absorvida na dinâmica neocolonial.

Assim, a uma independência política correspondia uma integração mais direta na esfera das necessidades do mercado capitalista mundial. A dependência mudava de forma, mas permanecia. Veremos todo o seu peso ao analisarmos a estrutura do aparelho produtivo.

Blocagem das Atividades Introversas

A transformação das relações de dependência afetará, evidentemente, o desenvolvimento das atividades introvertidas. Vimos que no decorrer da fase colonial estas atividades eram bloqueadas pela dominância das atividades extroversas e pela legislação portuguesa, em particular o decreto de 1785, que proibia o desenvolvimento de manufaturas e de certas culturas no Brasil. Mas a dominação colonial, mantendo um intermediário entre a Inglaterra e o Brasil, favorecia em parte o aparecimento de certas atividades artesanais ou semi-industriais.¹⁰⁴

Com a fase neocolonial, os impedimentos que resultavam do monopólio e da força colonizadora seriam substituídos por mecanismos econômicos. No primeiro de abril de 1808, o decreto de 1785 era declarado caduco e substituído pela liberdade de comércio e indústria. Simultaneamente, no entanto, a abertura dos portos dava a esta liberdade um caráter puramente teórico. "Esta pequena indústria não poderá sobreviver perante a livre concorrência estrangeira, mesmo no que concerne aos artigos mais insignificantes. A qualidade, os preços, a própria moda (fator a não esquecer) farão desprezar estes produtos. Tudo começa a vir do estrangeiro. Mesmo caixões para defuntos, conta um contemporâneo, vinham da Inglaterra, estofados e prontos para o uso. E esta situação tenderá a agravar-se com os anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da indústria européia, que levava a uma melhoria da qualidade e redução dos preços. O artesanato brasileiro, que pela força das circunstâncias e o ambiente desfavorável tinha ficado no seu modesto estatuto do passado, perde terreno cada vez mais".¹⁰⁵

Até aí o mecanismo é clássico e segue o curso descrito por Marx e Engels algumas dezenas de anos mais tarde: "Ao explorar o mercado mundial, a burguesia deu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países... O antigo isolamento e a autarcia local e nacional abrem lugar ao tráfego universal e à interdependência universal das nações... Em seguida ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e graças ao melhoramento incessante das comunicações, a burguesia precipita na civilização até as nações mais atrasadas. O baixo preço das suas mercadorias é a artilharia pesada com a qual derruba todas as muralhas da China e obtém a capitulação dos povos mais obstinadamente xenófobos. Força todas as nações, sob pena de correrem à sua perda, a adotar o modo de produção burguês; força-as a importar o que se chama civilização. Noutros termos: fez delas nações de burgueses".¹⁰⁶

No caso do Brasil, no entanto, o mecanismo de asfixia de uma indústria nascente por uma indústria mais potente, por meio da concorrência, será prodigiosamente reforçado pela própria herança colonial. Com efeito, na medida em que a economia brasileira foi constituída em função das necessidades do capitalismo mundial e que o essencial da sua produção era exportado, o afluxo de produtos manufaturados da metrópole era incomparavelmente maior, do ponto de vista do seu peso relativo, do que no caso de economias colonizadas mas parcialmente autônomas, como era o caso de países em que a estrutura econômica preexistente à colonização era importante.

¹⁰⁴ "Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português haviam operado como barreiras protetoras de uma pequena indústria local" (Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 137).

¹⁰⁵ Caio Prado Jr., *op. cit.*, pp. 137 e 138.

¹⁰⁶ Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista. Um marxista antes da hora declarava no Brasil: "Uma nação deve temer a instalação de um escritório inglês no seu país bem mais que todas as peças de artilharia inglesa" (em Ferreira Lima, História Político-Econômica e Industrial do Brasil, p. 139).

Não se trata, pois, somente da concorrência entre duas economias de maturidade diferente, mas do fato que o modo de produção capitalista dependente no Brasil implicava que o ciclo de reprodução do capital se fechava no exterior das zonas de produção. Em consequência, era do interesse da classe dirigente local facilitar este comércio, já que a importação de produtos manufaturados era a contrapartida inevitável da exportação necessária de produtos tropicais, nos quais o Brasil se especializara durante três séculos. É evidente que qualquer limitação da importação de produtos manufaturados teria repercussões negativas nas exportações e na produção local.

A conjugação das necessidades do capitalismo dominante, que buscava novos mercados, e da herança colonial, que levava a classe dirigente brasileira, constituída pelos grandes capitalistas agroexportadores, a realizar no exterior o essencial da produção, tendia, pois, a reforçar a divisão internacional do trabalho e a perpetuar a herança colonial.

Longe de pô-la em questão, o capitalismo reproduz, pois, a herança através da própria classe dirigente brasileira.

Este aspecto interno da perpetuação do modo de produção capitalista dependente, ligado ao papel particular da nossa classe dirigente, que não rompeu a dependência mas se contentou em retomar da oligarquia portuguesa o seu papel de intermediário — completando assim a extroversão que já ditava o seu papel exportador —, tende a ser geralmente subestimado. Ao referir-se aos privilégios assegurados aos ingleses pelo tratado de 1810, Gilberto Freyre queixa-se de que “à sombra de tais privilégios a economia brasileira foi imperialmente dominada pela economia britânica”.¹⁰⁷ Este tipo de raciocínio, se bem que lisonjeiro para a classe dirigente brasileira, tende a velar o caráter interno da contradição neocolonial e a substituir uma contradição de classes pela contradição “externa” entre o país e a Inglaterra imperialista.

Ora, o essencial não está nos "privilégios" injustos obtidos pelos ingleses, mas na solidariedade da classe dirigente brasileira que, sobre a base da herança colonial, assegura a recondução do capitalismo dependente e interioriza, em consequência, a própria relação colonial.

O papel essencial da classe dirigente local encontra-se também insuficientemente sublinhado em Gunder Frank, que tende a sobrestimar o papel da determinação externa: “A estrutura monopolista metrópole-satélite do sistema capitalista não se transformou realmente —modificou-se apenas na forma e no mecanismo. Durante a época mercantilista, o monopólio da metrópole foi mantido pela força militar e o monopólio comercial; foi assim que a metrópole desenvolveu a sua indústria, enquanto que os satélites subdesenvolviam a sua agricultura. Durante a época liberal, o mesmo monopólio da metrópole (dispondo já de um potencial industrial reforçado) foi mantido e estendido pelo livre-câmbio e a força militar”.¹⁰⁸ É certo que o livre-câmbio teve um papel essencial e que a força militar assegurou temporariamente à Inglaterra o controle dos mares: mas o fato de

¹⁰⁷ Gilberto Freyre, *Ingleses no Brasil. Rio de Janeiro, 1948, p. 177.*

¹⁰⁸ Andre Gunder Frank, *"Le développement capitaliste du sous-développement au Brésil"*, in: *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine, Paris, Maspéro, 1972, p. 156.*

(24) *Aqui, ainda, a incompreensão do caráter simultaneamente interno e externo da dependência tende a obscurecer o debate sobre as contradições de classe e de nações, mantendo a posição absurda da dualidade de contradições. Aparece agora que, na medida em que a orientação dependente da economia nacional é assumida pela classe dirigente brasileira, a contradição com o imperialismo manifesta-se, do ponto de vista do proletariado rural e industrial brasileiro, através da contradição com esta classe.*

(25) *Esta interpretação pelo exterior, que resulta da dominância da circulação extrovertida no capitalismo dependente, foi naturalmente interpretada como desintegração sem mais pelos autores que não tomaram em consideração o sistema capitalista como um todo, do qual o Brasil é parte. Com efeito, tomando-se o Brasil como campo de análise, a economia aparece como um arquipélago desconexo e a imagem do feudalismo apresenta-se facilmente ao espírito. Ver Witold Kala, Teoria ekonomiczna ustroju feudalnego (Teoria Econômica do Sistema Feudal), Varsóvia, PWN, 1962, em particular p. 42.*

não ter tido necessidade de empregar esta força militar no Brasil provém da estrutura particular da economia brasileira e do caráter específico da sua classe dirigente.¹⁰⁹

Um dos elementos-chave desta ação conjugada da herança colonial e da dinâmica do capitalismo liberal é a estrutura do mercado interno. Vimos que a orientação extrovertida da economia, sob impulso do capitalismo dominante, havia freado durante a fase colonial o desenvolvimento das atividades introvertidas e, por conseguinte, o da classe camponesa e das atividades urbanas locais; por outro lado, o fato de o essencial da produção ser realizado fora das zonas de produção e a mão-de-obra não preencher, neste capitalismo dependente, papel significativo na fase de circulação mas somente na fase de produção, havia permitido o desenvolvimento da produção, enquanto mantinha o grosso dos trabalhadores numa incrível miséria. Enfim, vista a forma particular do desenvolvimento econômico brasileiro, que sob o impulso do mercado exterior desenvolvia regiões de monocultura que obedeciam todas com rigor aos estímulos da metrópole, estas regiões encontravam-se perfeitamente integradas, mas não integradas *entre si*, o que levava a uma dispersão do mercado que tornava difícil o aparecimento de um mercado nacional importante.¹¹⁰

Assim, a extroversão econômica freava o desenvolvimento do mercado interno, o que por sua vez forçava os produtores a produzirem para a exportação. O binômio extroversão econômica—concentração da renda constitui até os nossos dias o ponto de ruptura de todas as políticas econômicas que querem romper o ciclo da dependência.¹¹¹

“A economia colonial da América Latina”, escrevem Stanley e Barbara Stein, “tal como a do sul dos Estados Unidos, tinha concentrado a renda, mantido em nível mínimo a renda *per capita* das massas e impedido a formação de capital líquido; numa palavra, havia tornado impossível a existência, no interior do país, de uma procura orientada para os produtos caros de uma indústria nascente”.¹¹²

Ora, no decorrer da fase neocolonial, a classe dirigente brasileira, ávida de reforçar os seus lucros na nova situação de liberdade de comércio e de comprar os produtos europeus cujo uso a corte havia difundido no país, não podia deixar de reforçar a exploração dos seus trabalhadores e de frear o desenvolvimento do mercado interno. Celso Furtado pensa que “há indícios suficientemente claros de que a renda real *per capita* baixou sensivelmente no decorrer da primeira metade do século XIX”.¹¹³

Heitor Ferreira Lima, ao abordar o problema da formação do mercado interno, fez um paralelo interessante entre o Brasil e os Estados Unidos: “Enquanto a nossa população total andava à volta de 4 milhões de habitantes em 1820, a dos Estados Unidos atingia o dobro, ou seja, 9,5 milhões... Se considerarmos a população negra, quase toda escrava, logo praticamente sem poder de

¹⁰⁹ *Aqui, ainda, a incompreensão do caráter simultaneamente interno e externo da dependência tende a obscurecer o debate sobre as contradições de classe e de nações, mantendo a posição absurda da dualidade de contradições. Aparece agora que, na medida em que a orientação dependente da economia nacional é assumida pela classe dirigente brasileira, a contradição com o imperialismo manifesta-se, do ponto de vista do proletariado rural e industrial brasileiro, através da contradição com esta classe.*

¹¹⁰ *Esta interpretação pelo exterior, que resulta da dominância da circulação extrovertida no capitalismo dependente, foi naturalmente interpretada como desintegração sem mais pelos autores que não tomaram em consideração o sistema capitalista como um todo, do qual o Brasil é parte. Com efeito, tomando-se o Brasil como campo de análise, a economia aparece como um arquipélago desconexo e a imagem do feudalismo apresenta-se facilmente ao espírito. Ver Witold Kula, Teoria ekonomiczna ustroju feudalnego (Teoria Econômica do Sistema Feudal), Varsóvia, PWN, 1962, em particular p. 42.*

¹¹¹ *É em particular esta sólida imbricação da dependência, da extroversão da estrutura do aparelho produtivo e da estrutura da renda, que retira qualquer eficácia às propostas de economistas como Hollis B. Cbennery, que gostariam de ver fortalecido o mercado interno sem tocar na posição que o Brasil ocupa no sistema capitalista mundial.*

¹¹² Stanley e Barbara Stein, op. cit., p. 122.

¹¹³ (28) *Ceko Furtado, op. cit., p. 136 No entanto, é necessário salientar que Furtado, ao raciocinar em termos de renda per capita, enfoca apenas as variações globais do rendimento deixando na sombra o fenômeno essencial que constitui a não-extensão da esfera de consumidores. Raciocinando deste modo, é levado a ver uma correlação positiva entre o desenvolvimento do mercado interno e o desenvolvimento das exportações. Ver, em particular, pp. 136 e 137.*

compra, vemos que ela representa 39,9 por cento no Brasil em 1822, e 22,5 por cento nos Estados Unidos em 1820. Em 1850 a população negra do Brasil atingia 48,3 por cento, enquanto nos Estados Unidos ela representava 19,6 por cento da população. Constatamos, pois, que esta parte da população com capacidade de compra muito fraca não somente era bem maior no Brasil do que nos Estados Unidos, mas que, no decorrer do período que examinamos, aumentou no Brasil, enquanto nos Estados Unidos diminuía proporcionalmente; e a população de capacidade de compra mais elevada, ou seja, a de maior presença no mercado, predominava”.¹¹⁴

Os efeitos simultâneos do estreitamento do mercado interno e da invasão dos produtos manufaturados ingleses deixavam, pois, pouco lugar ao desenvolvimento de atividades introvertidas e de uma burguesia nacional orientada para um desenvolvimento auto-sustentado.

Os resultados não se fizeram esperar. Os navios estrangeiros afluíram aos portos brasileiros em grande número. O registro de navios que entram no porto do Rio de Janeiro traz as cifras seguintes:

MOVIMENTO DE NAVIOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO¹¹⁵

<i>Anos</i>	<i>Portugueses</i>	<i>Estrangeiros</i>
1805	810	—
1806	642	—
1807	779	—
1808	765	90
1810	422	422
1819	350	350
1820	354	354

“Nestas condições”, escreve Ferreira Lima, “a criação de manufaturas era restrita e lenta. Pelo que sabemos, no decorrer das duas décadas de 1822 a 1841 apenas foram fundadas 14 fábricas e somente duas sociedades anônimas brasileiras”.¹¹⁶

O caso da siderurgia, cujo desenvolvimento havia sido favorecido pelo regente na véspera da independência, é significativo: A Fábrica de Ferro do Morro Gaspar Soares funcionou até 1825 e as suas instalações foram vendidas em leilão em 1830; a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, dirigida por Varnhagen, teve dois altos-fornos, exigiu investimentos importantes, mas entrou em decadência a partir de 1821; Von Eschwege fez uma tentativa no Estado de Minas Gerais e construiu uma fábrica que, significativamente, se chamou Fábrica Patriótica e produziu algumas toneladas de ferro.

Quando se consideram os meios ainda relativamente precários de transporte da época, o fato de se importar ferro da Inglaterra num país rico em minério de ferro dá uma medida do peso da dependência. E considerando o caráter estratégico da produção de ferro para a emancipação econômica — veja-se o papel da siderurgia semi-artesanal na independência e no desenvolvimento econômicos do Japão — é fácil compreender o que a blocagem destas atividades representava para o futuro do país.

“A produção brasileira reduzir-se-á cada vez mais aos poucos produtos da sua especialidade destinados à exportação. Assim, o sistema econômico colonial ao qual nos referimos várias vezes

¹¹⁴ Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 213. Notemos, no entanto, que Ferreira Lima exagera ao considerar a população negra como sendo “quase toda escrava”. Segundo dados de Caio Prado Júnior (*op. cit.*, anexo II), obtemos uma progressão da proporção de escravos de 28,5 % a 31,2% entre 1823 e 1850. Furtado, por sua parte estima que em 1850 o Brasil contava com uma população de 7 milhões de habitantes, dos quais 2 milhões de escravos (*op. cit.*, p 137). O fenômeno essencial constatado parece, no entanto, ser razoavelmente estabelecido.

¹¹⁵ Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 206.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 136.

agrava-se, se bem que em função de outras circunstâncias. O Brasil, já confrontado com tantas dificuldades para sair deste sistema deixado por três séculos de formação colonial, em função do qual a sua vida se tinha organizado, assistia agora ao seu reforço: em vez das restrições do regime colonial, operava agora a liberdade do comércio, no sentido de assegurar uma organização econômica disposta unicamente à produção de alguns bens destinados à exportação”.¹¹⁷

No conjunto, pois, é pouco duvidoso que o efeito combinado da dependência neocolonial e da herança colonial foi bloquear as atividades ligadas às necessidades internas do país. Paralelamente, a nova situação do Brasil no sistema capitalista ia estimular o reforço das atividades agrícolas extrovertidas, que haviam sofrido uma estagnação parcial durante o século XVIII.

Revitalização da Atividade Agroexportadora: Primeira Fase do Café

Depois da grande fase de extração mineral e atividades induzidas, assistimos no Brasil a um movimento de retorno à terra, à atividade agroexportadora. As regiões de Minas Gerais foram reconvertidas e afetadas à criação extensiva de gado. O açúcar volta parcialmente à antiga prosperidade e ocupa novas terras na Bahia e em São Paulo. No Norte, no Maranhão, desenvolve-se a produção de arroz, que será durante um período muito curto o segundo produto de exportação do Brasil.¹¹⁸

Sob a pressão da procura inglesa, vemos também desenvolver-se rapidamente a produção do algodão, que ocupa em alguns anos todo o interior do país, penetrando até Goiás. Fato típico para o Brasil, esta produção entrará em crise com a mesma rapidez, sob o efeito da concorrência do produto americano, e voltará a ser uma fonte de prosperidade quando a Guerra da Secessão, temporariamente, exclui o algodão americano do mercado.¹¹⁹

Mas se os antigos produtos conhecem altos e baixos, que não chegam nem à reconversão econômica em favor de outros produtos ligados ao mercado interno, nem ao desenvolvimento efetivo das regiões produtoras, um novo produto se impõe desde os primeiros anos da independência e dinamiza a atividade exportadora: o café.¹²⁰

Implantado no Brasil a partir de 1727, o café será inicialmente cultivado no Norte e no Sul do país, mas sem ser importante antes do novo ciclo agrícola que caracteriza o início da fase neocolonial. A rapidez do seu desenvolvimento vê-se na progressão das exportações.¹²¹

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL

<i>Anos</i>	<i>Sacas de 60 quilos (milhares)</i>
1821-1830	3 187
1831-1840	10 430
1841-1850	18 367
1851-1860	27 339
1861-1870	29 103
1871-1880	32 509
1881-1890	51 631

¹¹⁷ Caio Prado Júnior, op. cit., pp. 137 e 138.

¹¹⁸ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 83.

¹¹⁹ Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, p. 141; Caio Prado Júnior, op. cit., p. 84.

¹²⁰ A obra básica relativamente a essa cultura é a de Affonso de E. Taunay, História do Café do Brasil — excelente no plano da documentação, mas fraca no plano explicativo.

¹²¹ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 164.

Durante os anos trinta, a produção já se tinha suficientemente firmado para resistir a uma redução temporária dos preços no mercado mundial.¹²² A força da procura dos Estados Unidos, que em 1850 já importavam mais de 50 por cento do café brasileiro, iria estabilizar a produção e assegurar o seu desenvolvimento.

Do ponto de vista geográfico, enquanto respondia às necessidades do mercado interno, o café foi uma cultura dispersa e pouco intensiva. Ao tornar-se um produto importante no mercado mundial, o café foi cultivado de maneira muito intensiva e regionalmente concentrada. Inicialmente tratava-se do vale do Paraíba, próximo do Rio de Janeiro, que possuía terras virgens favoráveis à cultura do café. Rio de Janeiro, simultaneamente porto e centro financeiro e comercial, assegurava os serviços necessários a esta monocultura de exportação. Nos anos 1860, com as terras do vale do Paraíba em grande parte esgotadas por uma cultura irracional, o café emigra para o oeste, para São Paulo, onde atingirá o seu apogeu.

Esta concentração regional não é fortuita. Por um lado, teve influência a proximidade dos portos, visto tratar-se de produto de exportação: Rio de Janeiro e, depois, Santos estavam respectivamente próximos do vale do Paraíba e das regiões produtoras de São Paulo. Por outro lado, é no Sul que o declínio das atividades mineiras havia deixado disponíveis empreendedores e capitais: “Os produtores brasileiros encontravam no café uma oportunidade de utilizar recursos produtivos parcialmente disponíveis desde a decadência da mineração”.¹²³

É certo que o clima e a terra, condições naturais, jogaram também um papel importante; no entanto, esta especialização regional estava ligada em grande parte ao caráter exportador desta cultura, que exigia não somente a proximidade dos portos de embarque, como também uma infra-estrutura de serviços comerciais, financeiros e de transporte.¹²⁴

O desenvolvimento da cultura do café reforça o deslocamento do centro da economia para o Centro-Sul, Rio de Janeiro e depois, sobretudo, São Paulo, onde a acumulação ligada ao café está na base do desenvolvimento industrial ulterior.¹²⁵ Paralelamente, o Norte e o Nordeste, que produzem bens menos cotados ou mais instáveis no mercado internacional, entram gradualmente em decadência.¹²⁶

As relações de propriedade ainda são muito próximas das que observamos no Nordeste três séculos antes.¹²⁷ A formação de grandes propriedades de monocultura de exportação, a “plantação”,

¹²² Celso Furtado, *op. cit.*, p. 143: “A quantidade exportada foi multiplicada por cinco entre 1821-30 e 1841-50, apesar de os preços médios terem caído cerca de 40 por cento durante este período”.

¹²³ Celso Furtado, *op. cit.*, p. 143.

¹²⁴ Esta especialização regional mantinha, evidentemente, a desintegração da economia no plano interno. Já vimos que esta desintegração, ligada à integração no plano mundial, sem a qual a reprodução do capital se veria obstruída, atomizava o mercado interno. Vemos agora que esta justaposição de regiões especializadas, entre as quais a propagação de fluxos econômicos se via freada pelo caráter extrovertido da economia, levava a uma fraca capacidade de desenvolvimento inter-regional induzido. Assim, o Nordeste estagnava na espera de uma nova alta de preços do açúcar e do algodão no mercado mundial, sem participar da nova prosperidade do Centro-Sul.

¹²⁵ (40) André Gunder Frank, ao tomar o exemplo de São Paulo para mostrar as possibilidades de industrialização de uma região menos tocada pelas atividades exportadoras, dá um mau exemplo para um raciocínio justo no conjunto. São Paulo deve a sua prosperidade inicial e a infra-estrutura que atraiu a indústria ao açúcar e ao café. Ver a este respeito A. G. Frank *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, p. 54: “d’après les hypothèses de mon modèle...”.

¹²⁶ Não abordaremos aqui o fenômeno já amplamente estudado dos efeitos negativos das flutuações da economia regional em função das oscilações do mercado mundial, fenômeno que, bem melhor do que as “estruturas arcaicas” — mas por que permanecem arcaicas? — explica a reticência dos grandes proprietários e empresários para se lançarem em grandes investimentos regionais de infra-estrutura. Com efeito, a extensão das áreas de cultivo — donde a manutenção de grandes áreas não-cultivadas — ou a sua redução segundo as flutuações do mercado não constituem imobilizações significativas de capital e perdas por não utilização de capacidade produtiva. Um mecanismo análogo será encontrado conforme veremos, para o investimento em mão-de-obra. É evidente, em todo o caso, que a produtividade destas regiões continuará reduzida.

¹²⁷ Num estudo de fundo sobre esta região da primeira fase do café, o vale do Paraíba, Stein cita os seguintes dados relativos a um município representativo, o de Vassouras: “Um cadastro incompleto de Vassouras sugere a que ponto a concentração da propriedade havia progredido pelos fins dos anos 1880. Com efeito, 20 por cento dos proprietários

responde às técnicas da produção do café, que exige muita mão-de-obra e uma imobilização importante de fundos, já que a planta se torna produtiva apenas depois de quatro ou cinco anos. “O café, sendo uma planta de produção retardada, exige para a sua cultura um investimento maior de capital. Esta cultura é, pois, menos acessível ao pequeno proprietário e ao produtor médio”.¹²⁸

Este fato não basta, no entanto, para justificar a estrutura fundiária extremamente concentrada que resultou da plantação do café; com efeito, a sua cultura tinha-se disseminado através do país no decorrer do século XVIII, em particular no Estado do Pará, sem dar lugar ao mesmo fenômeno. Na realidade, a sucessão de produtos coloniais em que se tinham especializado as diferentes regiões do Brasil havia dado lugar a uma classe de empresários que, vista a exiguidade do mercado interno herdado da estrutura extrovertida da economia, podiam produzir em escala industrial apenas para o mercado mundial. Logo que esta produção começou a ser desenvolvida por empresas agromercantis, é natural que a produção camponesa ou “artesanal” do café tivesse estagnado.

Assim, enquanto no caso do açúcar vimos que a estrutura fundiária era essencialmente determinada pelas relações técnicas de produção, vemos aqui o efeito de indução negativo da herança colonial sobre a dinâmica nova criada pelo mercado capitalista mundial.¹²⁹

É, pois, compreensível que o café tivesse dado lugar a uma classe de grandes proprietários. Prolongando o movimento que levou plantadores do Nordeste a deslocar-se com os seus escravos para Minas Gerais durante o ciclo da mineração, assistimos agora a um deslocamento dos grandes produtores da região minerais, em crise, para o Centro-Sul do café. “Os empresários que fundaram a classe dos ‘fazendeiros’”, escreve Orlando Valverde, “saíram na maioria do interior em direção ao mar, já que eram, na sua vasta maioria, da região de Minas Gerais, cuja atividade mineira se tinha totalmente desorganizado durante a última década do século XVIII”.¹³⁰

Esta terceira geração da oligarquia exportadora, depois das do açúcar e das minas, sem diferir substancialmente quanto ao objetivo da produção — o lucro pela produção para o mercado externo —, apresenta, no entanto, um caráter distintivo fundamental: na medida em que as atividades ligadas à comercialização já não se faziam, como durante a fase colonial, em Portugal

nas duas paróquias possuíam cerca de 70 por cento da superfície destas paróquias, ou seja, toda a propriedade de dimensão de “fazenda”. Em outros termos, 41 proprietários — bancos ou indivíduos — controlavam 4 715 alqueires, num total registrado de 6631 alqueires” (Stanley Stein, Vassouras: a Brazilian Coffee County — 1850-1890, Harvard U.P., 1957, p. 225). (Um alqueire equivale a 4,84 hectares no Rio de Janeiro.)

¹²⁸ *Caio Prado Júnior, op. cit., p. 170. Por outro lado, Celso Furtado lembra que esta cultura exige menos capital que o açúcar: “A empresa do café permite a utilização intensiva de mão-de-obra escrava e assemelha-se nisto à do açúcar. No entanto, apresentava um nível de capitalização bem mais baixo que esta última, já que se baseava mais amplamente na utilização do fator terra” (Celso Furtado, op. cit., p. 143). Este fato será compensado pela escala de produção sensivelmente mais elevada no caso do café, que exige ainda uma infra-estrutura de transporte mais desenvolvida.*

¹²⁹ *A estrutura fundiária respondia também, é útil recordá-lo, à necessidade de fixar mão-de-obra na propriedade, tendo neste plano efeitos complementares relativamente ao controle extra-econômico sobre a mão-de-obra. Alberto Passos Guimarães tem razão ao lembrar aqui a doutrina Wakefield, segundo a qual era necessário manter elevados os preços da terra, a fim de impedir que os camponeses se fixassem em terra própria, o que privaria os latifundiários de uma mão-de-obra indispensável (Alberto Passos Guimarães, Quatro Séculos de Latifúndio, São Paulo, Ed. Fulgor, 1964, em particular, p. 103).*

¹³⁰ *Orlando Valverde, La fazenda de café escravista em el Brasil, p. 10.*

A produção de metais preciosos no Brasil evoluiu da maneira seguinte:

1701 -1 720	2 750 quilos
1 721-1 740	8850 quilos
1 741 -1 760	14 600 quilos
1 761 -1 780	10350 quilos
1 781 -1800	5 450 quilos
1801 -1820	2 750 quilos

A produção do café tendo tomado importância a partir dos anos 1820, a retomada da dinâmica de um ciclo pelo outro parece razoável. Cifras de Frédéric Mauro, Histoire du Brésil Paris, P. U.F., 1973, p. 37.

mas no próprio Brasil, a ruptura entre a fase comercial e a fase produtiva, que se constatava, em particular no Nordeste, deixava de existir nas mesmas proporções. Não há dúvida que as casas exportadoras inglesas tiveram um papel muito importante, mas desde o início e cada vez mais os grandes produtores do café souberam fazer jogar em seu favor a interiorização da ordem colonial, captando também uma boa parte dos frutos da fase de comercialização que outrora enriquecia a aristocracia portuguesa.

É, pois, esta passagem ao neocolonialismo, com a retomada pela burguesia local do papel de intermediário outrora jogado por Portugal, que explica a amplitude de atividades que constata Celso Furtado: “A economia do café formou-se em condições distintas (da do açúcar). Desde o início, a sua vanguarda era formada por homens que tinham uma experiência comercial. Durante toda a etapa de gestação, os interesses da produção e do comércio estavam ligados. A nova classe dirigente tinha-se formado numa luta que se estende numa vasta frente: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferências na política financeira e econômica”.¹³¹

Esta nova oligarquia não tinha razões para entrar em choques profundos com os outros setores exportadores dos quais provinha, setores interessados como ela no desenvolvimento da orientação extrovertida, e uma descentralização parcial do poder permitirá manter a unidade nacional da burguesia dependente.

No entanto, vemos aparecer os fundamentos da orientação do setor de Estado, instrumento da burguesia dependente na sua luta para manter, dentro de um quadro geral definido pela orientação neocolonial, o máximo de lucros dentro do país.¹³²

O Brasil neocolonial dotava-se, pois, de uma classe dirigente nacional e de um Estado encarregado de defender os interesses desta classe e da nova divisão internacional capitalista do trabalho, à qual esta classe deve a sua existência. Detendo o poder exclusivo até 1930, esta classe ver-se-á limitada por um único fator: o fato de a sua reprodução e subsistência se deverem à sua submissão à dinâmica do capitalismo dominante, às relações mundiais de produtos.

A grande monocultura de exportação do café, organizada por capitalistas, sob a impulsão de necessidades do capitalismo dominante que se refletem na estrutura de preços no mercado mundial, orientada por filiais de casas de comércio e de crédito inglesas instaladas no Brasil, adotava no segundo quarto do século XIX relações de produção escravistas.

Vimos mais acima as cifras citadas por Heitor Ferreira Lima: a proporção de negros no Brasil era de 39,3 por cento em 1822 e de 48,3 por cento em 1850. Segundo Caio Prado Júnior, havia no Brasil cerca de um milhão de escravos em 1800, cerca de 1 milhão e 150 mil em 1823 e cerca de 2 milhões e 500 mil em 1850, data em que, sob pressão inglesa, o tráfico de escravos, foi proibido.¹³³ Segundo Celso Furtado, a importação de escravos no decorrer dos primeiros cinquenta anos do século XIX teria “provavelmente ultrapassado meio milhão”.¹³⁴

¹³¹ Celso Furtado, op. cit., p. 145.

¹³² Isto explica em grande parte este caráter simultaneamente nacional e antinacional do Estado brasileiro: instrumento de poder de uma classe burguesa dependente numa formação social caracterizada pelo modo de produção capitalista dependente, este Estado lutará sempre para assegurar a maior parte possível de lucros a esta burguesia e opor-se-á freqüentemente ao capitalismo dominante. No entanto, sendo a sua razão de ser como a da burguesia dependente, a existência do sistema global capitalismo dependente — capitalismo dominante, o Estado nunca chegará a pôr em questão, até hoje, o próprio sistema, nem a propor um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado. Voltaremos mais adiante ao problema. Notemos, por enquanto, que a redução deste Estado à função de “instrumento” ou de “agente interno” do imperialismo constitui uma simplificação que deixa de lado a amplitude da integração do Brasil na economia capitalista mundial.

¹³³ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 351.

¹³⁴ Celso Furtado, op. cit. p. 147. Celso Furtado estima também o número de escravos existentes no início do século XIX em pouco mais de um milhão. Não se podem então compreender as cifras que cita Heitor Ferreira Lima na página 237 da sua obra: “A quantidade de escravos existentes entre nós no início do século XIX era de 3 993 000, contra 1347 000 brancos”, cifra que ele baseia em Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, São Paulo, 1966, p 13.

Parece, pois, bastante bem estabelecido que, com a produção do café, o sistema escravista, que se encontrava, se não posto em questão, em todo o caso abalado com a crise das atividades exportadoras do fim do século XVIII e do início do século XIX,¹³⁵ retoma vigor.

Poder-se-ia supor que os empresários do café, oriundos em boa parte das antigas zonas produtoras, levavam consigo a “tradição” da escravatura. Não parece ser este o elemento principal: estes mesmos homens, um século antes, não puderam impedir o sistema de escravidão de se degradar durante a fase mineira, que implicou uma série de atividades introvertidas.

Parece mais justo sublinhar simplesmente o aspecto de racionalidade econômica da escravidão no quadro da plantação de café: subsistindo a falta de mão-de-obra, apenas a *posse* da mão-de-obra podia assegurar a sua permanência nas grandes propriedades, sobretudo considerando que o café exigia uma mão-de-obra muito importante e que o proprietário não podia dispor, nas novas regiões do café, de um exército de reserva importante. Por outro lado, as zonas de produção do café visam essencialmente a exportação e os produtores viam-se pouco interessados na formação de um mercado interno. Em todo o caso, o processo de reprodução capitalista poderia continuar sem entraves do lado da realização do produto, que se daria fora das zonas de produção.

Por sua vez, o desenvolvimento de relações de produção escravistas reforçava a concentração da propriedade fundiária: “Os pequenos plantadores, por sua vez, não se tinham interessado pela agricultura de subsistência, porque a elevação do nível de preços de escravos os impedia de comprar novos e forçava-os a vender os que tinham aos grandes plantadores e às companhias de estradas. A absorção crescente da mão-de-obra escrava disponível pelas grandes plantações levou ao desaparecimento gradual das pequenas plantações e fazendas (*farms*)”.¹³⁶

A reprodução destas relações de produção reage por sua vez sobre a orientação da produção. Notamos aqui uma diferença importante relativamente ao ciclo do açúcar: se é verdade que no caso do açúcar os grandes plantadores não tinham que se preocupar com a realização do produto junto dos próprios trabalhadores, e portanto do nível de rendimentos dos mesmos, foi diretamente que o capitalismo dominante determinou a orientação da produção para a agricultura de exportação. Ao contrário, no caso dos plantadores do café, vemos a imbricação e complementação de determinações do mercado capitalista mundial e da herança colonial: com efeito, as opções da fase colonial haviam tornado impossível, conforme vimos, a formação de um vasto mercado interno; em consequência, os produtores que queriam ultrapassar a escala da pequena agricultura deviam produzir para o mercado solvável existente, ou seja, para a exportação; produzindo para a exportação; não tinham que se preocupar com a fraqueza do mercado interno e perpetuavam as condições desumanas de exploração (e portanto a fraqueza das atividades econômicas locais artesanais ou comerciais), mais tarde interpretadas como feudais ou pré-capitalistas, quando são o fruto do capitalismo sob a sua forma dependente.¹³⁷

A situação da Inglaterra é bastante mais ambígua: a luta que ela trava contra o sistema escravista no Brasil surpreende pela sua violência. As motivações humanitárias certamente tiveram o seu papel. No entanto, não eram determinantes. Basta considerar o tratamento que os capitalistas ingleses infligiam aos seus próprios trabalhadores e o fato de os escravos encontrados em navios brasileiros serem entregues aos plantadores de colônias inglesas.¹³⁸ Parece mais lógico supor que a Inglaterra, dividida entre os interesses das filiais inglesas instaladas no Brasil, e que favoreciam a

¹³⁵ *Vimos mais acima esta formação de relações de produção “híbridas” nas atividades mineiras. É preciso acrescentar que um número importante de escravos utilizou o ouro ganho para comprar a própria liberdade..*

¹³⁶ *Stanley Stein, Vassouras: a Brazilian Coffee County, p. 48. É importante ter presente no espírito esta relação estreita entre as relações de propriedade e as relações de exploração, e destas com a orientação extrovertida da economia..*

¹³⁷ *Ver acima relativamente à separação entre a função de produção e de realização exercida pela força de trabalho no ciclo de reprodução do capital; lembremos que no quadro das nossas hipóteses a contradição entre o nível das forças produtivas, que se desenvolvem rapidamente, e as relações de produção, que progridem no sentido do escravismo, resolve-se no modo de produção capitalista dependente pela realização fora das esferas produtivas (e não necessariamente fora do país, conforme veremos)*

¹³⁸ *Sir Alan Pin, Colonial Agricultural Production, Oxford, 1946, citado por Celso Furtado, op. cit., p. 155.*

(54) *Orlando Valverde, op.cit., p. 24.*

produção para a exportação, na qual o país se tinha especializado — o que implicava o desenvolvimento da escravidão —, e os interesses dos proprietários de manufaturas que queriam aumentar o mercado brasileiro, tenha favorecido a segunda corrente. Mas se a escravidão foi efetivamente abolida (o tráfico em 1850 e a escravidão em 1888), a lógica do modo de produção adotado no Brasil levará os grandes proprietários a contornar esta medida e a desviá-la dos efeitos buscados: conforme veremos, uma vez abolida a escravidão, os empresários agrícolas adotarão outras medidas para manter o controle extra-econômico sobre a mão-de-obra e a superexploração.

O desenvolvimento das forças produtivas ao nível mundial não deixava de influenciar o sistema escravista brasileiro, que ganhou mais racionalidade: Valverde note o caso do comendador Joaquim José de Sonza Breves, que possuía cerca de vinte fazendas e 6 000 escravos e que “tratava os escravos como se tratam cavalos. Aplicava-lhes princípios de zootecnia. Havia uns pretos bem forçados, com bons dentes, cuja função era de reprodutores. Eram levados de fazenda em fazenda do comendador para multiplicar o número de cativos”.¹³⁹

Constata-se, pois, em pleno século XIX, sob a impulsão do mercado capitalista mundial e a supervisão da estrutura neocolonial inglesa no Brasil, uma retomada vigorosa das relações de produção escravistas. A herança colonial, longe de ser abandonada, é reproduzida e modernizada.¹⁴⁰

Mas esta herança reproduz-se por intermédio de estruturas de poder internas: os grandes plantadores tornam-se rapidamente bastante poderosos para assegurar um poder hegemônico dentro do país, poder que será mantido até 1930. É, pois, segundo os interesses desta classe, que deve a sua existência à identificação com os interesses do capitalismo dominante, que será orientado o conjunto da economia.

Modernização da Dependência: Segunda Fase do Café

A identificação da dependência colonial ou neocolonial de uma economia com estagnação ou não-desenvolvimento não tem fundamento. Conforme vimos, o interesse do capitalismo dominante e da burguesia dependente do país exigem não somente a manutenção da orientação extrovertida da economia, mas ainda o aumento da produção.¹⁴¹ Se o aumento da produção extrovertida, no quadro do capitalismo dependente, leva a uma estrutura econômica profundamente diferente da estrutura a que chegaram as economias capitalistas dominantes, o fato é perfeitamente lógico, mas “trata-se de uma forma particular de desenvolvimento — ou de “crescimento” — e não de uma ausência de desenvolvimento.

Simplista também é a perspectiva segundo a qual a importação de técnicas modernas implicaria necessariamente um desenvolvimento capitalista do país, independentemente do tipo de utilização dado a estas técnicas.

A produção do café aumentou num ritmo muito elevado, segundo cifras de Ferreira Lima mostradas na página seguinte.

Constatamos, pois, que a produção foi praticamente multiplicada por dez no espaço de vinte anos. A importação de escravos, como vimos, havia aumentado fortemente. Mas, à medida que o nível das forças produtivas se elevava e que as necessidades das economias dominantes aumentavam, o desenvolvimento da produção colonial

¹³⁹ Orlando Valverde, op.cit., p. 24.

¹⁴⁰ “O sistema tradicional de uma economia totalmente virada para a produção intensiva de alguns produtos de exportação reforçou-se... a grande propriedade agrícola de monocultura trabalhada por escravos, que vinha da época colonial e havia sido momentaneamente abalada, perpetuava-se” (Heitor Ferreira Lima, op. cit., p. 233).

¹⁴¹ Ver mais atrás, p. 41, acerca da reprodução das relações de produção e o deslocamento das bases técnicas da dependência.

BRASIL: PRODUÇÃO DE CAFÉ¹⁴²

<i>Anos</i>	<i>Sacas de 60 quilos</i>
1821-1825	487 594
1826-1830	1 618 202
1831-1835	3 304 312
1836-1840	4 623 345

passava a exigir mais do que uma simples extensão da terra ocupada e da mão-de-obra escrava, sobretudo porque o preço desta última se tornava muito elevado. A intensificação da exploração da economia dependente exigia uma modernização de certas estruturas de produção. Assim, a modernização de certas estruturas de produção no Brasil é estimulada na sua origem não em reação contra a oligarquia “pré capitalista” e a ordem colonial, mas de acordo com esta e visando a racionalização da ordem existente.

A impulsão modernizadora da dominação inglesa começa nos anos 1850. Em setembro de 1850 a lei Eusébio de Queiroz proíbe o tráfico de escravos, dando assim satisfação à Inglaterra, que havia exercido pressões muito fortes neste sentido. A importação de escravos no Brasil caiu vertiginosamente:

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS¹⁴³

<i>Anos</i>	<i>Escravos</i>
1845	19 463
1846	50 324
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000
1851	3 287
1852	700

Ora, o tráfico de escravos imobilizava capitais importantes, que se encontraram assim em disponibilidade. O aparecimento destes capitais e a necessidade de modernizar e intensificar a exploração exportadora completavam-se: “É assim que em 1851 começou o movimento regular de constituição de sociedades anônimas: na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil¹⁴⁴ ... Em 1852 inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o

¹⁴² Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 201. Lembremos ainda que a precisão aparente das cifras não deve levar o leitor a considerá-las sólidas: o total da produção relatado por Ferreira Lima para a década de 1821-1830 é inferior às cifras dadas por Caio Prado Júnior relativas à exportação somente. Esta utilização de cifras precisas para uma realidade bastante mal determinada nos seus contornos é característica comum do Brasil e de outras economias pobres. Retomamos estas cifras tais como são apresentadas, lembrando apenas que se trata de meros índices que sugerem a orientação geral dos fenômenos estudados. Ver também os dados citados na p. 103.

¹⁴³ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. José Olympio, 1956, p. 92.

¹⁴⁴ O primeiro Banco do Brasil foi fundado no início do século, mas entrou em decadência e foi fechado. Conta-se que D. João VI contribuiu para esta decadência, levando o essencial do conteúdo deste Banco ao voltar a Portugal em 1820. Mais importante para nós é constatar que a iniciativa fora tomada, mas não encontrara as condições necessárias na época, cabendo-lhe a mesma sorte que a dos esforços iniciais de implantação de uma indústria siderúrgica.

Banco Rural Hipotecário... Em 1854 a primeira linha ferroviária, os 14,5 quilômetros entre o porto de Maná e a estação de Frágoso, é aberta ao uso. A segunda, que iria ligar a capital da província de São Paulo com a corte, começa a ser construída em 1885. A organização e a expansão do crédito... a abreviação e dinamização dos negócios... o estabelecimento de meios de transporte modernos entre os centros de produção agrária e os grandes centros comerciais do império, eis algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos”.¹⁴⁵

“Mesmo depois da inauguração do regime republicano, em 1889, jamais talvez fomos tomados, em período tão curto, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente no meio do século passado e particularmente durante os anos de 1851 a 1855”.¹⁴⁶

Apesar da corrente modernizadora ser essencialmente orientada de modo a facilitar a produção e o escoamento do produto mais rentável na época — o café —, atinge também outras regiões, segundo as flutuações do mercado internacional. “Em 1875”, relata Celso Furtado, “o parlamento aprovou uma lei autorizando o governo imperial a garantir os interesses dos capitais estrangeiros investidos na indústria do açúcar até um montante de 3 milhões de libras. Nos dez anos que seguiram, cinquenta usinas de açúcar foram instaladas, com equipamento moderno, financiadas quase sempre por capitais ingleses sob a proteção desta lei”.¹⁴⁷ A concentração dos amigos “engenhos” e a formação de grandes “usinas” de açúcar —que aliás continuam a concentrar-se e racionalizar-se atualmente, num prolongamento do mesmo movimento — aumentou, evidentemente, a produtividade das grandes plantações.

Assistimos, pois, a uma diversificação importante do sistema produtivo, que levou ao abalo das relações de produção escravista. Mas esta dupla transformação deve ser delimitada quanto aos seus efeitos e alcance.

No que toca à orientação da infra-estrutura moderna instalada nesta época, era ditada pelas necessidades de racionalizar a extroversão econômica: as ferrovias, em particular a São Paulo Railway, que liga as zonas do café no planalto ao porto de Santos, os portos, as casas de exportação, as instituições de crédito, as comunicações telegráficas, tudo é feito para ligar a metrópole aos centros produtores do principal produto de exportação da época, o café. Explica-se assim o caráter extremamente concentrado do ponto de vista regional da infraestrutura econômica, que cobre quase exclusivamente o eixo Rio—São Paulo.

Do ponto de vista da economia brasileira parece tratar-se antes de tudo de uma racionalização da dependência. Richard Graham confirma esta orientação, que ele acha positiva, ao considerar que o caráter particular da modernização da economia brasileira é de obedecer ao que ele chama “estruturas involuntariamente neocoloniais” (*unwittingly neo-colonial structures*): “Uma apreciação ponderada do papel britânico deve incluir o reconhecimento da parte importante que teve na promoção da mudança. A economia exportadora do café deu uma nova vida ao Brasil e as ferrovias tornaram o *boom* do café possível. Os britânicos deram o impulso inicial à construção das ferrovias, forneceram em seguida os indispensáveis técnicos, os empréstimos, o investimento, o capital, o *know-how*, o material-equipamento. Esta foi a sua principal contribuição ao arranque da modernização do Brasil. A economia de exportação foi também ajudada por outros fatores já citados: casas de exportação, companhias marítimas, companhias de seguros, trabalhos portuários e os estabelecimentos bancários, aos quais é necessário acrescentar os importadores e distribuidores de maquinaria agrícola”.¹⁴⁸

O esforço de modernização é, pois, explicitamente, um esforço de modernização da economia exportadora. É ligado à “economia exportadora do café”, à qual “deu uma nova vida”. Ora, esta nova vida durava na realidade já havia mais de três séculos no Brasil, somente as técnicas e os produtos variando ligeiramente, segundo os ciclos sucessivos da economia. A contribuição

¹⁴⁵ Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pp. 88-89.

¹⁴⁶ Ibid., p. 88.

¹⁴⁷ Celso Furtado, op. cit.

¹⁴⁸ Richard Graham, op. cit., p. 323.

modernizadora constitui apenas uma contribuição tecnológica, que atualiza a deformação fundamental da economia brasileira: a sua extroversão.¹⁴⁹

Modernização da Dependência e Relações de Produção

Se a orientação geral da economia era mantida e reforçada pela modernização, é, no entanto, evidente que o salto efetuado no desenvolvimento das forças produtivas afeta seriamente as relações de produção. Há, pois, um efeito positivo indireto do melhoramento tecnológico, que não se trata de negar, mas de entender nas formas particulares que adota.

Do ponto de vista das relações de propriedade, aparece no conjunto que a estrutura fundiária foi reforçada nas suas características tradicionais, na medida em que o progresso das forças produtivas permitia o aumento da escala de produção e que o desenvolvimento dos transportes permitia o reforço da especialização e da monocultura. Foi o caso das plantações de café das grandes regiões produtoras de Campinas, Ribeirão Preto, etc. Foi também o caso dos latifúndios produtores de açúcar no Nordeste, a formação das "usinas" em substituição dos "engenhos", levando a uma racionalização e intensificação da monocultura em propriedades mais extensas. No Sul, as fazendas de criação, que no quadro do sistema de "sesmaria" atingiram dimensões gigantescas ainda no fim do período colonial¹⁵⁰ e se firmaram com a produção de carne semi-industrializada, o charque, que era exportado para todo o Brasil e para o exterior.

Do ponto de vista das relações de exploração, a tendência a ver no Brasil a reprodução da história européia e a dotar o capitalismo *em geral* de virtudes que ele chegou a demonstrar apenas na sua esfera dominante, levou à aceitação generalizada da idéia de que a abolição da escravidão no Brasil era um efeito externo devido à "penetração" do capitalismo na segunda metade do século XIX.

Assim, segundo Octávio Ianni, a escravidão degradava-se no Brasil em função das necessidades "da posterior estruturação da economia capitalista no país".¹⁵¹ Ora, se a industrialização era bem posterior à libertação nas relações de exploração, podemos compreender que a indústria tiraria proveito do recuo da escravidão, mas não que o tivesse provocado.

Encontramos um raciocínio análogo — a degradação da escravidão do exterior, através da penetração do capitalismo, o que implica que este ainda estivesse por penetrar — em Buarque de Holanda. O autor parte das transformações que tiveram lugar nos anos 1850 para concluir que as atividades que resultaram do fluxo de capitais postos em disponibilidade pelo fim do tráfico de escravos exigiram por sua vez o alargamento do mercado de mão-de-obra livre e provocaram o início da campanha pela abolição da escravidão, que termina com sucesso em 1888.¹⁵²

Esta perspectiva choca-se no Brasil com dados históricos contrários: em primeiro lugar, será no Norte e Nordeste, zonas às quais se atribui com tanta facilidade características pré-capitalistas, que a idéia da emancipação do escravo será acolhida com mais agrado pelos próprios proprietários,

¹⁴⁹ É significativo que não encontramos nesta enumeração de Graham uma só palavra sobre a estrutura sócio-econômica e que a análise se concentra nas técnicas. Ora, já nesta época aparece com clareza cada vez maior o fato de que não se trata de dotar estruturas existentes de meios técnicos mais aperfeiçoados, mas de transformar as próprias estruturas. Toda a contradição ligada à penetração da tecnologia moderna resulta deste fato. Os melhoramentos tecnológicos, em si positivos, reforçam estruturas dependentes e exercem, em conseqüência, simultaneamente um papel de estímulo e de distorção maior da economia no seu conjunto.

¹⁵⁰ No Sul, "as propriedades foram largamente distribuídas: queria-se consolidar a propriedade portuguesa, que até então se via garantida somente pelas armas. Os abusos não tardaram e, apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, ou seja, 108 quilômetros quadrados por concessionário), propriedades monstruosas se formaram" (Caio Prado Júnior, op. cit., p. 98). Algumas destas propriedades ultrapassavam 100 léguas, ou seja, 3 600 quilômetros quadrados.

¹⁵¹ Octávio Ianni, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, ed. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1963, p. 97

¹⁵² Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 89.

enquanto o Centro-Sul moderno, ou seja, o eixo principal da penetração do capitalismo, oporá a resistência mais feroz à medida.

É o que lembra Caio Prado Júnior: “O Centro-Sul constituía o centro principal da reação escravocrata; e, com a sua grande riqueza relativa e a sua grande influência política, tornar-se-á com o tempo um dos maiores freios ao movimento de liberação”.¹⁵³ É evidente que a campanha abolicionista fez mais barulho nos centros urbanos do Sul, que dispunham de jornais e de uma inteligência liberal em maior escala. Mas o que nos interessa aqui é ver como se apresentava nas zonas de produção a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes, e neste sentido é necessário constatar que as empresas agromercantis do Sul iam no sentido da escravidão, enquanto que os latifúndios do Nordeste transformavam espontaneamente as relações de exploração existentes (mas num sentido particular, conforme veremos).

Em segundo lugar, a indústria da época não constituía um setor de peso suficiente em termos políticos para exigir e obter a abolição, se a classe dirigente agroexportadora considerasse que a medida era contrária aos seus interesses. E é necessário perguntar-se a que ponto a abolição teria mudado a situação desta indústria, já que o número de trabalhadores que esta empregava era mínimo. Basta lembrar que a indústria têxtil, que absorvia o grosso da mão-de-obra industrial, contava 424 operários em 1853, 785 em 1866, 3 600 em 1882 e 3 172 em 1885, véspera da abolição.¹⁵⁴

Enfim, considerando as necessidades elementares de qualificação técnica, é compreensível que as empresas industriais nascentes — e com maior razão as atividades administrativas em desenvolvimento — concentrassem os seus interesses na mão-de-obra europeia imigrada e não no trabalhador escravo. Antônio Francisco Bandeira Júnior, visitando em 1901 as fábricas de São Paulo, o que lhe permitiu fazer um relatório exato, nota que os operários eram quase todos imigrantes brancos. Em São Paulo havia então uns 50 000 operários, dos quais cerca de 10 por cento eram de origem brasileira. Os outros eram quase todos italianos. Os amigos escravos não haviam sido absorvidos pela indústria nascente. Marcin Kula, que relata estes dados, constata: “Tender-se-ia a pensar que a força de trabalho dos negros seria a primeira a ser incorporada na indústria nascente. As coisas passaram-se de outra maneira. Uma massa de negros liberados, abandonando as plantações, procurou as cidades, onde a concorrência de imigrantes os levou a aumentar as fileiras do lumpemproletariado”.¹⁵⁵

Parece, pois, mais justo procurar o elemento determinante do abandono progressivo das relações de exploração escravistas na evolução do próprio sistema agroexportador.

O fator essencial que determinou a adoção da escravidão — a falta de mão-de-obra — encontra-se nesta época em grande parte ultrapassado. Já no fim da fase colonial, Caio Prado refere-se ao fenômeno de excesso de mão-de-obra nas gigantescas propriedades de criação de gado do extremo sul do país: “Cada légua (36 quilômetros quadrados) pode suportar 1500 a 2000 cabeças de gado, densidade bem superior à que encontramos no Norte ou em Minas, o que demonstra a qualidade superior dos pastos. O pessoal compõe-se do capataz e de peões, raramente de escravos; em geral índios ou mulatos assalariados, que constituem o fundo da população do campo. Seis pessoas ao todo, em média, para cada lote de 4 a 5 000 cabeças. Não há realmente trabalho permanente para um pessoal mais numeroso; e nos momentos de necessidade acorrem os peões extraordinários que se recrutam na numerosa população volante que circula pelo interior, oferecendo os seus serviços em todo lugar, sempre em movimento e jamais fixada”.¹⁵⁶

¹⁵³ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 179.

¹⁵⁴ Stanley Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture, Harvard U.P., 1957, p. 191.*

¹⁵⁵ Marcin Kula, *Formação da Classe Operária no Brasil, Varsóvia, 1967. Vemos aqui aparecer, na sua fase embrionária, um fenômeno importante: como a industrialização e a crise da escravidão obedecem a dinâmicas independentes — consequência da extroversão econômica e da desintegração entre as forças de transformação internas — não há complementaridade entre os dois fenômenos. De certo modo, compreende-se melhor o erro “finalista” de Ianni (ver supra, p. 120), da proletarianização antes da industrialização.*

¹⁵⁶ Caio Prado Júnior, op. cit., pp. 99-100.

Mas é um fenômeno ainda muito marginal, ligado à fraca capacidade de absorção de mão-de-obra característica da criação extensiva. Depois dos anos 1850, Caio Prado constata o fenômeno nos grandes centros urbanos: "A questão da mão-de-obra nestes centros maiores onde se localiza a indústria será resolvida facilmente e a baixo preço. O que será aliás o fator máximo da sua prosperidade. Aí, a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande cultura trabalhada por escravos. A população livre mas pobre não encontrava lugar neste sistema que se reduzia ao binômio mestre-escravo. Quem não era escravo e não podia ser mestre, era um elemento desajustado que não podia integrar-se normalmente no organismo econômico e social do país. Esta situação, que já vinha dos tempos longínquos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam, nos casos extremos, estes estados patológicos da vida social, a vagabundagem criminal e a prostituição".¹⁵⁷

Celso Furtado dá outro índice deste excesso de mão-de-obra, ou pelo menos da redução da sua falta: no decorrer da segunda metade do século XIX, quando os preços do cacau e depois da borracha começaram a subir, pelo menos meio milhão de pessoas teria emigrado para as zonas do Pará e da Amazônia: "Esta enorme transferência de população indica claramente que pelos fins do século já existia no Brasil uma reserva substancial de mão-de-obra e leva a crer que, se não tivesse sido possível resolver o problema da cultura do café por meio da imigração européia, uma solução alternativa teria aparecido no próprio país. Aparentemente, a imigração européia para a região do café deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha".¹⁵⁸

Certo é que, sendo o café o elemento motor do desenvolvimento da economia brasileira, a falta de mão-de-obra ressentida nesta cultura no Rio de Janeiro e São Paulo foi abusivamente generalizada ao Brasil na sua totalidade. Ora, se constatamos sem surpresa que numa nova região em rápida expansão há falta de mão-de-obra, compreendemos também que regiões menos favorecidas pelos preços mundiais, e em estagnação parcial, sintam o peso de um excesso de mão-de-obra.

A distribuição regional dos escravos reflete esta distribuição, como se pode observar na tabela da página seguinte:

Constatamos facilmente no quadro que o reforço do capitalismo modernizador, apoiado nos investimentos e na infra-estrutura europeus, aumenta nitidamente a escravidão nas regiões do Centro-Sul, em particular em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto no Nordeste se reduzia rapidamente a mão-de-obra escrava empregada: a população escrava de Pernambuco passa de 150 000 a 89 028. Notemos ainda o importante progresso da escravidão no Rio Grande do Sul, tão citado como modelo de uma agricultura "moderna".

¹⁵⁷ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 203.

¹⁵⁸ Celso Furtado, op. cit., p. 164.

POPULAÇÃO ESCRAVA POR ESTADO, 1823 E 1872¹⁵⁹

<i>Estado</i>	1823	1872
Minas Gerais	215 000	370 459
Rio de Janeiro	150 549	292 637
São Paulo	21 000	156 612
Espírito Santo	60 000	22 659
Bahia	237 458	167 824
Pernambuco	150 000	89 028
Sergipe	32 000	22 623
Alagoas	40 000	35 741
Paraíba	20 000	21 526
Rio Grande do Norte	14 376	13 020
Amazonas	-	979
Pará	40 000	27 458
Maranhão	97 132	74 939
Piauí	10 000	23 795
Ceará	20 000	31 913
Paraná	-	10 560
Santa Catarina	2 500	14 984
Rio Grande do Sul	7 500	67 791
Goiás	24 000	10 652
Mato Grosso	6 000	6 667
<i>Total</i>	1 107 389	1 510 806

Ora, a existência de um excesso de mão-de-obra nas zonas mais "tradicionais" permite ver com maior clareza o abandono do sistema de escravidão. Com efeito, é aparente que nestas regiões se torna mais econômico manter os trabalhadores livres — ou seja, obrigados a prover ao seu próprio sustento — mas disponíveis, na medida em que permanecem ligados à empresa agroexportadora por uma série de controles extra-econômicos que foram facilmente classificados como feudais. A empresa libertava-se assim da necessidade de alimentar os escravos o ano todo e dispunha de uma reserva de mão-de-obra agrícola na região para as fases de ponta do ano agrícola.¹⁶⁰

Compreende-se então a facilidade com que o Norte "primitivo" aderiu à campanha abolicionista — ao mesmo tempo que freava a emigração dos ex-escravos para o sul — e as posições escravistas que defendiam as modernas empresas do Centro-Sul.¹⁶¹

¹⁵⁹ Stanley Stein, *Vassouras: a Brazilian Coffee County, 1850-1900*, Harvard University Press, 1957, p. 295, apêndice estatístico.

¹⁶⁰ O fato de a liquidação de parte das relações de produção escravistas não se fazer, como nos Estados Unidos, sob a pressão de uma burguesia capitalista oposta à oligarquia rural, mas por razões internas do próprio setor exportador, visando a um reajustamento de caráter racionalizador, explica em boa parte o aborto desta pseudolibertação, que se traduzirá numa modificação das formas extra-econômicas de controle, mas não na sua eliminação.

¹⁶¹ Quando ficaram reduzidas a importar mão-de-obra européia, as plantações de café do Centro-Sul trataram os imigrantes como escravos, fato geralmente interpretado como sobrevivência das "tradições" adquiridas pelos grandes proprietários. (Ver, por exemplo, O. Ianni, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, p. 136.) Se a tradição teve certamente o seu peso, é também necessário constatar que estes latifundiários continuavam estas "tradições" ou pelos menos esforçaram-se por mantê-las, porque eram perfeitamente fundadas do ponto de vista econômico. O problema foi tão longe que teve lugar uma vasta campanha na Europa para travar a emigração dos

No entanto, é necessário perguntar-se por que, num momento em que havia simultaneamente um excesso de mão-de-obra no Norte e no Nordeste e uma falta de mão-de-obra no Centro-Sul, a ponto de exigir a importação de mão-de-obra da Europa, não se procedeu, conforme o sugere Celso Furtado, a uma transferência de mão-de-obra de uma região para outra. Várias forças, ligadas à forma de constituição da economia, contribuíram para entravar este deslocamento: por um lado, a estrutura econômica sob forma de arquipélago de unidades produtivas, com fraca articulação interna — resultado da extroversão econômica —, reduzia os fluxos internos de mão-de-obra, que serão bastante retardados; por outro lado, não se tratava de uma agricultura camponesa, mas de vastas empresas agromercantis, e a emigração de mão-de-obra seria um fator negativo do ponto de vista dos latifundiários. Com efeito, a agricultura camponesa, da mesma forma que a criação extensiva de gado, cujas necessidades em mão-de-obra são diminutas e que tendem mesmo a expulsar a população camponesa quando existe, aceitam evidentemente o êxodo rural que deixa terras livres. A cultura semi-industrial exportadora, pelo contrário, caracteriza-se tanto pela necessidade de mão-de-obra em grande número, como pelo caráter sazonal desta necessidade.

O interesse da agricultura de exportação é constituir um vasto exército rural de reserva capaz de prover à sua própria subsistência, deixando, pois, de pesar sobre o orçamento do latifúndio durante a maior parte do ano, mas disposto ou forçado a participar nos trabalhos do latifúndio nos períodos de grande atividade. Compreendemos, pois, a generosidade dos empresários do Nordeste que abandonam as relações escravistas de produção, substituindo-as por uma série de mecanismos extra-econômicos ou semi-econômicos que Gilberto Freyre explicará pelo "patriarcalismo" natural dos grandes plantadores, que simultaneamente pressionavam as autoridades locais (governos estaduais) para que proibissem a emigração da população local para outras zonas do país.¹⁶²

Em terceiro lugar, é preciso citar a disposição dos próprios trabalhadores, que preferiam freqüentemente a agricultura de subsistência ou a marginalização nas cidades, recusando-se a ir trabalhar nas plantações do café, onde a exploração era sem dúvida mais racional mas nem por isto mais atraente.

Assim, fato característico da nossa economia, a modernização da extroversão econômica choca-se com a herança estrutural, e foi o caráter atrofiado da libertação da mão-de-obra nas empresas agromercantis do Norte e do Nordeste que forçou os plantadores do Centro-Sul a recorrerem cada vez mais à mão-de-obra assalariada européia e a abandonar gradualmente a escravidão.¹⁶³

Relações de Produção e Estrutura do Mercado

Vejamos agora esta libertação atrofiada dos escravos no Norte e no Nordeste. Reencontramos aqui um mecanismo fundamental do modo de produção capitalista dependente: a

trabalhadores, literalmente escravizados nos cafezais. Sob pena de perderem a sua fonte de mão-de-obra, os plantadores tiveram que adaptar-se ao trabalho assalariado.

¹⁶² *Mais do que distinguir entre capitalismo e feudalismo, parece necessário aqui distinguir agricultura camponesa e economia agroexportadora: numa unidade camponesa a variedade da produção obedece à necessidade de ocupar o camponês durante o ano todo com certa regularidade, sendo a mão-de-obra (família e eventualmente alguns empregados) em geral estável. Pelo contrário, na monocultura de exportação, as variações em termos de utilização de mão-de-obra são extremas, sendo necessário compreender que aqui o exército rural de reserva se distingue nitidamente do exército industrial de reserva: não por pertencerem a modos de produção diferentes, mas por serem diferentes as relações técnicas de produção. Não visamos também aqui subestimar a força das determinações ideológicas e do peso da tradição: o mecanismo econômico descrito permite-nos compreender porque precisamente estas "tradições" se reproduzem, já que as tradições, para se manterem como tais e não serem transformadas em "passado", devem responder a determinadas funções que as fazem sobreviver.*

¹⁶³ *Voltaremos ao problema da imigração européia mais adiante.*

dominação das atividades extrovertidas, que outrora tornou impossível a formação de uma classe de camponeses, tornou com maior razão difícil a sua formação no quadro da intensificação da dependência. Em vez de desembocar na proletarianização que abriria o caminho do desenvolvimento capitalista autocentrado, o aparecimento de um excesso de mão-de-obra levava à formação de uma camada com caráter específico, marginalizada da economia de exportação e incapaz, diante da dominância das atividades extrovertidas e o monopólio das terras próximas dos centros comerciais, de desenvolver uma atividade agrícola comercial para o tão reduzido mercado local, e que em consequência buscava o isolamento na agricultura de auto-subsistência, ou então migrava para as cidades, onde veio constituir o embrião da marginalização urbana.¹⁶⁴

Por sua vez, esta forma de libertação contribui muito pouco para o desenvolvimento do mercado interno, contrariamente ao que se passou na Europa. Se retomamos a primeira parte do *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lênin, constatamos a justeza da crítica feita aos românticos: estes acreditavam que a proletarianização do camponês, empobrecendo-o, reduziria o mercado interno e, por conseguinte, bloquearia o desenvolvimento do capitalismo no país. Lênin nota que o camponês fica mais pobre, sem dúvida, mas que o pouco de rendimento de que dispõe entra doravante no circuito do mercado, constituindo uma expansão de fato do mercado capitalista.¹⁶⁵

Ora, vemos aqui que, na medida em que o camponês se vê parcialmente expulso das estruturas de produção e se mantém junto das unidades de produção numa produção de autoconsumo miserável, não se “proletarianiza” e continua a viver fora do fraco mercado capitalista interno, sem contribuir para desenvolvê-lo significativamente.¹⁶⁶

A que ponto se trata de um fenômeno econômico e não de um “primitivismo” local qualquer, constatamo-lo com a formação de colônias européias de pequenos agricultores do Sul, no fim do século XIX. À primeira vista espanta ver colonos alemães utilizar as mesmas técnicas e estruturas agrícolas que os marginalizados “brasileiros”. Celso Furtado dá uma excelente descrição deste fenômeno: “No entanto, a vida econômica das colônias (de estrangeiros instalados no Sul) era extremamente precária, pois não havia mercado para os excedentes de produção e, sendo o setor monetário atrofiado, o sistema de divisão do trabalho sofria uma involução e a colônia regredia para um sistema rudimentar de subsistência. Viajantes europeus que passavam por estas regiões surpreendiam-se pela forma primitiva de vida destes colonos e atribuíam os seus males às leis inadequadas do país ou a outras razões da mesma ordem”.¹⁶⁷

É compreensível que esta deficiência do mercado interno tenha levado a interpretações baseadas num modo de produção pré-capitalista. Ora, o que não havia era capitalismo *introvertido* suficientemente desenvolvido, na medida em que o próprio caráter deste capitalismo dava um peso dominante ao mercado externo. A integração profunda da economia brasileira no mercado capitalista mundial implicava necessariamente uma desintegração econômica interna elevada. E um dos efeitos desta desintegração era a fraqueza estrutural do mercado interno.

¹⁶⁴ Considerando o mecanismo da sua formação, é difícil ligar esta camada às noções desenvolvidas por Marx, de lumpemproletariado ou de superpopulação relativa (sendo evidentemente esta última a mais próxima). Noutro trabalho utilizamos o conceito habitual, mas vago, que se encontra nos estudos latino-americanos: “marginalização econômica” (Les mecanismes de la marginalisation au Brésil, Varsóvia, 1974). O mais importante aqui parece-nos ser a compreensão de que o fenômeno da marginalização é o resultado de um processo relativamente recente do desenvolvimento capitalista, e não um resquício pré-capitalista. Esta compreensão abre, a nosso ver, o caminho para a “localização” correta desta camada dentro do processo revolucionário, como parte do proletariado rural. Ver Jamil, “Quiénes son las masas”, Trimestre ideológico, Caracas, 1971.

¹⁶⁵ Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.

¹⁶⁶ Na realidade é preciso, ligando a análise de classes à análise do modo de produção e do processo de reprodução do capital, definir de forma um pouco mais precisa a forma particular da proletarianização deste tipo no capitalismo dependente: o trabalhador rural aqui proletarianiza-se na medida em que constitui o exército de reserva rural das empresas agromercantis. Mas não se proletarianiza no sentido da sua função de participar ativamente na fase de realização do ciclo de reprodução do capital; esta proletarianização truncada explica o caráter simultaneamente integrado e marginalizado desta parte da população.

¹⁶⁷ Celso Furtado, op. cit., p. 156.

Assim, tanto o colono europeu no Sul do país, como o escravo libertado no Nordeste, na falta de poder penetrar a esfera de produção em escala industrial ligada à exportação, reservada aos empresários que dispunham de capitais importantes, e na falta de um mercado suficiente para desenvolver com lucro a agricultura comercial para o mercado local, eram levados para uma agricultura de auto-subsistência que não contribuía para romper a estrutura do sistema estabelecido.

Assim, a escravidão abolida não permitia resolver a dificuldade essencial que entravava o aparecimento de uma dinâmica capitalista autocentrada.¹⁶⁸ Mantendo um exército de reserva junto das grandes explorações, tornava a orientação mais racional sem pô-la em questão.

No conjunto, constatamos que se a instalação de uma administração nacional, de redes de crédito, de comunicações e de transportes permitiam elevar sensivelmente o nível das forças produtivas no Brasil, o fato de esta modernização se fazer no sentido de um reforço da extroversão econômica tende a reproduzir as relações de produção que impedem o desenvolvimento de atividades introvertidas: a grande propriedade de monocultura de exportação é mantida, o desenvolvimento da classe camponesa continua a ser entravado, a formação de um excedente de mão-de-obra rural e a abolição da escravidão não desembocam numa proletarianização no sentido europeu. Neste quadro, o desenvolvimento capitalista não contribui para ampliar o mercado interno, apesar do crescimento da economia se manter acelerado. A extroversão econômica não pode deixar, nestas condições, de se ver reforçada.

A Decolagem Industrial: Primeira Fase de Industrialização (1850-1889)

Uma das verdades correntemente aceites é que a industrialização tende por sua própria natureza a romper as estruturas da dependência. O raciocínio implícito é que a industrialização, independentemente da sua orientação, coloca o país no caminho do desenvolvimento capitalista, e em consequência na via dos países capitalistas hoje desenvolvidos. De uma certa forma deixam de "estragar" e entram na "corrida".

A limitação da relação de dependência à sua forma clássica, ou seja, ao intercâmbio de bens primários contra bens manufaturados, constitui um *a priori* cuja validade ainda está por ser demonstrada. Parece mesmo contrário à lógica mais elementar: com efeito, se raciocinamos além dos esquemas estagnacionistas e consideramos o subdesenvolvimento como uma *orientação* determinada do desenvolvimento, é natural que, à medida que se desenvolvem as forças produtivas no mundo e também nos países subdesenvolvidos, as bases técnicas da relação de dependência tenham também que modificar-se.

A questão que se põe é, pois, a seguinte: quando a Inglaterra, na fase em que detinha um enorme poder no Brasil, permite a instalação de indústrias têxteis brasileiras, está ou não favorecendo a ruptura do capitalismo dependente? No quadro das nossas hipóteses a resposta não se

¹⁶⁸ “O trabalho escravo abolido, não houve, praticamente em lugar alguma modificação realmente significativa na forma de organização da produção e mesmo da distribuição da renda” (C. Furtado, op. cit., p. 175). No entanto, é necessário notar que não seguimos o autor quando atribui a fraqueza do mercado interno a uma insuficiência da expansão da economia de exportação: “A possibilidade de produzir para o mercado interno dependia da expansão da economia de exportação” (p. 157). Este raciocínio tem limitações: primeiro, na medida em que uma expansão das exportações cria um certo fluxo de riqueza interna, é fato que o fraco mercado interno vê-se conjuntamente reforçado; a prazo, no entanto, esta expansão implica a redução das atividades introvertidas, reduzindo o excedente realizável no mercado interno, e leva a uma gradual deterioração estrutural do mercado interno em termos relativos. Segundo, C. Furtado tinha provavelmente em mente o efeito positivo da exportação do algodão nos Estados Unidos, onde esta atividade contribuiu efetivamente para financiar o desenvolvimento do conjunto do país e, indiretamente, para reforçar o mercado interno. Mas nos Estados Unidos o setor capitalista introvertido (o Norte) tornou-se dominante em termos nacionais e foi capaz de utilizar os ganhos da exportação do Sul para o desenvolvimento autodinâmico nacional. No Brasil, onde a dinâmica dominante é extrovertida, os efeitos encontram-se invertidos.

encontra sem uma definição prévia do nível das duas indústrias, ou seja, da relação global que resulta do aparecimento do novo ator.

É verdade que o Brasil se dotou pouco a pouco de uma proteção aduaneira freqüentemente reforçada pela política de câmbio: depois do monopólio português que durou até 1808, tratado de 1810 instituiu uma taxa preferencial de 15 por cento para a Inglaterra e de 24 por cento para os outros países.¹⁶⁹ Logo outros países em fase de industrialização adiantada obtêm o mesmo tratamento preferencial. Em 1814, por decisão parlamentar, a taxa é dobrada e será fixada em 30 por cento, apesar dos protestos ingleses. Em 1860 os direitos elevam-se a cerca de 50 por cento, o que constitui uma barreira protetora séria.

No entanto, quando as primeiras indústrias têxteis são criadas, nos anos 1860, é pouco provável que se tratasse de uma concorrência aos produtos das empresas inglesas. Os dados sobre a evolução do perfil da produção inglesa tendem mais a indicar que a indústria brasileira, ao começar, por meio de máquinas usadas compradas na Inglaterra, a produção de tecidos muito grosseiros destinados a vestir os escravos, ou seja, produtos que eram importantes para a indústria europeia mais de meio século antes, tende a preencher o vazio deixado por uma indústria que avança e se concentra cada vez mais em produtos que contêm um valor incorporado maior.

Com efeito, a industrialização do Brasil orienta-se para a produção de tecidos de muito baixa qualidade: fato previsível, já que a produção é realizada por meio de máquinas usadas, capitais fracos e mão-de-obra pouco qualificada. A Inglaterra concentra-se na mesma época no mercado estreito, mas muito rico, que resulta da estrutura extremamente concentrada do rendimento: a concorrência do produto brasileiro neste mercado era impensável. Quanto às exportações inglesas, não ficam reduzidas, mas deslocam-se: a exportação de tecidos de baixa qualidade — e por conseguinte de fraco valor incorporado — é substituída por máquinas e tecidos de luxo.

É difícil fundar este raciocínio em números conclusivos. Notemos, no entanto, esta evolução das exportações da Grã-Bretanha para o Brasil, e que constitui um índice:¹⁷⁰

EXPORTAÇÕES DA GRÃ-BRETANHA PARA O BRASIL, 1850-1909
(em porcentagem)

<i>Período</i> <i>Período</i>	<i>Produtos</i> <i>têxteis</i>	<i>Bens de</i> <i>consumo</i> <i>não-têxteis</i>	<i>Bens de</i> <i>capital</i>	<i>Outros</i> <i>Outros</i>	<i>Total</i> <i>Total</i>
1850-1854	75,55	9,82	14,23	3,40	100
1855-1859	65,88	11,48	18,04	4,60	100
1860-1864	68,02	10,69	14,90	6,39	100
1865-1869	68,48	10,18	15,77	5,57	100
1870-1874	57,39	9,78	26,01	6,82	100
1875-1879	60,24	8,94	23,56	7,26	100
1880-1884	56,54	9,26	26,93	7,27	100
1885-1889	56,73	9,92	28,36	4,99	100
1890-1894	48,85	9,20	36,79	5,16	100
1895-1899	47,14	9,72	38,96	4,18	100
1900-1904	45,11	6,99	41,60	6,30	100
1905-1909	35,88	4,59	41,79	17,74	100

¹⁶⁹ *Tarifas universais ad valorem.*

¹⁷⁰ *Richard Graham, op. cit., p. 330.*

Constatamos que, à medida que a Inglaterra se industrializa e o Brasil se moderniza, a parte dos têxteis nas exportações inglesas para o Brasil decresce sensivelmente, enquanto a parte de bens de capital toma uma importância preponderante. É provável que a partir de um certo período se tenha tornado relativamente mais interessante para os capitalistas ingleses vender máquinas usadas (ou novas) à burguesia brasileira e permitir-lhe que se concentrasse na produção de tecidos grosseiros, ao mesmo tempo que se concentravam no mercado mais sofisticado que, considerando a estrutura dos rendimentos no Brasil, era particularmente exigente.¹⁷¹

Assim, o Brasil lançava as suas primeiras e modestas empresas industriais com muitas proclamações nacionalistas, mas partia na realidade com uma decalagem que o levava a ocupar os terrenos à medida que iam sendo já abandonados pelo capitalismo dominante. Ao comprar máquinas para satisfazer um mercado que já não interessava à Inglaterra senão de forma marginal, o Brasil permitia ao capitalismo dominante manter a relação neocolonial em dia com o desenvolvimento das suas forças produtivas e renovar as bases técnicas da dependência sem questioná-la.¹⁷²

Este fenómeno é significativo, mas ainda relativamente marginal durante o período inglês: estudá-lo-emos mais de perto ao analisarmos o ciclo económico ulterior.

Declínio da Presença Inglesa

O declínio da presença inglesa no Brasil, pelos fins do século XIX, resulta do seu enfraquecimento relativamente aos Estados Unidos. As empresas estrangeiras instaladas no Brasil entre 1861 e 1920 refletem esta tendência.¹⁷³

¹⁷¹ Assim se explicaria que “uma grande parte do parque industrial de máquinas e de equipamento utilizado pelos fabricantes brasileiros era produzido e financiado pelos ingleses”. Annibal Villanova e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, IPEA, Rio de Janeiro, 1973, p. 126. É interessante ainda confrontar esta análise com o fato de que a indústria têxtil perde rapidamente a sua posição dentro da economia inglesa, relativamente aos outros setores mais dinâmicos: o emprego na indústria têxtil representa 13 por cento do emprego industrial total em 1841 e 10,7 por cento em 1861 (M. G. Mulhall, *Dictionnary of Statistics*, 4^a ed., Londres, 1898, pp. 420 e segs, in Paul Bairoch, *Révolution industrielle et sous-développement*, ed. Mouton, Paris, 1974, p. 268).

¹⁷² É, pois, necessário tomar com mais cuidado a análise dos aumentos do proteção aduaneira. Werner Baer acredita poder limitar o “privilegio” inglês a 1844: “O mercado brasileiro de bens manufaturados era a reserva especial dos fabricantes portugueses e britânicos. Estes últimos detinham privilégios especiais pelos tratados com Portugal e guardaram estes privilégios mesmo após a independência até 1844”. Ora, à medida que os direitos aduaneiros iam subindo, parece claro que a sua importância ia decrescendo, do ponto de vista da capacidade de proteção, visto o atraso relativo crescente do Brasil e a modificação gradual dos interesses britânicos (Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Yale, 1965, p. 15). A função destes direitos deve ser vista como repartição da mais-valia, sendo evidente que neste nível a burguesia local fará tudo para aumentar o seu quinhão; é necessário lembrar, no entanto, que as contra dições a este nível não constituem contradições antagónicas. Uma função análoga, tributária, em favor de uma burguesia dependente, tinha o imposto sobre as importações em Portugal.

¹⁷³ Richard Graham, op. cit., p. 305.

EMPRESAS ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAR NO BRASIL, 1861-1920

<i>Sede</i>	1861-1875	1876-1890	1891-1905	1906-1920
Grã-Bretanha	78	99	80	171
Estados Unidos	6	13	11	138
Alemanha	4	18	21	40
França	1	10	25	68
Bélgica	-	7	21	29
Portugal	12	7	3	15
Outros	2	13	19	84
<i>Total</i>	103	167	180	545

“Os britânicos”, comenta Graham, “não tinham mais o Brasil para si. De uma certa maneira, a proclamação da república foi também uma afirmação da liberdade no Brasil relativamente aos antigos laços com a Inglaterra”.¹⁷⁴

Mais uma vez, aparece que a “libertação” resulta não da afirmação no Brasil de uma força que exige a independência, mas do declínio da metrópole ligado ao deslocamento do centro do capitalismo dominante, desta vez para os Estados Unidos. Este fato tem peso considerável para a manutenção do caráter dependente da burguesia brasileira. Com efeito, se na fase da proclamação da República, em 1889, o movimento nacionalista foi profundo e as manifestações antibritânicas frequentes, a burguesia nacional era um elemento marginal do movimento.¹⁷⁵ Assim, pela própria dominância das estruturas de produção extrovertidas, a substituição dos ingleses que se produziu com a proclamação da República não fez senão colocar brasileiros nas funções anteriormente ocupadas pelos ingleses. As funções, estas permaneceram as mesmas.

Esta nacionalização da superestrutura neocolonial é compreensível: com o aumento da escala de produção e o desenvolvimento das comunicações, as principais operações da empresa faziam-se já nos centros urbanos. As cidades tomaram uma importância maior e os empresários rurais mais importantes instalaram-se nas cidades, não, como é frequentemente descrito, para viver uma vida de senhores semelhante à dos aristocratas europeus, mas essencialmente para seguir a transformação do caráter das suas atividades, que exigiam, como o vimos acima, a importação de máquinas, a obtenção de créditos, contatos políticos, etc.; esta função urbana, que constituía o núcleo da dominação inglesa direta, foi gradualmente penetrada pelos brasileiros que, com a proclamação da República, ocuparam o essencial do terreno.

Nas mãos dos grandes proprietários rurais, estas funções urbanas não iam mudar de caráter e a classe no poder, ao facilitar o aparecimento da indústria têxtil que permitia vestir a bom preço os seus trabalhadores, não esboçou nenhuma tendência nacionalista e não fez senão apropriar-se dos ganhos realizados pela burguesia compradora inglesa. Doravante, a extroversão econômica seria totalmente dirigida por brasileiros.

¹⁷⁴ Richard Graham, op. cit., p. 304.

¹⁷⁵ O próprio movimento industrial era em grande parte controlado pelos empresários do café, para quem a indústria representou uma atividade paralela ou complementar: “Antes de 1900, a maior parte das fábricas de tecido de algodão do Estado (de São Paulo) havia sido fundada pelos próprios fazendeiros. Tinham interesses na fundição, nas serrarias, cervejarias, no sisal, no açúcar, no vidro, etc. Em 1901, num total de 12 680 operários das cinquenta maiores empresas de São Paulo, cerca de 5 530 eram empregados das empresas controladas por fazendeiros” (Villega e Suzigan, op. cit., p. 124)

Os ingleses guardaram ainda durante longo tempo os seus interesses econômicos e o poder que estes interesses implicavam. Mas neste plano iam sendo gradualmente substituídos pela dinâmica incomparavelmente mais potente da economia dos Estados Unidos.

Notas Teóricas

No conjunto, o que surpreende quando comparamos a fase portuguesa e a fase inglesa é a impressão de continuidade. Não há dúvida que as inovações técnicas e a importação de equipamento desenvolveram o nível das forças produtivas e o sistema escravista estava ultrapassado. Mas o essencial da orientação permanece.

A relação de dependência sofre uma modificação essencial na medida em que a dominação política e militar que caracterizava a fase colonial era transformada em dominação econômica e financeira, forma de dominação neocolonial. No entanto, são ainda as necessidades do capitalismo dominante que determinam em última instância a orientação da economia brasileira e assistimos a um reforço potente da extroversão econômica.

A independência jurídica corresponde, pois, uma integração mais aprofundada no mercado capitalista mundial e uma especialização maior na divisão capitalista internacional do trabalho. A divisão internacional capitalista do trabalho caracteriza-se, nesta etapa, pela troca de produtos industriais por produtos primários e as vantagens que decorrem das economias de escala e dos custos decrescentes que caracterizam as atividades industriais vão aumentar enormemente a decalagem entre a economia dominante e a economia dependente. Paralelamente, as atividades primárias extrovertidas tendem a exercer um efeito induzido negativo na economia dependente, entravando o desenvolvimento das atividades autodinâmicas.¹⁷⁶

A passagem à fase neocolonial significa, certamente, do ponto de vista do sistema capitalista mundial, uma descentralização da gestão da economia dependente, da qual se encarregará doravante a classe dirigente brasileira. No entanto, este poder será exercido em limites muito precisos, fixados pelos próprios interesses da classe dirigente brasileira.

Os interesses da classe dirigente brasileira são delimitados pela profundidade da integração da economia brasileira na economia capitalista mundial: a extroversão econômica gravou-se na estrutura da economia e levou à formação de um conjunto caracterizado pela monocultura, pelo latifúndio, pelas relações de exploração pré-capitalistas, pela fraqueza do mercado interno, pela realização através da exportação, pela desintegração no plano interno.

No entanto, este conjunto é profundamente coerente: a monocultura de exportação em grande escala exige a grande propriedade; a manutenção da mão-de-obra nestas propriedades exige relações de produção em que reencontramos os elementos extra-econômicos; o desenvolvimento simultâneo das forças produtivas e das relações de produção pré-capitalistas torna-se possível através da realização do produto no exterior da economia, pela exportação; ora, a monopolização da terra e da mão-de-obra pelas empresas agromercantis entrava o desenvolvimento do mercado rural e urbano: em consequência, a produção para exportação, função final da colônia, torna-se uma necessidade econômica. Chegamos, assim, à desintegração da economia no plano interno, na própria medida em que a integração se fazia exterior. Esta desintegração interna torna difícil a constituição de atividades introvertidas, e assistimos à formação de um círculo vicioso de extroversão.

¹⁷⁶ Esta “especialização desigual”, como a caracteriza Samir Amin, está no centro do fenômeno moderno de subdesenvolvimento. Com efeito, enquanto vemos a atividade agroexportadora levar a uma reprodução das relações de produção pré-capitalistas, com um entrave para o desenvolvimento de atividades econômicas introvertidas, na economia dominante a industrialização rompe as estruturas pré-capitalistas e torna-se a base estrutural e tecnológica da revolução agrícola. É nestes efeitos estruturais secundários que vemos todo o peso da especialização desigual, que acentua brutalmente a polarização dentro do sistema capitalista no decorrer do século XIX. Quando mais tarde as economias dependentes passam a industrializar-se a decalagem ou atraso relativo permitirá reconstituir o mecanismo de dependência sob outra forma.

Promovido à independência pela fraqueza do seu colonizador, o Brasil será dirigido pela classe que tinha desenvolvido no país a produção colonial e cujos interesses eram, por conseguinte, ligados à manutenção da orientação precedente. Tentará, sem dúvida, racionalizar as suas atividades e aumentar a sua participação nos lucros resultantes do sistema, mas o conjunto da orientação está demasiado assente na estrutura econômica do país para que esta classe considere uma opção nacional burguesa.

Encontramos aqui a raiz interna da continuação da dinâmica neocolonial, que as pressões externas do imperialismo ou a penetração de “agentes do imperialismo” não explicam: trata-se do caráter particular, dependente, da classe burguesa brasileira, derivado do modo de produção dependente sobre o qual ela se constitui.

As relações de produção são decerto modificadas, mas no sentido de melhor adaptar as unidades de produção ao desenvolvimento das forças produtivas, sem qualquer reconversão notável que possa caracterizar a penetração de um novo modo de produção.

Do ponto de vista das relações de propriedade, constatamos que, sob a impulsão de uma dinâmica desta vez incontestavelmente capitalista, as estruturas coloniais tão freqüentemente qualificadas de feudais viram-se não transformadas, mas ao contrário reforçadas, mantendo-se a dominação absoluta da grande propriedade latifundiária.

Do ponto de vista das relações de exploração, constatamos um fenômeno análogo: a progressão rápida das relações escravistas sob a impulsão do capitalismo inglês, e particularmente no Sul “capitalista”, tende a reforçar a tese de que não se trata de uma articulação de *modos* de produção diferentes, e menos ainda da penetração da “civilização” capitalista num mundo primitivo, mas de uma forma específica do modo de produção capitalista que, pelos seus caracteres de dependência e extroversão, reproduz relações de exploração pré-capitalistas; a progressão da escravidão no Sul em pleno século XIX e o aborto da libertação no Nordeste (onde os engenhos são transformados em usinas que utilizam a força mecânica) na passagem para o século XX não podem ser jogados nas costas do “passado” e devem encontrar uma explicação dentro da dinâmica capitalista contemporânea.

Em quatro séculos os dados essenciais do modo de produção resistem e “digerem” a progressão das forças produtivas: permitem o crescimento e mantêm a dependência e a extroversão. Estes dados diferentes parecem, pois, formar um sistema particular, que qualificam os de modo de produção capitalista dependente, mesmo se os diferentes elementos que o compõem já existiram isoladamente na Europa nos quadros de modos de produção diferentes e em épocas diferentes.

Não nos compete aqui pronunciarmo-nos sobre o problema insolúvel de determinar a que ponto tiveram ou não peso as “tradições” feudais e outras. O que constatamos é que os elementos de “tradição” selecionados para sobreviverem, junto com os elementos modernos ligados ao desenvolvimento das forças produtivas, formam um conjunto que, analisado à luz das diversas etapas da reprodução do capital, não apresenta contradições ou incoerências internas, seja no plano da formação do capital, da produção ou da realização.

No entanto, na medida em que esta coerência interna só se constata quando vemos a economia brasileira mediada pela totalidade do sistema capitalista a que pertence, forçoso é constatar que a luta de classes dentro do país se coloca desde o início num plano simultaneamente interno e externo e que pôr em questão o modo de produção capitalista no Brasil implicaria pôr em questão simultaneamente a contradição de classe e a contradição nacional, erroneamente dissociadas.

Capítulo V

Interiorização da Relação de Dependência:

TRANSIÇÃO PARA A FASE AMERICANA E MULTINACIONAL

Interiorização da Relação de Dependência: Formação de um Pólo Dominante Interno

As economias do centro, da mesma forma que o Brasil, constituem não conjuntos estáticos, mas uma dinâmica contraditória que exige em particular uma readaptação periódica das relações de produção ao nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Da crise estrutural do fim do século XIX o capitalismo emerge sob a sua forma imperialista: "O imperialismo é o capitalismo numa etapa de desenvolvimento que leva à dominação dos monopólios e do capitalismo financeiro, ao aumento da importância da exportação de capitais, à repartição do mundo entre os trustes internacionais e à conclusão da divisão do globo terrestre pelos grandes países capitalistas".¹⁷⁷

Pelos fins do século XIX e início do século XX, a indústria europeia já entrava na fase redistributiva, ou seja, numa fase em que o proletariado participava cada vez mais como consumidor na realização do capital-mercadoria. O mercado de um produto relativamente sofisticado como o café encontrava, em consequência, uma base de expansão relativamente estável.¹⁷⁸

Esta demanda estável iria traduzir-se em preços sustentados no mercado mundial: apesar das variações conjunturais, em particular das crises de 1896-97, 1902-03 e 1907-08, o preço do café estimulava o desenvolvimento da produção local.

Se o consumo dos países ricos e o nível de preços no mercado mundial tendiam a manter a orientação fundamental da economia para a exportação, o movimento de exportação de capitais do centro e a sua entrada no Brasil iria reforçar as bases técnicas desta orientação: de uma certa forma, o imperialismo fornecia ao mesmo tempo os fins e os meios.

A entrada do capital estrangeiro no Brasil tomou essencialmente duas formas: por um lado, tratava-se de empréstimos concedidos ao Estado, que por sua vez afetava o grosso destes meios a obras de infra-estrutura da economia exportadora. É assim que a dívida externa brasileira passou de 31 milhões de libras em 1889 a 40,5 milhões em 1897 e atingiu 129,3 milhões em 1910 e 162 milhões em 1914.¹⁷⁹ Por outro lado, tratava-se de investimentos das empresas financeiras estrangeiras que instalavam filiais no país e concentravam também os seus esforços no desenvolvimento da infra-estrutura da região do café. "A contribuição do capital estrangeiro foi importante", escrevem Villela e Suzigan. "Estima-se que o capital estrangeiro aplicado no país até

¹⁷⁷ *Lênin*, Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo.

¹⁷⁸ *O consumo mundial de café, em sacas de 60 quilos, atingia 11 milhões de sacas em 1886, 16 milhões em 1902 e 22 milhões em 1914. Heitor Ferreira Lima, História Político-Econômica e Industrial do Brasil, Ed. Nacional, S. Paulo, 1973, p. 303, citando dados de Roberto Simonsen. Nos anos 1920, a expansão do mercado deixaria de acompanhar a expansão da produção, provocando uma superprodução crônica. Ver Celso Furtado, op. cit., p. 227.*

¹⁷⁹ *Villela e Suzigan, op. cit., p. 335. As condições desfavoráveis destes empréstimos, salientados por Villela e Suzigan (p. 333), transformavam-nos em subsídios indiretos ao setor exportador.*

(4) *Villela e Suzigan, op. cit., p. 81.*

1930 se elevou a 2,6 bilhões de dólares, ou seja, mais de quatro vezes a dívida externa acumulada durante toda a história econômica do país. O montante compreendia não somente as aplicações de capitais privados, mas também a colocação no exterior de títulos do governo. Os capitais britânicos e norte-americanos predominavam, investidos basicamente nos transportes, energia elétrica e indústria em geral”.¹⁸⁰

A “República do Café”

Assim, no essencial, a passagem do capitalismo para o estágio imperialista não introduzia modificações importantes na economia brasileira — submetida a uma dinâmica imperialista bem antes desta se tornar dominante nas economias desenvolvidas — além da intensificação das relações e da orientação existentes.

Os anos de 1888 e 1889 constituem decerto uma reorientação importante na formação do Brasil contemporâneo: no dia 13 de maio de 1888 ficou definitivamente abolida a escravidão e no dia 15 de novembro de 1889 o Brasil abandonava o regime imperial para se tornar República.

Vimos mais acima os limites da abolição da escravidão, que levou à formação de um proletariado rural superexplorado e submetido a uma série de sujeições extra-econômicas e de uma massa marginal constituindo um exército rural de reserva ou camadas marginais urbanas de importância crescente.

A proclamação da República constituía efetivamente, aos olhos dos contemporâneos, um ato de defesa dos interesses nacionais e Graham fixa esta data como início do declínio da dominância inglesa no Brasil. Mas, apesar da importância da agitação nacionalista, em particular por parte da fraca mas barulhenta indústria, os interesses nacionais assim defendidos eram “bem compreendidos” e é necessário tomar o cuidado de não confundir a proclamação da República com os movimentos análogos da Europa: tratava-se de reivindicar uma autonomia *dentro* do sistema, e o primeiro ministério da Economia, que no entusiasmo das reformas tinha elaborado um plano de industrialização ambicioso, visando a autonomia econômica, foi rapidamente substituído.¹⁸¹

Assim apareciam os limites das transformações, que constituíam modificações de superestrutura decorrentes da evolução das relações com as metrópoles do capitalismo dominante e não uma revolução decorrente de transformações qualitativas no seio da estrutura econômica do país. Com as transformações européias correspondentes, só tinham de comum o nome — a “república”. A potência dos interesses econômicos ligados ao café iria dar a este nome um conteúdo profundamente diferente.

A Burguesia do Café

A produção agrícola para o mercado interno mantinha-se num nível relativamente baixo. Em 1907, com uma produção agrícola do valor de 1.170 mil contos e uma exportação de produtos agrícolas de 794,7 mil contos, o Brasil exportava 67,9 por cento da sua produção agrícola.¹⁸²

Ao mesmo tempo, o Brasil importava produtos alimentares em quantidade. “O Brasil”, escreve Caio Prado Júnior, “torna-se neste momento um dos grandes produtores de matérias primas e de bens tropicais. Concentra-se aliás em proporção crescente nestas atividades, sem possibilidade de vagar a outras ocupações. Em conseqüência, a produção de bens de consumo interno reduz-se: tornam-se cada vez mais insuficientes relativamente às necessidades do país e tornam necessária a importação da maior parte mesmo dos artigos alimentares mais vulgares. Os bens alimentares

¹⁸⁰ Villela e Suzigan, op. cit., p. 81.

¹⁸¹ O ministro, Rui Barbosa, afirmava em 1889 no seu primeiro relatório que a República devia apoiar-se no desenvolvimento industrial. Ao demitir-se, desiludido, em 1892, declarava ao Senado: “Que resta, com efeito, das instituições criadas pelo governo provisório?... Nada, Senhor Presidente, nada senão a parte mais pesada, difícil e menos simpática do plano” (Ferreira Lima, op. cit., pp. 290 e 292).

¹⁸² (ó) Villela e Suzigan, op. cit., pp. 68 e 112.

figuram na importação com percentagens consideráveis, por volta de 30 por cento e mais, situação paradoxal e totalmente anormal num país exclusivamente agrário como o Brasil”.¹⁸³

Assim, a agricultura voltada para o mercado interno não constituía um peso comparável ao da agricultura de exportação. Mas a força dos interesses do café iria afirmar-se dentro da própria agricultura de exportação.

BRASIL — PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO
PORCENTAGENS RELATIVAS AO VALOR TOTAL DAS
EXPORTAÇÕES—1889-1945¹⁸⁴

<i>Período</i>	<i>Café</i>	<i>Açúcar</i>	<i>Cacau</i>	<i>Mate</i>	<i>Tabaco</i>	<i>Algodão</i>	<i>Borracha</i>	<i>Couros E peles</i>	<i>Outros</i>
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4	4,8
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,3
1930-1933	69,1	0,6	3,5	3,0	1,8	1,4	0,8	4,3	15,3
1934-1939	47,8	0,5	4,3	1,4	1,6	7,6	1,1	4,4	21,3
1940-1945	32,5	0,6	3,2	0,9	1,2	9,1	2,4	4,6	46,5

~.

Constatamos facilmente que, fora a borracha, que constitui uma fonte temporária de prosperidade e não chegou a dar lugar a uma classe capaz de exercer uma influência duradoura, o café não encontra concorrentes e mantém uma posição esmagadora que os seus representantes saberão traduzir em dominação política.

Papel do Estado

Vimos mais acima a formação particular do Estado brasileiro no momento da passagem da fase colonial para a fase neocolonial. Expressão política de uma classe dirigente dependente, este Estado favorecia os interesses desta classe e reproduzia em consequência as próprias bases do sistema de dependência.¹⁸⁵

¹⁸³ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 216. *É preciso levar em conta a importância que representa este reforço da orientação da agricultura no sentido da monocultura exportadora, no mesmo momento em que se processa a libertação dos escravos: cortando as possibilidades da atividade agrícola introvertida, uma das poucas saídas abertas ao trabalhador livre mas privado de meios de produção, e em face da fraqueza do emprego industrial — a transformação da agricultura obedece a uma dinâmica independente da dinâmica da industrialização —, assistimos à marginalização da mão-de-obra, que busca a agricultura de auto-subsistência ou atividades urbanas semiparasitárias, e ao reforço do exército rural de reserva. O processo fundamental que constitui a interação das transformações do mundo rural — que fornece a mão-de-obra e o mercado — e do mundo industrial — que fornece emprego e bens manufaturados —, e que constitui a base econômica da “república burguesa” europeia, está ausente desta “república do café” brasileira.*

¹⁸⁴ Vilella e Suzigan, op. cit., p. 70, citando dados do Anuário Estatístico do IBGE 1939-1940, pp. 1379 e 1380

¹⁸⁵ *Esta ambigüidade fundamental do Estado brasileiro soberano numa formação social dependente, não significa, como sugere Marcos Kaplan, que ele existe “na fronteira” dos interesses nacionais e dos interesses do capitalismo mundial. Esta perspectiva tende a esconder o caráter de classe do problema e a colocá-lo na esfera da contradição “nação-imperialismo”. Parece-nos mais acertado dizer que este Estado serve os interesses da classe dependente local,*

O controle do setor do café sobre o aparelho do Estado era favorecido, para além do próprio peso econômico do setor, pela extrema concentração regional da cultura: a quase totalidade da produção encontrava-se nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e no sul de Minas Gerais.¹⁸⁶ O centro administrativo do país, tendo-se deslocado ainda durante a fase mineira do século XVIII para o sul, os grandes oligarquias do café ocupavam geograficamente a região dominante do ponto de vista político, o que contribuiu certamente para a sua “presença” política.

Acontece que a expansão do capitalismo mundial e a extensão da produção do café iriam reforçar prodigiosamente a importância da intervenção econômica do Estado. “Pela sua própria natureza”, escreve Celso Furtado, “a plantação de café representa um investimento a longo prazo que imobiliza um capital importante. Uma terra plantada com café não pode ser utilizada para outras culturas senão de maneira subsidiária. Não existe possibilidade, como para os cereais, de diminuir a superfície semeada para a colheita seguinte. Em face do capital imobilizado, o abandono de uma plantação de café constituiria para o empresário uma perda considerável. Como, por outro lado, não haveria nenhuma alternativa para a utilização da mão-de-obra, o prejuízo no rendimento total seria importante. A população que cessaria de trabalhar nas plantações voltaria à simples economia de subsistência. Por uma série de efeitos secundários sobre o mercado interno, a queda do rendimento monetário amplificaria a depressão”.¹⁸⁷

Encontramos aqui simplesmente os efeitos da dependência relativamente às variações do mercado mundial, resultado inevitável da dominância da monocultura de exportação, mas cuja gravidade excepcional é devida ao fato de se tratar de uma cultura permanente.

Nestas condições, é compreensível que o Estado se veja chamado a ultrapassar as concepções liberais de não-intervenção, aliás amplamente discutidas na época no Brasil, e a assumir um papel econômico importante.

A partir de 1906 o governo decidiu financiar a estocagem do café para compensar as flutuações do mercado. Em 1905 os estoques de café não vendido atingiam 11 milhões de sacas de 60 quilos, ou seja, cerca de 70 por cento do consumo mundial de um ano. No ano seguinte, reunidos em Taubaté, os representantes das plantações de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo estabeleciam uma convenção que deu lugar ao primeiro plano de “valorização do café”. Além disto, criou-se uma caixa de conversão destinada a proteger os plantadores da flutuação das taxas de câmbio.¹⁸⁸

Com o tempo, a subvenção do setor do café tornou-se uma prática constante: “Trata-se, na verdade”, escrevem Villela e Suzigan, “do fato histórico talvez mais importante na política econômica anterior à I Guerra Mundial. Representava a tendência de institucionalizar um artifício que dominaria a política econômica brasileira durante longos anos: a defesa do café. As distorções a que devia levar eram evidentes: a manutenção do café num nível artificialmente elevado desorganizou o mecanismo do mercado como instrumento de orientação dos investimentos. A capacidade de produção do café foi aumentada para muito além das necessidades”.¹⁸⁹

Ora, o desequilíbrio resultante implicava uma intervenção maior do Estado para sustentar o setor e a extensão das esferas da sua intervenção: aumento dos impostos, controle da taxa de câmbio, desenvolvimento das instituições financeiras, desenvolvimento da capacidade de

no quadro de um sistema definido pelos interesses do capitalismo dominante. Este dado deve ser levado em consideração pelos que vêem na extensão do setor estatal no Brasil uma abertura para a independência econômica e a socialização. Ver Marcos Kaplan, Estado, dependência externa y desarrollo en América Latina, Buenos Aires, 1969.

¹⁸⁶ *A região do Rio de Janeiro, em função do papel particular de capital, sofreu várias subdivisões (formação do Distrito Federal e, posteriormente, do Estado da Guanabara). Referimo-nos ao conjunto da região.*

¹⁸⁷ *Celso Furtado, op. cit., pp. 207 e 208; no mesmo sentido ver W. Guilherme, Contribuição ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil, Rio de Janeiro, p. 23; ver também Villela e Suzigan, op. cit., pp. 189 e seguintes, onde os autores estudam os efeitos da inelasticidade da oferta do café a curto prazo.*

¹⁸⁸ *Ver a este respeito os dados citados por Villela e Suzigan, op. cit., p. 335, e o capítulo dedicado a este tema por Afonso de E. Taunay na sua Pequena História do Café no Brasil, Rio de Janeiro, 1945.*

¹⁸⁹ *Villela e Suzigan, op. cit., p. 41. É característico destes autores atribuírem o desequilíbrio em formação à “desorganização do mecanismo do mercado” pelo Estado, sem se referirem às forças internas e externas que determinam esta intervenção.*

estocagem e, ultrapassando a política que poderíamos qualificar de ação sobre a conjuntura, a ação sobre a própria estrutura da economia.

Vimos que a escassez de mão-de-obra que afetava a zona do café em expansão tornava necessária uma política de imigração. A organização desta política, ultrapassando as capacidades dos plantadores e tendo estes explorado os primeiros imigrantes ao ponto de provocar a suspensão da imigração, o Estado tomou para si a tarefa de financiar o que se chamou de “imigração subvencionada”. A operação foi em grande parte apresentada como uma resposta às necessidades de povoar o Sul do Brasil, instalando aí colônias agrícolas de imigrantes. Na realidade, o governo favoreceu o encaminhamento destes trabalhadores para as plantações do café: “No conjunto”, escreve Caio Prado Júnior, “a imigração (no sentido estrito da palavra) superou sempre de longe a colonização”.¹⁹⁰

A importância da imigração e a participação de São Paulo, onde se concentrava a produção do café, aparecem claramente no quadro seguinte:¹⁹¹

ENTRADA DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL — 1819-1939

<i>Anos</i>	<i>Brasil</i>	<i>São Paulo</i>
1819	1 790	-
1820- 1829	7 765	955
1830- 1839	2 669	304
1840- 1849	7 703	649
1850- 1859	117 592	6 310
1860- 1869	110 093	1 681
1870- 1879	193 931	11 730
1880- 1889	527 869	183 979
1890- 1899	1 205 803	735 076
1900- 1909	649 898	323 446
1910- 1919	821 458	232 586
1920- 1929	846 522	478 094
1930- 1939	333 701	259 318
<i>Total</i>	4 826 394	2 234 128

O Estado jogou também um papel muito importante na constituição da infra-estrutura necessária a uma exploração mais intensiva do café. Este setor, conforme vimos, era ainda controlado por capitais ingleses, mas foi gradualmente transferido para o Estado, à medida que os lucros obtidos se reduziam.

No início do século XX, o Estado empreendeu obras importantes para modernizar os portos, em particular Santos, Rio de Janeiro e Recife. Se Santos constituía uma concessão privada, bem como Salvador e Ilhéus, os outros portos pertenciam já ao Estado. A Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902, autorizava o governo a recorrer a empréstimos externos para financiar estas obras e uma caixa especial dos portos centralizava os recursos provenientes dos empréstimos a partir de 1907. É assim que, em 1903, 1909, 1911 e 1913, através de empréstimos repetidos, o Estado se endividava no exterior para financiar economias externas para o setor exportador.¹⁹²

¹⁹⁰ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 194. Villela e Suzigan notam que “foi somente graças à imigração subvencionada, necessária à substituição do escravo, que a mão-de-obra estrangeira necessária ao café pôde ser assegurada” e estimam que a proporção de imigrantes que podia entrar na categoria de imigrantes subvencionados era de cerca de 80 por cento em São Paulo no fim do século (p. 256).

¹⁹¹ Octávio Ianni, *Industrialização e Desenvolvimento no Brasil*, ed. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1963, pp. 296 e 99. *Retificamos o total para São Paulo*

¹⁹² Villela e Suzigan, op. cit., pp. 386-387.

Iniciativas similares tiveram lugar nas ferrovias: em 1901, o governo contraiu empréstimos externos para financiar o desenvolvimento da rede. Cerca de 6 por cento da receita das exportações eram na época destinados ao serviço desta dívida. Assim, o movimento de nacionalização das ferrovias tomava forma.¹⁹³

O desenvolvimento da rede ferroviária que acompanha a expansão da agricultura de exportação é considerável.¹⁹⁴

EXPANSÃO DA REDE FERROVIÁRIA—1854-1945
(Quilômetros)

<i>Período</i>	<i>Extensão da rede no fim do período</i>	<i>Total acrescentado durante o período</i>
1854-1872	932,2	932,2
1873-1888	9 320,9	8 388,7
1889-1907	17 605,2	8 284,3
1908-1914	26 062,3	8 437,1
1915-1928	31 851,2	5 788,9
1929-1934	33 106,4	1 255,2
1935-1938	34 206,6	2 355,4
1939-1945	35 280,0	1 073,4

Fato característico, a nacionalização da maior parte da rede ferroviária não iria exercer grande influência sobre a sua orientação econômica. Os ingleses tinham-se limitado a criar linhas de escoamento que desembocavam em Santos, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, ligando os portos às zonas agrícolas de exportação. Ora, nota-se no quadro acima que a extensão da rede estagnou praticamente com a crise de 1929, data que marca o início do recuo relativo da monocultura de exportação. A passagem da rede ferroviária ao domínio público constituía uma nacionalização dos prejuízos e o Estado, coerente com a sua função particular, não busca nova orientação para o setor, em função das necessidades do desenvolvimento econômico do país, mas desenvolve-o em função das necessidades do setor exportador e do capitalismo dominante que lhe fornecia os meios.¹⁹⁵

Papel da Finança Internacional

O desenvolvimento do setor estatal fez-se em grande parte à base de financiamento externo e constitui uma forma de criação de economias externas em favor do setor extrovertido da

¹⁹³ *Ibidem*, p. 396: “O fato mais notável da evolução das ferrovias brasileiras do ponto de vista do regime de empresa é o declínio contínuo da empresa privada”. Em 1929, apenas cerca de 33 por cento da rede eram controlados por empresas privadas.

¹⁹⁴ Villela e Suzigan, *op. cit.*, p. 393.

¹⁹⁵ O pagamento das dívidas contraídas para o desenvolvimento da rede exigia o reforço das entradas em divisas e, por conseguinte, das exportações, restringindo na realidade a margem de manobra. A modernização não podia fazer-se sendo através de uma extroversão mais profunda. Trata-se bem da modernização da dependência.

economia. Quando os investimentos eram realizados diretamente pelas companhias estrangeiras, o Estado garantia os juros, ou seja, um mínimo de 7 por cento de lucro sobre o capital investido. A extensão do setor estatal e a “nacionalização” de parcelas da economia constitui, pois, um instrumento da própria extroversão econômica.

“O recurso ao crédito externo”, escrevem Villela e Suzigan, “foi durante longo tempo utilizado no Brasil, não somente pelo governo federal, mas também pelos governos estaduais e os municípios, bem como por empresas privadas, para iniciativas de ordem pública, como a construção de portos e de ferrovias... Durante o regime republicano, entre 1889 e 1933, cerca de 75 por cento das receitas da balança comercial foram utilizadas no pagamento da dívida externa, porcentagem que caiu para 40 por cento entre 1934 e 1945. Relativamente à despesa pública, por outro lado, o peso da dívida externa chegou a 21 por cento em 1931... Entre 1822 e 1889 o país recebeu, sob forma de novos empréstimos, 69 milhões de libras, pagou amortizações, juros e comissões num valor de 72,7 milhões e guardou ainda uma dívida de 31 milhões de libras. Este quadro tornou-se ainda mais grave durante o primeiro período republicano: entre 1890 e 1931, o país recebeu novos empréstimos num montante de 343 milhões de libras, pagou 365 milhões e a sua dívida aumentou 245,9 milhões. A trajetória desta bola de neve, representada pelo endividamento contínuo, seria interrompida somente a partir dos anos 1930”.¹⁹⁶

Assim, ao mesmo tempo que as dívidas eram largamente reembolsadas, o setor exportador encontrava-se indiretamente financiado e o Brasil, dependente pela dívida, sê-lo-ia mais ainda pela estrutura econômica que dela resulta.

A ação do Estado na constituição de uma posição de força no Centro-Sul e esta orientação da política econômica nacional serão reforçadas pela presença de iniciativas estrangeiras no próprio país. “É precisamente no setor do café que o capital financeiro exercerá os seus maiores esforços no início, o que é natural, pois esta produção representava a maior riqueza do país e oferecia em consequência as maiores perspectivas de lucro”.¹⁹⁷

Vimos a importância dos investimentos diretos na constituição da infra-estrutura da monocultura de exportação, em particular com a construção da São Paulo Railway.¹⁹⁸ No fim do século XIX esta orientação vê-se confirmada através da infra-estrutura energética.

A produção de energia foi praticamente monopolizada por duas empresas estrangeiras que se instalaram no Brasil no início do século XX e controlavam ainda em 1950 cerca de dois terços da produção: trata-se da Empresa Elétrica Brasileira, americana, que cobria as grandes cidades do país, e sobretudo da Brazilian Traction, Light and Power Cy., canadense, que concentrava as suas atividades no eixo Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, São Paulo e Santos. A energia instalada progredia rapidamente e é difícil, ainda aqui, referir-se a um imperialismo que “entrava” o desenvolvimento do país.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Villela e Suzigan, op. cit., pp. 331 e 332, Apêndice D, “Evolução da dívida externa”.

¹⁹⁷ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 277.

¹⁹⁸ Hoje chamada Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. Graham lembra que os investimentos eram, depois dos empréstimos públicos, a área de atividade mais importante dos investimentos ingleses (R. Graham, op. cit., p. 317).

¹⁹⁹ Villela e Suzigan, op. cit., p. 378 — dados do CNAEE.

BRASIL - POTÊNCIA INSTALADA, 1890-1945

<i>Anos</i>	<i>Potência instalada (MW)</i>
1890	1,267
1900	10,367
1910	157,401
1920	367,018
1930	778,802
1940	1 243,877
1945	1 341,633

Assim, os esforços da burguesia do café, aliados à política econômica do Estado e dos investimentos estrangeiros asseguravam ao setor a hegemonia no país e uma concentração pouco comum de recursos.

Fala-se, pois, com acerto, de uma “república do café”. Assistimos aqui indiscutivelmente a um reforço das formas neocoloniais de dominação. A um certo progresso no plano da independência política corresponde o esforço da dominação econômica e financeira. Caio Prado Júnior captou bem a relação entre esta integração pacífica de uma república independente simultaneamente submetida às exigências do imperialismo e às determinações da própria herança estrutural: “O imperialismo encontrava no Brasil uma economia que, pela sua origem e a natureza da sua formação, era desde já ajustada ao sistema mercantil europeu do qual resultaria, no seu último desenvolvimento, o sistema internacional capitalista dos nossos dias. Por esta razão, a integração do Brasil na nova ordem imperialista, que no Oriente produzia choques tão grandes e tão profundos, realiza-se sem obstáculos importantes. E a dependência da economia brasileira relativamente ao imperialismo estabelecer-se-á e institucionalizar-se-á, por assim dizer, sem dificuldades nem conflitos maiores”.

Formação do Desequilíbrio Regional

A expansão de um novo setor-região, resultante do ciclo econômico do café, não tem nada de novo no Brasil e já vimos que a sucessão de ciclos constituía justamente uma das características do desenvolvimento econômico do país.

O que é novo é sem dúvida o fato de o ciclo do café se prolongar durante quase um século e coincidir agora com a expansão do capital do centro, que caracteriza o imperialismo. Em consequência, a quase totalidade dos aperfeiçoamentos técnicos e dos investimentos, sejam de origem privada ou estatal, brasileiros ou estrangeiros, concentram-se no setor dinâmico da economia. Assim, o desequilíbrio setorial — dominância do setor do café — desdobra-se pouco a pouco num desequilíbrio regional duradouro.

Concentração da Infra-Estrutura Econômica

A expansão da rede ferroviária está diretamente ligada ao desenvolvimento da produção do café: “A criação e o desenvolvimento das linhas ferroviárias no interior (do Brasil) era o mesmo tempo uma causa e uma consequência do desenvolvimento da produção de café no planalto de São

Paulo”.²⁰⁰ Indo a conjugação dos esforços das empresas inglesas e do Estado no mesmo sentido, a rede ferroviária tomava uma forma particular.²⁰¹

EXPANSÃO DA REDE FERROVIÁRIA SEGUNDO AS REGIÕES—1945

<i>Regiões</i>	<i>Extensão (quilômetros)</i>
Norte	742
Nordeste	4 526
Leste	14 590
Sul	14 049
Centro-Oeste	1 373
<i>Brasil</i>	35 280

Constata-se a concentração relativa da rede ferroviária no Sul e no Leste. Ora, conforme vimos, o essencial da rede foi constituído durante a fase de desenvolvimento da economia do café, até os anos trinta. Lembremos que o Nordeste contava mais de um terço da população do Brasil.

Uma concentração semelhante caracterizava a produção da energia elétrica. Vimos acima a rapidez da sua progressão e não é o caso de se falar de estagnação. O que é característico é a distribuição desta energia.²⁰²

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POTÊNCIA INSTALADA, 1920-1945

<i>Regiões</i>	<i>1920</i>	<i>1930</i>	<i>1940</i>	<i>1945</i>	<i>1950</i>
Norte	5,7	10,0	15,7	16,0	0,6
Nordeste	16,9	56,7	91,9	101,6	6,0
Bahia-Sergipe	22,4	26,1	31,0	31,7	2,2
Espírito Santo	4,0	8,3	9,0	9,0	0,6
Minas Gerais	42,5	90,7	144,6	158,7	11,2
Rio de Janeiro	100,4	193,6	279,3	317,6	24,6
São Paulo	150,7	331,2	564,7	576,8	45,0
Paraná	7,1	10,1	17,8	23,4	2,1
Santa Catarina	7,3	9,3	16,7	19,7	2,1
Rio Grande do Sul	9,5	40,2	65,7	78,4	5,1
Centro-Oeste	0,7	2,6	7,4	8,7	0,5
<i>Brasil</i>	367,2	778,8	1 243,8	1 341,6	100,0

O triângulo constituído por Rio—Minas—São Paulo concentra mais de três quartos da energia elétrica do país: a sua parte permanece em torno de 80% do total durante todo o período.

²⁰⁰ Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 232. Ver também Roberto Simonsen, “Aspectos da História Econômica do Café”, in: *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1973, p. 198.

²⁰¹ Villela e Suzigan, *op. cit.*, p. 403, Apêndice “Transportes terrestres”.

²⁰² (26) Villela e Suzigan, *op. cit.*, p. 380, e George Whyte, “Brazil, Trends in Industrial Development” in: S. Kuznets et al., *Economic Growth, Brazil, India, Japan*, Duke University Press, 1955. Todos os dados são do CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica).

Mas constatamos também a dominação de São Paulo, que em 1920 tinha cerca de 15 por cento da população, mas dispunha de 41 por cento da potência instalada, e o atraso notável do Nordeste.

Concentração da mão-de-obra

A imigração de mão-de-obra estrangeira não é um fenômeno independente desta dinâmica. Conforme vimos, trata-se de uma imigração subvencionada por capitais estrangeiros através do Estado brasileiro, obedecendo essencialmente à necessidade de equipar em mão-de-obra o setor do café. É pois compreensível que São Paulo tenha uma participação importante neste plano:²⁰³

IMIGRAÇÃO, BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO — 1884-1920

<i>Períodos</i>	<i>Brasil</i>	<i>São Paulo</i>	<i>São Paulo (%)</i>
1884-1887	145 880	53 023	36,3
1888-1890	304 054	157 781	51,9
1891-1900	1 129 315	733 781	64,9
1901-1920	1 469 085	733 335	58,3

O resultado foi que São Paulo conheceu rapidamente uma concentração de mão-de-obra estrangeira muito maior que o resto do país.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA 1872-1940 (%)

<i>Regiões</i>	<i>1872</i>	<i>1900</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
Norte	2,2	0,6	2,7	1,4
Nordeste	13,3	5,2	2,1	1,4
Leste	60,6	34,6	25,3	23,1
São Paulo	7,6	41,4	52,4	57,8
Sul	15,8	17,1	15,7	14,5
Centro-Oeste	0,5	1,1	1,8	1,8
<i>Brasil</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

O recuo marcado da zona Leste e do Sul reflete a redução da importância relativa da colonização sob forma de “colônias” de camponeses, enquanto a progressão de São Paulo reflete a drenagem da mão-de-obra para a monocultura de exportação e as atividades induzidas.

A imigração estrangeira e a atração exercida sobre a mão-de-obra de outras regiões refletem-se na distribuição da população geral no país,²⁰⁴ como se verifica pelo quadro seguinte.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL

²⁰³ Villela e Suzigan, op. cit., p. 269 — apêndice demográfico, dados do IBGE

²⁰⁴ Villela e Suzigan, op. cit., p. 251, apêndice demográfico, dados do IBGE.

SEGUNDO OS CENSOS

<i>Regiões</i>	<i>1872</i>	<i>1890</i>	<i>1900</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
Norte	3,3	3,3	4,0	4,7	3,6
Nordeste	46,6	41,9	38,7	36,7	35,0
Leste	32,4	32,9	31,8	29,6	27,1
São Paulo	8,3	9,7	13,1	15,0	17,4
Sul	7,2	10,0	10,3	11,5	13,9
Centro-Oeste	2,2	2,2	2,1	2,5	3,0
<i>Brasil</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

deslocamento gradual da população para a zona dinâmica constituída por São Paulo e pelo Sudeste de modo geral é nítido. Veremos mais adiante algumas características deste deslocamento.

A concentração dos transportes possibilita a integração regional e o aumento da produção, cujo escoamento se encontra facilitado. A energia elétrica permite a mecanização e, em conseqüência, o desenvolvimento da indústria. A imigração fornece uma mão-de-obra freqüentemente dotada de experiência proletária e empresários ao par das técnicas industriais da Europa. A presença de capitais muito importantes numa região relativamente restrita, apesar de serem direta ou indiretamente ligados à produção do café, beneficiará nos seus fluxos e refluxos uma série de atividades complementares, entre as quais a indústria.

Por outro lado, vimos que os imigrantes, inicialmente orientados para as colônias agrícolas, onde se desenvolvia uma economia de subsistência pouco dinâmica, tinham obtido, após as violentas reações na Europa e a ameaça de suspensão da imigração, o pagamento de salários. Esta prática e a falta de mão-de-obra favoreceram a extensão do salariado.²⁰⁵

Em conseqüência, a concentração de imigrantes numa só região, aliada à concentração da infra-estrutura econômica, levou a um fenômeno inédito no Brasil: a constituição de um importante mercado local.

Concentração da Procura

Se a rápida progressão do peso demográfico de São Paulo e o declínio relativo do Nordeste aparecem à primeira vista, a parte relativamente fraca da população de São Paulo em relação com a população total do país dá uma idéia da amplitude da concentração de recursos neste Estado e explica em grande parte que, numa região, o mercado ultrapassa a esfera dos grandes proprietários para atingir uma parte dos próprios trabalhadores.

Isto não quer dizer, evidentemente, que assistimos nesta época ao nascimento do capitalismo brasileiro sobre a base da monocultura de exportação. A economia monetária não nasce neste momento. No decorrer de toda a história econômica brasileira — e trata-se justamente de uma característica da economia brasileira — o papel da produção não-comercial sempre foi muito reduzido. O produto de exportação no qual a agricultura brasileira se tinha especializado era sem dúvida vendido, trocado por moeda que permitia um reinvestimento na empresa. A produção destinada ao comércio inter-regional — o gado do Sul ou do Piauí, por exemplo — era escoada em mercados capitalistas, se bem que situados freqüentemente a milhares de quilômetros das zonas de produção. Os grosseiros tecidos da nova indústria têxtil brasileira eram comprados pelas empresas agromercantis, em todo o Brasil, para vestir os trabalhadores. O que é novo é o fato de este mercado ser *regional* e que uma zona do país possa desenvolver, internamente, atividades econômicas complementares e introvertidas.²⁰⁶

²⁰⁵ “Se antes a escravidão corrompia o homem livre, agora era a liberdade que corrompia o escravo”. Caio Prado Júnior, op. cit., p. 195

²⁰⁶ Caio Prado Júnior salienta este caráter particular do mercado interno, constituído como dado complementar numa economia essencialmente extrovertida: “A orientação da economia brasileira, organizada em produção regional

Encontramos aqui a distinção entre extroversão econômica e “orientação para a exportação”, que citamos acima. Com efeito, do ponto de vista da orientação do conjunto, não era essencial que o criador do Sul exportasse o seu "charque" para a Argentina ou para o Nordeste. O que é fundamental é que a realização não se fazia no interior da esfera econômica da produção: que o mercado fosse extraregional ou estrangeiro não era essencial em termos da determinação das relações de produção e da constituição ou não de um capitalismo auto-sustentado. Bastante diferente é o caso de um mercado regional em que o desenvolvimento de um setor pode, em circunstâncias determinadas, torná-lo simultaneamente consumidor e produtor relativamente a outros setores, levando a uma complementaridade econômica que rompe a extroversão.²⁰⁷

Não se deve subestimar o mercado rural constituído pelos trabalhadores assalariados do setor do café. No entanto, o afluxo progressivo de trabalhadores de outras regiões e a constituição local de um exército rural de reserva mantém estes salários num nível muito baixo e levará a um perfil de consumo limitado praticamente aos bens de primeira necessidade, em particular bens alimentares.

O papel essencial será desempenhado pela forma de urbanização, determinada pela concentração de serviços ligados à agricultura exportadora e pelo afluxo de trabalhadores estrangeiros e de antigos escravos.²⁰⁸

Constatamos que a dinâmica de urbanização é mais forte em São Paulo e na região Leste, de modo geral. No entanto, estes dados caracterizam somente em parte a situação. Com efeito, dada a fraqueza geral das atividades introvertidas no conjunto do país, a cidade brasileira não resulta de uma transformação gradual que faria surgir,

BRASIL — POPULAÇÃO URBANA DAS CIDADES DE 20 000 E MAIS
HABITANTES (POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO = 100)

<i>Regiões</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
Norte	15,0%	15,8%
Nordeste	10,1%	8,9%
Leste	14,1%	19,1%
São Paulo	29,2%	26,0%
Sul	14,6%	11,2%
Centro-Oeste	2,8%	1,8%

sobre a base de atividades locais de comércio e de artesanato, um embrião da burguesia e, em seguida, uma pirâmide de cidades locais, regionais e nacionais. No Brasil, a constituição de grandes centros urbanos vem antes da constituição de cidades médias, sendo a pirâmide de certa forma constituída a partir do topo. A produção extrovertida sendo dominante, a função local e regional da cidade era depreciada em proveito do próprio latifúndio ou da pequena cidade e a articulação do conjunto realizava-se nas grandes metrópoles que centralizavam a totalidade dos serviços ligados à

virada para o exterior, tinha impedido a unificação efetiva do país e o estabelecimento de uma densa rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam difíceis. Os poucos milhões de habitantes encontravam-se espalhados ao longo de um litoral de quase 6 000 quilômetros e numa superfície de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados; reagrupavam-se, pois, em pequenos núcleos distantes e sem contatos apreciáveis entre si. É assim que se apresentava o mercado que se oferecia à indústria brasileira; nada lhe podia ser mais desfavorável" (Caio Prado Júnior, op. cit., p. 264). Na realidade, conforme veremos, esta estrutura não impedirá a industrialização, mas imprimir-lhe-á uma orientação particular.

²⁰⁷ *É evidente que isto é devido simultaneamente às limitações que pesam sobre a mobilidade dos fatores de produção e existência de um pólo dominante que desequilibra o conjunto. Voltaremos aos mecanismos que fazem com que a integração interregional em torno de um pólo dominante reforce a desintegração intra-regional.*

²⁰⁸ *Villela e Suzigan, op. cit., p. 300, apêndice demográfico, dados do IBGE, censos de 1920 e 1940.*

circulação do produto e à infra-estrutura. A fraqueza inicial da integração econômica local tende assim a valorizar a integração extra-regional e a favorecer uma divisão do trabalho entre as metrópoles, por um lado, e o campo e centros muito pequenos, por outro.²⁰⁹

Assim, para além da taxa de urbanização das diferentes regiões, é necessário levar em conta o efeito induzido que resulta da superioridade da metrópole relativamente às outras cidades. “A massa”, escreve Milton Santos, “torna-se primordial na medida em que pode ser geradora de atividades suscetíveis, pela sua importância e rentabilidade, de criar fluxos”.²¹⁰ Assim, as economias regionais mais afastadas tendem a desintegrar-se em proveito de uma articulação com a metrópole, reforçando o papel desta. O fenômeno deu lugar a este “crescimento cumulativo das grandes cidades”, de que fala Milton Santos, e à formação da macrocefalia urbana característica de numerosas economias subdesenvolvidas.²¹¹

A industrialização e a modernização da extroversão tendem a reforçar esta tendência: “A penetração numa nova economia exportadora deixa atrás de si uma rede de pequenas cidades e reforça sempre alguns centros de dominação urbana, como Buenos Aires, Montevideu, São Paulo, Rio de Janeiro ou Santos, que exerciam atividades comerciais ou portuárias em relação direta com a atividade exportadora agrícola ou de criação. Nestas cidades — em proporção mais fraca naquelas que lhes eram subordinadas no exercício de distribuição mercantil para o interior — forma-se um primeiro mercado interno de consumo de proporções razoáveis; em torno desta procura e da que se liga diretamente à modernização da atividade exportadora (frigoríficos, equipamento agrícola, etc.) organiza-se uma função industrial no país a partir do fim do século XIX. A produção levou, pois a uma diferenciação que permite um novo tipo de atividades industriais”.²¹²

O movimento toma então a forma de um processo cumulativo. O Rio de Janeiro passa de 811 mil habitantes em 1906 para 1 158 mil em 1920. São Paulo passa de 240 mil em 1900 para 580 mil em 1920 e a sua população crescerá a partir daí num ritmo de mais de 5% ao ano.²¹³

O eixo Rio—São Paulo, dispondo de um mercado regional “razoável”, e sobretudo único, de mão-de-obra imigrada habituada ao trabalho industrial, de uma infra-estrutura moderna e de capitais importantes, constitui uma base econômica que o diferencia nitidamente do conjunto do país e fornece à indústria nascente economias externas importantes.

Mas esta industrialização, formada não como nos Estados Unidos através da ruptura de estruturas da economia extrovertida, mas, pelo contrário, como ativada complementar e sobre a base desta herança econômica, refletirá todas as distorções do passado que a determina.

Dinâmica do Desequilíbrio

Com efeito, se a República é proclamada e a escravidão abolida, constatamos também que a extroversão da produção, através do desenvolvimento do setor do café, é reforçada e que as relações de produção, em particular a propriedade dos bens de produção na agricultura, são reproduzidas.²¹⁴

²⁰⁹ *Encontramos uma excelente análise deste fenômeno em Milton Santos, Les villes du Tiers-Monde, Paris, Génin, 1971, p. 428.*

²¹⁰ *Milton Santos, op. cit., p. 15.*

²¹¹ *Ibidem, pp. 56 e 355. O fenômeno de urbanização macrocéfala nos partes subdesenvolvidos é qualitativamente diferente dos problemas conhecidos nos países capitalistas ricos: se nestes últimos a população que reside em cidades de mais de 500 000 habitantes não chegou a dobrar entre 1920 e 1960, nos países subdesenvolvidos viu-se multiplicada por 7.*

²¹² *Fernando Henrique Cardoso, “Les élites d’entreprise”, in: Sociologie du sous-développement en Amérique Latine, Paris, Anthropos, 1969, p. 188. Por outro lado, A. G. Frank resume este processo de desenvolvimento capitalista, que cita, entre outros, como sendo constituído “pela concentração da atividade econômica e da renda num centro metropolitano nacional e pela polarização da economia tomada no seu conjunto” (A. G. Frank, Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine, Paris, Maspéro, 1972, p. 162)*

²¹³ *Milton Santos, op. cit., p. 56. A generalidade do fenômeno deve-se ao fato de ele refletir um mecanismo característico do capitalismo dependente, que se desloca gradualmente para as atividades industriais, não apesar de — ou contra —, mas sobre a base de uma economia extrovertida.*

²¹⁴ *Com a abolição, o que restava de escravos “transformou-se em assalariados, continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais (fazendas, engenhos...), cujo ritmo de produção e estrutura econômica, que era a grande exploração agrária, não se modificaram no essencial” (Caio Prado Júnior, A Revolução Brasileira, p. 148).*

O fato de as relações de exploração se modificarem sem pôr em questão a orientação econômica ou as relações de propriedade é fundamental e dá a medida de toda a diferença relativamente às modificações conhecidas na Europa. Trata-se de empresas capitalistas que, sob a pressão da falta de mão-de-obra e face à quase impossibilidade de encontrar escravos, adotam relações de exploração apoiadas parcialmente no salariado e parcialmente numa série de formas secundárias que veremos mais adiante.²¹⁵

No quadro das novas relações de exploração, a produção de café progredirá regularmente: “Contrariamente à opinião dos pessimistas, a expansão das culturas (do café) sempre conservou a mesma estrutura e organização de base e adquiriu um ritmo considerável, o que deu, alguns anos depois da abolição, a primeira grande crise de superprodução”.²¹⁶

Ora, a abolição da escravidão, ou seja, a modificação das relações de exploração no mundo rural, enquanto as relações de propriedade permaneciam idênticas, vai determinar a transformação da maior parte da mão-de-obra agrícola brasileira em proletariado agrícola e em exército rural de reserva semimarginalizado, e não em campesinato.²¹⁷

A facilidade da passagem ao trabalho assalariado no quadro das mesmas estruturas de produção e da mesma orientação econômica parece confirmar, como nota Caio Prado Júnior, a hipótese de que se trataria, no campo brasileiro, de um modo de produção capitalista. Duas características deste modo de produção, a dependência e a extroversão, permitiam a utilização de relações de exploração capitalistas de um tipo particular, e em particular a superexploração.

Ora, a transformação que constatamos nas relações de produção, se bem que contribua indiscutivelmente para desenvolver o mercado interno, dá-lhe uma constituição muito particular: enquanto a proletarianização do campesinato europeu permitia concentrar o seu poder de compra, por pequeno que fosse, a formação de um proletariado rural ligado às empresas agromercantis de exportação conferia a este mercado um caráter extremamente disperso e um peso específico local insuficiente para estimular a produção artesanal ou semi-industrial local.

Sabemos que, por um lado, este fato agia no sentido da desarticulação da economia local e regional e reforçava a integração através do grande centro urbano (macrocefalia) que podia captar estas pequenas reservas através de redes nacionais de comercialização.

Por outro lado, a manutenção de uma taxa de exploração extremamente elevada determinará o perfil de consumo dos trabalhadores rurais, que irão canalizar os seus rendimentos monetários para a compra de alguns bens elementares cuja produção, salvo parcialmente no caso dos produtos têxteis, não é de natureza a estimular o desenvolvimento das manufaturas em geral.

A forma parcial da modificação das relações de produção leva assim — no quadro de uma agricultura dominada pelas atividades de exportação, onde o trabalhador assalariado, como antes o escravo, inexistia praticamente como consumidor do bem que produz — a uma taxa de exploração que cria uma situação particular: a dicotomia do mercado interno, polarizado entre o consumo de luxo próprio das classes abastadas e o consumo do trabalhador assalariado rural — o fenômeno é menos verdadeiro para o trabalhador urbano — que orienta o seu poder de compra para produtos de tipo e qualidade diferentes.

Assim, o desequilíbrio regional reflete-se no plano da estrutura do mercado e a industrialização, presa nas estruturas de reforço da exploração neocolonial que tornam a sua existência possível, refletirá este desequilíbrio.

Desenvolvimento da Produção Introversa e Reforço do Desequilíbrio

²¹⁵ No momento da abolição, o Brasil era um dos últimos países escravistas do mundo e o preço dos escravos no mercado tinha atingido um nível que tornava o sistema economicamente pouco viável.

²¹⁶ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 149. A primeira crise de superprodução é de 1895.

²¹⁷ Deixamos aqui de lado as implicações políticas, em particular a atualidade da revolução socialista no campo e as perspectivas particularmente favoráveis de uma aliança de classes com o proletariado industrial.

Sobre uma base assim constituída é compreensível que a industrialização e as atividades agrícolas introvertidas se tornem ao mesmo tempo importantes e regionalmente delimitadas.

Industrialização Dependente: Segunda Fase (1889-1930)

Um traço essencial da forma de industrialização do Brasil parece ser o fato de ela aparecer como subatividade relativamente às atividades exportadoras dominantes.²¹⁸ Não se trata aqui de relevar o fato de que, no início do seu desenvolvimento, a indústria não constituiu uma atividade dominante — o que é evidente e igualmente constatável no desenvolvimento do capitalismo europeu —, mas o fato de a prosperidade da indústria depender do desenvolvimento das próprias atividades extrovertidas e, por conseguinte, da manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho como determinante, em última instância, da evolução econômica do país. Noutros termos, o setor das empresas agromercantis não sendo feudal, mas capitalista dependente, a industrialização não aparece como um movimento novo que põe em causa a longo prazo um modo de produção pré-capitalista, mas como um deslocamento das bases técnicas da relação capitalismo dependente — capitalismo dominante, deslocamento perfeitamente assimilável no sistema e que reproduz a própria relação de dependência.

Vimos que é o desenvolvimento do setor exportador que cria uma situação regional excepcional e torna a expansão da indústria possível. “A industrialização”, escreve Hirschman, “não foi apenas uma reação à súbita queda das importações: ela teve um lugar em numerosos países não-industriais como efeito da expansão gradual de uma economia que se desenvolve sob o impulso das exportações (*export propelled path*). Na medida em que os rendimentos e os mercados se expandem num país e que se atingem limiares a partir dos quais a produção doméstica se torna proveitosa, as indústrias nascem sem necessidade de choques externos ou da intervenção do governo”.²¹⁹

No entanto, Hirschman refere-se à industrialização do “país”, o que esconde o essencial do problema e constitui um erro básico do modelo. Com efeito, o fato de a industrialização se fazer a partir de um limiar atingido numa economia extrovertida impõe-lhe características precisas: o limiar é atingido não pelo “país”, mas por uma região, em função do próprio desequilíbrio interno. Noutros termos, a economia que segue o *export propelled path* não atinge o limiar por uma maturação do conjunto do país, mas caracteriza-se por uma polarização extrema que define *a priori* as modalidades desta industrialização.²²⁰

Por outras palavras, para compreender a evolução do ciclo de industrialização do Brasil, é necessário compreender que se trata de uma economia dependente extrovertida e não de um país “não-industrial” que se industrializa.

²¹⁸ Parece-nos que seria necessário situar com mais precisão as afirmações de A. G. Frank. “Segundo as hipóteses do meu modelo, são as regiões satélites menos solidamente ligadas à metrópole que têm a possibilidade de atingir um desenvolvimento autónomo maior e mas especialmente um desenvolvimento industrial” (A. G. Frank, *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, Maspéro, 1972, p. 154). A afirmação é certamente verdadeira no que concerne a um “desenvolvimento autónomo”, mas o desenvolvimento industrial é perfeitamente possível no quadro de uma “ligação com a metrópole”. O que é de se analisar são os limites de um desenvolvimento industrial que parte destas bases.

²¹⁹ Albert O. Hirschman, “The Political Economy of Import Substituting Industrialization in Latin America”, *The Quarterly Journal of Economics*, fev, 1969, p.4.

²²⁰ Percebe-se aqui a fertilidade da sugestão de S. Amin, que se refere à coexistência, na economia periférica, de mecanismos de desenvolvimento capitalista e da acumulação primitiva. Assim, sendo o pólo dinâmico forçado — na falta de colónias — a realizar a sua exploração primitiva nas costas do próprio povo, a polarização aparece como inevitável. No entanto, tratando-se de um sistema que reproduz a “exploração primitiva” e as relações de produção que a permitem, voltamos a uma relação de exterioridade que não explica a dinâmica de reprodução do sistema no seu conjunto.